

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS

ALESSANDRA SCANGARELLI BRITES

**A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (1917-1985)**

Porto Alegre

2012

ALESSANDRA SCANGARELLI BRITES

**A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (1917-1985)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais como requisito final para obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Analúcia Danilevicz Pereira

Porto Alegre

2012

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis Wiebbelling do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

B862p Brites, Alessandra Scangarelli
A política externa soviética e seus impactos nas relações internacionais (1917-1985) /
Alessandra Scangarelli Brites. – Porto Alegre, 2012.
91 f. : il.

Orientadora: Analúcia Danilevicz Pereira.

Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos Internacionais) – Universidade
Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós -
Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Porto Alegre, 2012.

1. Política externa : União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. 2. Relações
internacionais. 3. Meio ambiente. I. Pereira, Analúcia Danilevicz. II. Universidade
Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Econômicas. Programa de Pós -
Graduação em Economia. III. Título.

CDU 327(47)

ALESSANDRA SCANGARELLI BRITES

**A POLÍTICA EXTERNA SOVIÉTICA E SEUS IMPACTOS NAS RELAÇÕES
INTERNACIONAIS (1917 A 1985)**

Dissertação apresentada para a obtenção do título de mestre em Estudos Estratégicos Internacionais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas.

Aprovada em Porto Alegre, 27 de novembro de 2012.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr. Analúcia Danilevich Pereira (Orientadora)
PPGEEI/UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini
PPGEEI/UFRGS

Prof. Dr. Williams da Silva Gonçalves
UERJ

Prof. Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann
PPGPo/UFRGS

Aos que estiveram próximos durante esta fase de minha vida, sejam amigos ou familiares, pois todos foram essenciais nesta caminhada. Dedico este trabalho especialmente à minha mãe, por seu amor, por seu compromisso para comigo e pelo exemplo de força e integridade humana demonstradas ao longo dos meus 26 anos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à professora Analúcia Danilevicz Pereira pela dedicação e orientação, e pelos ensinamentos. Agradeço ao professor Paulo Fagundes Visentini pelos conselhos, pela amizade e também por suas contribuições ao longo processo de elaboração deste trabalho. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), pela ajuda financeira, que foi de extrema importância, e pela oportunidade de realizar meus estudos gratuitamente na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

RESUMO

O presente trabalho visa analisar a política externa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) no período de 1917 a 1985. Até 1953, a política da URSS caracterizou-se como defensiva: buscava, em meio a um período de profunda crise do sistema capitalista, evitar as invasões a seu território, objetivando a modernização acelerada não apenas para integrar o país ao mundo produtivo e industrializado, como para também ter condições materiais de defender-se e de combater os inimigos em caso de guerra. No período posterior a 1953, o *status* de grande potência e líder do bloco socialista marcou um novo capítulo na história da política externa soviética – isso porque obterá um caráter mais reativo, em decorrência de um novo contexto internacional, que se estruturava na competição intersistêmica do bloco capitalista e socialista, como exposto por Fred Halliday. A URSS atuou no intuito de promover aliados e parcerias, especialmente no Terceiro Mundo. Dessa forma, como um todo, a URSS acabou por também promover uma política de coexistência pacífica contra o imperialismo, impulsionando uma mudança qualitativa nas relações de poder para as relações internacionais.

Palavras-chaves: URSS. Política externa defensiva. Política externa reativa. Coexistência pacífica. Competição intersistêmica.

ABSTRACT

This study aims to analyze the foreign policy of the USSR in the period from 1917 to 1985. Until 1953, the policy of the USSR was known as defensive, as sought in the midst of a period of profound crisis of the capitalist system, prevent intrusions into its territory, seeking accelerated modernization not only in order to integrate the country into productive and industrialized world, but also to be able to defend material conditions and fight enemies in case of war. After 1953, the status of great power and leader of the socialist bloc marked a new chapter in the history of soviet foreign policy, giving a more reactive perspective to its actions as a result of a new international environment: the intersystem competition among the capitalist bloc and the socialist bloc, as exposed by Fred Halliday. Thus, the USSR acts in order to promote partnerships and allies, especially in the Third World. Thus, as a whole, the USSR also ends up promoting a policy of peaceful coexistence, against imperialism, driving a qualitative shift in power relations to international relations.

Keywords: USSR. Defensive foreign policy. Reactive foreign policy. Peaceful coexistence. Intersystem competition.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 OS ESTADOS REVOLUCIONÁRIOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: VÍNCULOS ENTRE POLÍTICA DOMÉSTICA E EXTERNA.....	16
3 REVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO	21
3.1 Tratado de Brest-Litovski e os impactos sobre a Revolução.....	23
3.2 Guerra Civil 1918-1921: a presença estrangeira na URSS.....	27
3.3 O Comunismo de Guerra e a estratégia diplomática soviética.....	31
3.4 Stalin e o “Socialismo em um Só País”	33
3.5 A grande crise europeia e a URSS.....	38
4 A URSS E A GUERRA FRIA: A IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO MUNDO COMO BALIZADOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	48
4.1 China: da aliança ao rompimento das relações.....	53
4.2 Índia: parceria estratégica na correlação de forças na Ásia.....	59
4.3 Vietnã: atuação soviética para conter a China.....	60
4.4 África como novo cenário da Guerra Fria.....	62
4.5 Oriente Médio e a segurança soviética.....	67
4.6 América Latina: um cenário secundário, mas oportuno.....	69
5 CONCLUSÃO	76
REFERÊNCIAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar o papel e a atuação da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) na política internacional, durante o período de 1917 a 1985. Para tanto, tem-se como questão central a seguinte premissa: a política externa da URSS apresentou, entre 1917 a 1953, uma conduta defensiva – cujo objetivo principal era defender o Estado soviético recém-criado –, e posteriormente, entre 1953 a 1985, reativa, sendo constrangida a se posicionar diante das transformações e dos novos desafios apresentados no cenário internacional.

É preciso observar que se tem como política externa defensiva todas as estratégias voltadas à política externa, que visa, acima de tudo, a proteção de um país de seus potenciais inimigos. No caso da União Soviética, esse conceito de política externa vem a garantir, além da sua integridade territorial, a proteção de seu modelo político, econômico e social que teve como base de sua formação valores e objetivos civilizacionais não equivalentes aos da ordem capitalista estabelecida até então. Assim, é importante também salientar que, entende-se como política externa reativa decisões políticas que visam responder a uma preocupação, um problema, ou uma emergência. Em outras palavras, é designada para buscar soluções a problemas que já existem, não sendo preventiva.

O surgimento da URSS em 1917 foi um acontecimento único para este período histórico. Um país, cuja construção burocrática e social visava à criação de uma sociedade com valores voltados ao viver em coletividade, buscando aos poucos eliminar as diferenças de classe e voltando-se contra a colonização e o imperialismo, certamente provocou uma reação negativa com relação à sua existência por parte das principais potências capitalistas. Isso consequentemente também provoca uma reação por parte dos soviéticos na tentativa de salvaguardar o seu modelo político, econômico e social, além da sua integridade territorial, respondendo aos constantes constrangimentos advindos do sistema internacional, em especial de líderes capitalistas, como ocorreu com os EUA, Inglaterra e Alemanha. No período que a política externa soviética pode ser considerada reativa (1953-1985), ela não perdeu seu caráter defensivo.

A questão central está no surgimento de um novo cenário de competição internacional, liderado pelos EUA, que buscou cercar e isolar a URSS dentro do sistema internacional. Para tanto, os EUA explorou as divergências existentes no bloco comunista, em especial as diferenças entre URSS e China, para buscar uma aliança capaz de promover este cercamento

territorial, levando a URSS a um possível cenário de guerra em mais de um *front*. Assim, os soviéticos não buscaram prevenir-se desse contexto, sendo pró-ativos. Os desafios domésticos encontrados em três invasões ao seu território, que ocorrem em período curto de 35 anos, somados a alguns erros políticos com relação à China, resultaram na única alternativa de reagir a uma estratégia do Ocidente estabelecida logo depois da Segunda Guerra Mundial, tendo os EUA saído com o seu território intacto e com a economia recuperada após a participação na guerra.

Portanto, a política externa soviética sofre diversas modificações ao longo do período de 1917 a 1985. Apesar das modificações que ocorreram nos diferentes espaços de tempo, a União Soviética, em sua política externa, estabeleceu e defendeu constantemente princípios de coexistência pacífica¹, autodeterminação dos povos e não ingerência em assuntos internos, como parte de uma política defensiva. Ao agir dessa forma, ela passou também a promover, de maneira consequente, novas normas políticas dirigidas contra o imperialismo e a agressão, no intuito de estabelecer uma paz duradoura e a segurança internacional. Portanto, os soviéticos propuseram uma mudança qualitativa nas relações internacionais, conforme Lenin: “É o dever imperioso das repúblicas soviéticas contribuir para que se estabeleça um regime de igualdade política entre as raças, respeito ao direito dos povos de autodeterminação, independência política e econômica absoluta”. (LENIN, 2004, p. 396).

Entre 1917 a 1953, a política defensiva ocorreu de duas formas. No período de 1917 a 1924, percebe-se que o apoio dos soviéticos à expansão da revolução socialista pelo mundo, em especial na Europa, foi também uma estratégia eficaz para proteger e desenvolver o Estado soviético e a sociedade socialista, que começava a ser constituída. Foi de grande importância o apoio da Internacional Comunista, dos partidos comunistas e das sociais-democracias na Europa e no mundo à Rússia Soviética durante a Primeira Grande Guerra, a Guerra Civil e a invasão estrangeira ao território soviético.

Contudo, ainda que para uma ala do Partido Comunista, liderada por Leon Trotski (que também defendeu uma cooperação econômica com os países capitalistas, em vez da

¹Princípio em que os Estados pertencentes a sistemas antagônicos participam numa organização do mundo que aceita a existência de cada um deles. Este conceito será melhor estruturado no período da Guerra Fria com Nikita Khrushchiov, mas está também baseado nas noções desenvolvidas em períodos anteriores, como nas posições defendidas por Stalin, de que a Guerra não é inevitável. Os três principais princípios que norteiam esta questão são: a Guerra é um fenômeno social, inerente ao imperialismo, para compreendê-la é necessário estudar suas causas profundas; a natureza socialista do Estado soviético constitui toda a política exterior da URSS e o socialismo a principal força de paz; a Guerra não é inevitável, a despeito da vontade das potências imperialistas, uma coexistência pode existir entre capitalismo e socialismo, desde que as forças populares consigam contê-lo o ímpeto bélico das elites.

promoção de uma política do Socialismo em Um Só País), a expansão da revolução pela Europa era a solução para melhor consolidar e proteger o sistema socialista. Tendo Vladimir Lenin inicialmente aderido a esta posição, aos compromissos e desafios que a construção de um aparato burocrático estatal demanda, logo promoveu a alternativa de que era necessário constituir este Estado e preservá-lo. Esta posição foi defendida em especial por Lenin, que desde 1922, ano da criação da URSS, modificou a sua forma de pensar, após a experiência dos anos anteriores na construção de um governo interno e nas tentativas revolucionárias que fracassaram, como ocorrido em 1919 na Alemanha, e por Iosif Stalin. Assim, aos poucos a URSS vai abandonando o Movimento da Internacional Comunista e ampliando esforços na atenção às questões essenciais, como a necessidade do Partido Bolchevique de legitimar-se no poder, após derrubar os mencheviques, vencer a Guerra Civil, e a invasão estrangeira, além de manter-se fora da Primeira Guerra Mundial. Os bolcheviques precisaram buscar apoio internacional dos países para o reconhecimento de seu governo. Tal situação fez com que tentassem estabelecer relações, especialmente econômicas com as grandes potências.

Outra razão para tal atuação política foi a necessidade de desenvolver as forças produtivas, ao mesmo tempo que eliminava as estruturas políticas, econômicas e sociais do antigo sistema. Segundo Lenin (1918), as bases para uma sociedade comunista deveriam passar por um processo de transição em que os mecanismos de mercado tinham de ser implementados para produzir os bens materiais tão caros à modernização da sociedade, o que levou à implementação da Nova Política Econômica (NEP), alguns anos mais tarde.

A tarefa de promover as transformações necessárias para a implementação de uma sociedade e um Estado socialista impossibilitava uma contínua disputa com as demais potências capitalistas, ou seja, a URSS necessitava ter menos dispêndios com a guerra e tentar criar um ambiente externo pacífico e seguro. Tal situação também explica a busca em estabelecer uma aproximação com as potências capitalistas, ao impulsionar relações econômicas e comerciais, em outras palavras, permitir a criação de algum mercado na economia socialista. Contudo, tal iniciativa falhou tanto pelas disputas internas entre as diferentes vertentes ideológicas existentes dentro do que viria a ser o sistema socialista, quanto pela recusa das potências capitalistas em promover qualquer relação com o Partido Comunista e o sistema socialista soviético, o qual tentaram enfraquecer e eliminar.

Somado a isso, a integridade e o controle sobre as áreas ricas em matéria-prima e energia, além de acesso aos mares, oceanos e rotas comerciais, a exemplo do Mar Negro, também foram questões essenciais que os soviéticos teriam de levar em conta ao pensar

estrategicamente na construção da estrutura político-econômica da Rússia Soviética. Muitos territórios tinham sido cedidos às potências europeias com a paz de Brest-Litovski, como parte da estratégia para sair da Primeira Guerra Mundial e vencer os contrarrevolucionários e a intervenção estrangeira na Guerra Civil. A vitória possibilitou que a Rússia Soviética mantivesse o seu caráter simbólico de líder da causa das classes operárias e camponesas pelo mundo. Portanto, ainda que buscasse aproximação com as grandes potências, era preciso deixar claro ao proletariado do mundo inteiro a completa diferença com relação ao modelo político e econômico anterior, já que na época se tentou forjar a imagem de que os soviéticos teriam apenas substituído o Czar, sem estabelecer grandes mudanças.

Porém, muitas das classes e partidos que anteriormente apoiaram a Rússia Soviética no período da Primeira Grande Guerra, com o novo contexto do entre guerras e a profunda crise econômica, tenderiam a seguir um caráter mais nacionalista, inclusive apoiando grupos políticos que ascendiam e mantinham uma postura de oposição à Rússia Soviética. Tal situação levou a lideranças principais, como o próprio Lenin, a reverem certas posições políticas perante um contexto internacional altamente conflitivo e de crise que ainda perdurava. Dessa forma, de 1924 a 1943, os soviéticos aos poucos abandonaram o apoio direto à Internacional Comunista (Comintern) e estabeleceram uma política que, durante o governo de Iosif Vissarionovitch Stalin, ficou conhecida como “Socialismo em um Só País”.

Porém, a questão simbólica da causa proletária e camponesa representada pela URSS permaneceu até o fim de sua existência. Stalin levou em conta tal questão, e assim promoveu a política de “Socialismo em um Só País”, argumentando de forma implícita que, ao desenvolver e proteger o modelo soviético em território delimitado, estaria ao mesmo tempo resguardando o maior símbolo da luta socialista no mundo: a URSS. (MCDERMOTT, 2006) E certamente era preciso buscar uma via de modernização econômica rápida, que garantisse a sobrevivência do Estado soviético em meio à possibilidade de uma nova guerra, desta vez com a Alemanha Nazista, no que é considerado também uma outra coordenação dos países capitalistas para destruir o sistema socialista soviético.

A paz na Europa era uma questão muito frágil, à medida que a Alemanha, com a ascensão do Nazismo, decidiu romper com o sistema de Versalhes. No cenário internacional, o mundo passava por uma crise econômica profunda em 1929. A depressão econômica mundial não atingiu de forma drástica a URSS e seu sistema planejado – o que, apesar dos altos custos humanos provocados pelas novas direções políticas de Stalin, resultou na construção de um aparato econômico e tecnológico, construído praticamente em menos de

duas décadas, o que fez da União Soviética um possível modelo de desenvolvimento alternativo a ser seguido na época. Tais reformas implantadas visaram à coletivização no campo e à construção de um parque industrial mais complexo do que existia anteriormente, em especial na militarização do país. Os chamados Planos Quinquenais decretaram o fim da NEP, e a URSS aprimorou seus índices econômicos, sociais, seu poder bélico, e principalmente limitou bastante as divisões políticas internas. A melhoria da estrutura material e logística foi fator crucial para derrotar os nazistas e promover a reconstrução e aprimoração da infraestrutura e tecnologia posteriormente.

Com a vitória na Segunda Guerra Mundial, a URSS adquiriu poder para estabelecer certas políticas no contexto internacional que objetivaram conter novas invasões e salvaguardar a unidade política e territorial ameaçada nas três guerras anteriores. Dessa forma, foi estabelecido o controle direto da Europa do Leste e da Ásia Central, formando um cordão de segurança, durante os acordos obtidos em Ialta, em 1945. Tal política estabelecida pela URSS trouxe um novo rumo para a política externa e o contexto internacional. Após a morte de Roosevelt, a Doutrina Truman – que, entre outras questões, teve a intenção de novamente conter a URSS, podendo inclusive levar adiante a estratégia de lançar bombas atômicas em território soviético no intuito de eliminar de uma vez qualquer pretensão de expansão e de influência dos soviéticos no mundo – também influenciou a URSS a consolidar uma posição mais assertiva na sua política.

O período de 1953 a 1985 foi caracterizado pela competição intersistêmica entre os dois modelos sociais que se constituíram, na tentativa de um superar o outro, como descrito por Fred Halliday (2007). Ainda que o conceito de coexistência pacífica fosse o principal norteador da política externa soviética – em especial no que diz respeito às relações estabelecidas com os EUA e alguns países da Europa Ocidental, como Inglaterra e França –, o período da Guerra Fria traz um novo cenário de disputa de poder, em que a URSS foi levada a reagir a um possível isolamento seu do sistema internacional, promovido em especial pelos Estados Unidos, na sua estratégia de conter a URSS. Tal reação ocorreu por meio dessa competição intersistêmica, ou seja, de modelos políticos, econômicos e sociais diversos.

O palco para essa competição seria as mudanças específicas nas diversas regiões do Terceiro Mundo com os movimentos de libertação nacional. Tais insurgências no Terceiro Mundo marcaram o espaço de competição entre Estados Unidos da América (EUA) e URSS pela tentativa de impulsionar a inclinação à sua esfera de influência, objetivando sempre uma defesa do sistema dos quais eram considerados líderes na época. Dessa forma, os novos

desafios apresentados pelo Terceiro Mundo acabaram criando uma nova relação de poder com o Primeiro e Segundo Mundo. A URSS especificamente, apoiou os movimentos de libertação nacional no Terceiro Mundo, que, além de garantir outros aliados importantes, promoveram o enfraquecimento dos impérios de países como França e Inglaterra, e conseqüentemente a limitação do poder de atuação destes no plano internacional.

Entre 1953 a 1985, com uma situação política mais sólida e o *status* de grande potência, líder do mundo socialista, a URSS promoveu um caráter mais reativo à sua atuação no cenário internacional. Contudo, tal atuação teve muitas restrições em especial com as dificuldades encontradas após a estrutura logística, econômica e social do país ser altamente afetada durante a Segunda Guerra Mundial, e ainda pelas divergências dentro do próprio mundo socialista, ou seja, com a China, que também foi determinante para a política externa da URSS. É importante ainda ressaltar que a postura defensiva não deixou de existir para dar lugar a uma política puramente reativa.

Como ocorrido durante a Guerra Civil e a Primeira e Segunda Guerra Mundial, a URSS novamente foi levada a um outro confronto, tendo de responder as novas iniciativas que visavam mais uma vez pressioná-la, à medida que, após a derrota nazista, a URSS passou a ser considerada inimiga principal do mundo capitalista ocidental, em especial dos EUA. Assim, a Guerra Fria foi caracterizada por uma competição conflitiva, que teve no componente reativo um elemento essencial para a estratégia de defesa dos sistemas políticos, econômicos e sociais em questão: capitalismo e socialismo (HALLIDAY, 2010). Em outras palavras, os soviéticos estabeleceram uma posição de apoio ou não aos acontecimentos que ocorrerão no cenário do Terceiro Mundo, visando à promoção de seu modelo político, econômico e social, garantindo aliados, e conseqüentemente fortalecendo e defendendo o sistema socialista de sociedade, procedimento que os EUA também da sua parte realizaram.

Ao levar em consideração tal premissa e contextos, serão consideradas como hipóteses as afirmações de que a União Soviética defendeu de maneira conseqüente novas normas políticas dirigidas contra o imperialismo e a agressão, no intuito de redefinir e reajustar as relações internacionais a partir de princípios de coexistência pacífica. Portanto, a URSS agiu em prol de mudanças qualitativas nas Relações Internacionais. Assim, os princípios defendidos pela Política Externa da URSS acabaram por forjar uma nova correlação de forças, impactando diretamente no novo cenário internacional do pós Segunda Guerra Mundial.

Tentar reaver e analisar a política externa soviética, em um período que pouco se discute e se pensa sobre o seu papel e a atuação no sistema mundial, é importante para melhor

compreender as relações internacionais do pós-Guerra Fria e especificamente as questões que envolvem a atuação da Federação Russa no cenário internacional. É importante também destacar que se determinou analisar o período que vai de 1917 a 1985, pois é neste espaço de tempo histórico que se pode observar o progresso dos soviéticos em criar e consolidar a URSS, e assim promover mudanças que definiram a balança de poder no sistema internacional desta época.

Portanto, o período de 1985 a 1992 que vai caracterizar o fim da URSS apresenta novas características em um novo quadro político interno, somado também a outras profundas transformações no cenário internacional, que se diferenciaram das épocas anteriores que não são o foco deste trabalho. É preciso recordar que qualquer debate em torno do tema URSS e socialismo certamente não será desprovido de disputas ideológicas, tanto devido às diferenças existentes entre os próprios marxistas – há os que se consideram partidários de Trotski, há os que simpatizam com Stalin –, quanto dos capitalistas com relação à URSS e suas intenções, sendo a situação contrária também verdadeira. Esta seria a principal dificuldade para realizar um trabalho como este.

Dessa forma, para realizar esta dissertação, será preciso levar em conta a correlação existente entre política doméstica e política externa, que pode ser vista claramente no caso da URSS, um exemplo de Estado revolucionário que procurou promover mudanças na estrutura política, econômica e social interna, estabelecendo uma ordem mais justa que a anterior. As modificações profundas que ocorreram com a criação da URSS tiveram repercussões internacionais, estendendo essa transformação para o plano internacional, oferecendo um modelo político, econômico e social alternativo ao capitalista e uma forma de atuação e estabelecimento de relações no cenário internacional diferente, como já explicado anteriormente.

Assim, a dissertação será estruturada em três momentos. Primeiro, será feita uma abordagem teórica no que diz respeito à política externa em si, sua relação com a política doméstica, conceitos e formas de atuação. Segundo, vai-se tratar das primeiras atuações do recém-criado Estado Soviético para salvaguardar a sua existência e unidade, durante o período de 1917 a 1953. Terceiro, vai-se abordar a aproximação dos soviéticos com o Terceiro Mundo, após a consolidação de sua posição como uma superpotência, no intuito de romper o isolamento do bloco soviético em um contexto de competição intersistêmica durante a Guerra Fria. Para realizar este estudo, o presente trabalho fará uso da análise qualitativa e de discurso,

além de uma sistematização das fontes para análise de conjuntura. Para tanto, foram utilizados bibliografia especializada, documentos oficiais e artigos científicos e jornalísticos.

2 OS ESTADOS REVOLUCIONÁRIOS E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: VÍNCULOS ENTRE POLÍTICA DOMÉSTICA E EXTERNA

Para compreender a política externa soviética, um dos fatores essenciais é levar em conta que há sempre uma constante interação entre política externa e política interna. Certamente, não é apenas no caso da URSS que isso ocorre, mas os dirigentes do Estado que foi o líder do bloco socialista trataram sempre de deixar muito claro que é impossível separar assuntos domésticos da estratégia a ser estabelecida para a criação de uma política externa. Um é a extensão do outro. Segundo Lenin (2004), o objetivo maior de qualquer país é tentar suprir suas demandas internas e promover seus interesses no contexto internacional. Somado a isso, também se deve levar em conta a importância da Revolução Bolchevique (1917) para a formação do Estado soviético. Tal condição faz da URSS um caso único, pois permite serem válidas para a compreensão da sua constituição correntes opostas de pensamento que visam compreender a formação dos Estados. Em uma análise mais minuciosa, percebe-se que os rumos políticos, econômicos e sociais que levaram à formação da URSS ocorreram tanto por razões externas, quanto por questões internas, tendo a revolução como ponto central para esta transformação histórica da Rússia Czarista para a Rússia Soviética. Porém, sem dúvida, os determinantes domésticos foram centrais no desencadeamento do processo revolucionário.

Como descreve Fred Halliday (2007), as revoluções nos permitem questionar a premissa realista de que a interação entre política doméstica e externa pode ser excluída das relações internacionais. Segundo o autor, os movimentos revolucionários almejam alterar uma correlação de forças internas, permitindo uma transformação política, econômica e social. Ao promoverem tais objetivos, conseqüentemente acabam por trazê-los à esfera internacional, influenciando na correlação de forças disposta no cenário mundial.

A importância da revolução no século XX tem sido imensa. A Revolução Bolchevique de 1917 estabeleceu a fissura fundamental das relações internacionais deste século, uma que, baseada em dois sistemas sociopolíticos competitivos e distintos, respectivamente contribuiu e depois dominou as fricções do período entre guerras e do mundo pós-guerra. Até que ponto foi o antagonismo à Revolução Bolchevique e o medo de seu impacto na Europa central que forneceram o impulso para a ascensão do nazismo é uma questão em aberto: o próprio Hitler tinha outras preocupações, mas a disposição das classes médias alemãs e do exército em apoiá-lo pode ter sido consideravelmente afetada pelo desafio comunista. Tal dúvida não se aplica ao curso mundial nas quatro décadas depois de 1945: a divisão já constituída entre Estados capitalistas e os comunistas era composta por, e em interação com, uma avalanche de revoluções do Terceiro Mundo, cuja enumeração corresponde as das crises mais importantes do pós-guerra: China, Coréia, Cuba, Vietnã, e, no final dos anos 1970 e 1980, Camboja, Angola, Etiópia, Irã, Nicarágua, e Afeganistão. (HALLIDAY, 2007, p. 147).

Halliday (2007), ao argumentar que é o sistema internacional o responsável pela criação dos Estados, também afirma que este será um fator central de disputa entre os movimentos revolucionários e contrarrevolucionários, na tentativa de transformar o *status quo*. Porém, para o autor, ambos acabam por seguir uma homogenização do sistema internacional, ou seja, uma organização similar nas relações entre os Estados e seus sistemas políticos e sociais externos. Também conforme Halliday (2007), ainda que se utilizassem do caráter violento e conflituoso, nesses Estados revolucionários observa-se um custo humano social menor do que naqueles em que o desenvolvimento econômico é considerado pacífico, a exemplo do Japão e da Alemanha. De acordo com Theda Skocpol (SKOCPOL, 1979, p. 143² *apud* HALLIDAY, 2007), as revoluções sociais são transformações rápidas e básicas da estrutura de um país que visa à destruição do velho Estado. Assim, elas devem ser separadas de outros conflitos e processos transformativos, pois trazem duas questões à mudança da estrutura societária: o levante de classes e a coincidência da transformação política com a social.

Já para Robert D. Putnan (2010), os tomadores de decisão buscam conciliar simultaneamente os imperativos domésticos e internacionais. Como exemplo, podem-se enumerar os seguintes casos: distinção entre defecções voluntárias e involuntárias dos acordos internacionais; situações em que os interesses internos são homogêneos, e outras em que há uma heterogeneidade de interesses; a importância de observar como os tratados internacionais, as ofertas e as compensações influenciam no plano doméstico das duas partes que estão negociando; a potencial reverberação das pressões internacionais na arena doméstica e o conflito de interesses entre o líder nacional e aqueles cujo benefício se está negociando as implicações internacionais de seus investimentos fixos na política doméstica.

Para Pierre Milza (1996), as injunções externas podem determinar a política interna. Conforme Milza, das “forças profundas” internacionais que deveriam comandar o comportamento de um Estado é necessário levar em conta aspectos geopolíticos. Ou seja, a geografia tem caráter determinante na ação política dos atores internacionais, e as escolhas impostas a estes são provenientes de diversos imperativos internos: “[...] estabilidade institucional, manutenção da ordem social, afirmação da coesão nacional oposta aos jogos de eventuais forças centrífugas e etc.” (MILZA, 1996, p.387) Contudo, também é verdade que o

²SKOCPOL, Theda. *States and Social Revolutions*. Cambridge: Cambridge University Press 1979 p. 4

contexto histórico do sistema internacional pode modificar, de maneira prolongada, as opções da política interna.

A mudança de rumo que a URSS vai tomar ao se distanciar aos poucos dos objetivos da Internacional Comunista de levar o socialismo a todos os países do globo dá-se justamente por um contexto político internacional, que uniu as elites capitalistas do mundo a confrontar o governo soviético e a tentar derrubá-lo. Assim, a URSS, que recentemente tinha saído de uma guerra civil – derrotando a insurreição estrangeira que fora aliada dos monarquistas na guerra contra o jovem governo soviético –, necessitava modernização de seu sistema político e econômico não apenas para satisfazer as demandas sociais internas, mas também para consolidar o Estado soviético. Para tanto, Stalin dá início à política de “Socialismo em um Só País”, e contraria diversos preceitos ideológicos da Internacional Comunista para garantir uma negociação com as potências capitalistas, sendo que, ao mesmo tempo, busca acabar com a divisão política interna, que fragilizava há muito o país.

Charles F. Hermann (1990) argumenta que mudanças significativas no cenário internacional e no sistema econômico podem requerer modificações em termos de política externa. Contudo, os fazedores de política podem antecipar tais transformações e responder em tempo suficiente aos prováveis desafios que lhes são colocados, ou apenas após sofrerem consequências dramáticas. No entanto, também é possível que os agentes políticos possam agir sem a pressão de qualquer força externa. Assim, o autor conclui que mudanças na política externa não necessariamente respondem a uma pressão internacional, mas são parte de um processo de decisão. Ao se tentar relacionar esta afirmação à política externa soviética, a mudança que ocorreu no período stalinista poderia ser caracterizada como não apenas uma consequência da pressão externa, mas também como parte de um processo interno, e em que foi necessária uma escolha por parte das forças políticas do país, no intuito de atingir seus objetivos.

Hermann ainda estabelece algumas probabilidades de política externa: quanto mais complexa cognitivamente são as decisões oficiais, mais provável que se possam considerar políticas alternativas. No entanto, quando o poder é dividido entre atores múltiplos, o consenso só será atingido quando todos os atores aceitarem um conjunto comum de normas, liderando o processo político de forma legítima. (HERMANN, 1996) Sobre a implementação de uma nova medida, o autor salienta que a falta de comprometimento para com a nova política talvez não seja a única dificuldade de execução desta. Igualmente importante é se os objetivos e procedimentos requeridos para tanto estão claros e se aqueles encarregados da

execução dessas políticas estão plenamente comprometidos com ela. Assim, para o autor, quanto maior for a participação em todos os estágios de decisão por aqueles encarregados de pôr em prática uma política, mais estes estarão aptos a ativá-la de uma maneira consistente com as intenções dos fazedores de política. Quanto mais específica e explícita forem as expectativas dos fazedores de política, mais provável será que a medida seja implementada de maneira consistente com suas expectativas. Quanto mais compromissados forem aqueles encarregados com a implementação de políticas estiverem com as mudanças, não preferindo outras alternativas, mais a política será consistente. Quanto mais fiel à nova política estiver com a missão *a priori* e com os recursos disponíveis, mais compromissados estarão com a execução desta. Quanto maior for a atenção dos líderes principais ao seguimento e à revisão da nova política nos estágios posteriores do processo, será mais provável que seja corretamente implementada.

Entretanto, esta versão de Hermann é uma visão minoritária entre os autores. Bruce Russett, Harvey Starr e David Kinsella argumentam que se pode pensar a política externa como um programa que serve para compreender o comportamento pretendido por um Estado para promover e atingir seus interesses. No caso da União Soviética, observa-se que o Estado respondeu a desafios impostos pelo cenário internacional, mas ao mesmo tempo soube estrategicamente promover interesses políticos, ainda que em uma esfera de atuação limitada, justamente pelo modelo político e social soviético contrapor-se à ordem capitalista vigente.

De forma geral, Estados que apresentam tal característica que se revela questionadora da estrutura de poder internacional estabelecida procuram agir de uma forma em que se possa sobreviver e garantir direitos, o que irá diferenciar os países em serem bem sucedidos, ou não é o tamanho da sua capacidade de poder e sua estratégia, que leva em conta tanto meios materiais, quanto econômicos e políticos, para atingir seus objetivos em meio a um cenário internacional hostil. As colocações expostas acima levam a uma breve reflexão do que viria a ser política externa: um programa de medidas estabelecido pelos principais tomadores de decisão estatais, ou seus representantes, que possui um objetivo, ou um problema a ser resolvido com relação a outros atores, ou entidades internacionais. Em outras palavras é um plano estabelecido pelo Estado que visa a uma ação no cenário internacional, sendo esta ação um objetivo, ou a solução de um problema. (HERMANN, 1996)

Muitas das proposições de Hermann podem ser observadas no processo de decisão interno da União Soviética. A estrutura que será estabelecida no governo Stalin vai promover uma hierarquização política no campo doméstico, que naquele período histórico passou a ser

essencial para articular as estratégias econômicas e militares necessárias, objetivando a modernização do país e um certo equilíbrio de forças com as demais potências, o que foi primordial para vencer as invasões à URSS durante o período do entre guerras e para consolidar o governo soviético.

Contudo, ao mesmo tempo, essa escolha ocorre também por um contexto conflituoso de grande crise que se formava no âmbito europeu. Nas diferentes fases da política externa soviética, pode-se observar uma continuidade, no que diz respeito ao tentar adaptar-se aos novos cenários que se formavam e, junto a isso, promover seus objetivos no sistema internacional, que se mostrou hostil a URSS desde a revolução. De uma forma geral, independentemente das posições e dos rumos que os diferentes líderes soviéticos tomaram com relação às suas políticas internas e externas, duas características permanecem até 1985 (posteriormente os grupos políticos que tomaram o poder decidiram dar outro destino à URSS): a criação de um modelo político, econômico e social alternativo e a sua proteção, de forma defensiva e reativa perante um sistema internacional que o rejeitava.

3 REVOLUÇÃO E CONSTRUÇÃO DO ESTADO SOVIÉTICO

As consequências advindas da implementação do Estado soviético para o sistema internacional também estabeleceram limites ao capitalismo liberal característico do fim do século XIX, início do século XX. Nesta época, houve uma exploração máxima da mão-de-obra, desprovida de qualquer direito, e o aparato Estatal ainda tinha poder reduzido de intervenção nas questões econômicas. Neste contexto, ocorreram profundas transformações sociais com o surgimento do proletariado como classe social desprovida de posses – cujo objetivo foi servir de base para impulsionar a Revolução Industrial e a ascensão da burguesia ao *status* de classe dominante. (DOBB, 1971) O proletariado e os camponeses encontraram no socialismo tanto social-democrata quanto revolucionário, os ideais e a estrutura organizacional para articular seus interesses e impulsionar mudanças no quadro político, no intuito de garantir suas demandas. A nova realidade política que se constituía estava relacionada à crise econômica do capitalismo. (LENIN, 2004) Esse período global foi marcado pelo imperialismo das potências europeias tradicionais e pelo surgimento de outros candidatos ao seleto grupo dos grandes poderes, como o Japão, a Alemanha e os EUA, países de industrialização tardia, que passaram a disputar espaço na já decadente Pax Britânica.

O nascimento da Rússia Soviética ocorreu neste contexto. A Rússia Czarista encontrava-se em situação bastante desigual com as demais potências europeias. A Inglaterra disputava com os russos o controle de regiões estratégicas, como a que englobava o Império Otomano e a Ásia Central. As perdas no Extremo Oriente para o Japão apenas aprofundaram a crise interior no país. Dessa forma, tanto a grande burguesia quanto a aristocracia de outros países desejavam aproveitar ao máximo as oportunidades que o frágil regime Czarista, especificamente sobre o comando de Nicolau II, fornecia-lhes, já que a Rússia ainda se encontrava em fase primitiva de acumulação do capital, mantendo uma estrutura socioeconômica feudal.

A renda per capita tinha-se estagnado, entre 1830 a 1890, em 170 a 182 dólares. As diferenças com a Alemanha, a França e a Inglaterra eram significativas, tendo suas rendas subido de 245 para 537 dólares, de 264 para 515 dólares e de 346 para 785 dólares, respectivamente (BERTONHA, 2010). As diferenças eram acentuadas também no ritmo de crescimento da Rússia, se comparada com os demais países centro da época: de 1830 a 1890, a economia russa cresceu de 10 bilhões para 21 bilhões de dólares; já a Alemanha, no mesmo período, tinha passado de 7,2 bilhões para 26,4 bilhões de dólares. Na indústria do aço, a produção russa cresceu de 950 mil para 4,8 milhões de toneladas entre 1890 e 1914, mas só a

norte-americana de 9,3 milhões passou para 31,8 milhões e a alemã de 4,1 milhões para 17,6 milhões.

O gigantesco território trazia problemas, especialmente com os povos não russos colonizados. Os czares utilizaram da cooptação e coerção para mantê-los sob controle. É certo que possibilitaram-se liberdades culturais, podendo as elites locais ter um espaço de atuação dentro do Império, sendo fiéis à Coroa. Contudo, o Czar incentivava os povos russos a colonizarem a Sibéria e outras regiões da Ásia Central, como o Turquestão, lançando a partir disso sua política de russificação (BERTONHA, 2010, p.50), e impondo por outros meios a fé ortodoxa e os costumes russos. Assim, aos poucos se verificava que o Império, antes um dos mais poderosos já vistos, encontrava-se em declínio e não conseguia se adaptar às novas realidades modernas. Em um período de crise capitalista e corrida imperialista, a Rússia ocupava uma posição difícil, sendo seu território e suas reservas constantemente cobiçados pelas demais potências. Até então, a resposta russa para possíveis enfrentamentos estava muito aquém de causar qualquer receio em seus adversários. Assim, era muito possível uma ameaça à existência do Estado russo, como ficou claro durante a Primeira Guerra Mundial.

Ao tomar o poder em Petrogrado, os bolcheviques direcionaram uma política que foi resumida pelo lema: todo o poder aos soviets. Apesar de terem exercido grande influência pelo país e terem maioria no Congresso Soviético, foram apenas 240 mil afiliados. Moscou estava ainda nas mãos do inimigo, que não parecia ceder à luta armada. O país sofria grandes revezes na Primeira Grande Guerra, e os povos não russos, insatisfeitos, demandavam autonomia e independência. No entanto, foi possível organizar uma estrutura política provisória. (BRUHAT, 1963, p.29) Com a criação de um novo governo, era essencial garantir o apoio da população, em especial da classe camponesa (maioria da população), operária, e dos soldados. Assim, em 26 de outubro de 1917, foi deliberado, pelo Congresso dos Sovietes de deputados operários, soldados e camponeses de toda a Rússia, um governo provisório operário e camponês. Essa instituição comandou o país até a convocação de uma Assembleia Constituinte. Este governo foi denominado Conselho de Comissários do Povo.

A administração dos diferentes ramos da vida do Estado estiveram confiados às comissões em, “[...] cuja composição deve assegurar a aplicação do programa proclamado pelo Congresso, em estreita união com as massas dos operários, operárias, marinheiros, soldados, camponeses e empregados”. (LENIN, 2004, p.407) O poder governamental era responsabilidade do colégio de presidentes de tais comissões, em outras palavras, do Conselho de Comissários do Povo. Já o “controle sobre as atividades dos comissários e o

direito de os destituir pertence ao Congresso dos Sovietes de deputados operários, camponeses e soldados de toda a Rússia e ao seu Comitê Executivo Central”. (LENIN, 2004, vol. II, p.407).

Na composição do Conselho, Vladimir Ilitch Lenin ficou com a presidência, Liev Davidovitch Trotski com os negócios estrangeiros, e Iosif Visarionovitch Stalin com a presidência para os assuntos das nacionalidades. No conselho, foram criados postos de Comissário do Povo Interior, Agricultura, Trabalho, Assuntos Militares e Navais, Comércio e Indústria, Instrução Pública, Finanças, Justiça, Abastecimento, Correios e Telégrafos e dos Caminhos-de-Ferro, única área que até a data tinha o posto vago. Também foram criados os Decretos sobre a Paz (8 de novembro de 1917), a primeira iniciativa política que definitivamente tira a Rússia da guerra; sobre a Terra (8 de novembro de 1917); sobre as Empresas Industriais (14 de novembro de 1917), e sobre as Nacionalidades (15 de novembro de 1917).

O documento definidor da política externa soviética desse período foi o Decreto da Paz. Nele estava descrito que era necessária a constituição de uma “paz imediata, sem anexações e sem contribuições”. (LENIN, 2004, vol. II, p.396) Sobre a anexação e conquista de território alheio foi definido o seguinte:

Por anexação ou conquista de terras alheias o governo entende, de acordo com a consciência jurídica da democracia em geral e de classes trabalhadoras em particular, toda a incorporação de um Estado grande ou forte, de um povo pequeno ou fraco, sem o acordo e o consentimento preciso, claro e voluntariamente expresso por este povo, independentemente de quando foi realizada esta incorporação pela força, independentemente também de quão desenvolvida ou atrasada é a nação incorporada pela força ou mantida pela força dentro das fronteiras de um Estado. Independentemente, enfim, de se esta nação vive na Europa ou em distantes países ultramarinos. (LENIN, 2004, p.396).

O líder soviético concluía que a questão de como partilhar entre as nações fortes e ricas os povos fracos por elas conquistados é o maior crime contra a humanidade, e assim a URSS “[...] declara solenemente a sua resolução de assinar imediatamente as condições de paz que ponham fim a esta guerra nas condições indicadas, igualmente justas para todos os povos sem exceção”. (LENIN, 2004, vol. II, p.397) Contudo, enfatizou que era necessário negociar, desde que as propostas fossem feitas com a maior rapidez possível e de forma clara, excluindo qualquer ambiguidade e segredo nos termos de condições à paz. Os soviéticos abriram mão da diplomacia secreta, no intuito de conduzir as negociações de modo completamente aberto. Declararam incondicional e imediatamente anulado todo o conteúdo

dos tratados secretos, provenientes do período czarista, e disponibilizaram os arquivos e documentos a todos que desejassem ter acesso a eles.

No mesmo decreto, uma mensagem foi enviada aos operários da França, Inglaterra e Alemanha. O governo soviético os cumprimentava pela compreensão da árdua tarefa que lhes cabia no momento de libertar a humanidade dos horrores da guerra e das suas conseqüências. “Com sua atividade multilateral nos ajudarão a conduzir com êxito até o fim a causa da paz e da libertação dos trabalhadores em todo mundo da escravidão e exploração”. (LENIN, 2004, vol. II, p.198) Dessa forma, a política internacional da Rússia Soviética tinha o objetivo de proteger os seus trabalhadores e assegurar as condições exteriores mais favoráveis para o desenvolvimento do socialismo e do comunismo. (POTEMKIN *et all*, 1968, p.55) Nas relações com os países ditos burgueses, buscou-se a coexistência pacífica entre Estados com diferentes regimes, caracterizando este conceito como elemento essencial e principal para a diplomacia soviética. Dando base a este lema estavam os demais princípios, como a não intervenção dos Estados nos assuntos internos de outros, a não agressão, respeito à soberania, integridade nacional e territorial de todos os países. (POTEMKIN *et all*, 1968, p.55)

Na Conferência Internacional de Gênova, a primeira que a URSS esteve representada, o enviado pelo Conselho de Comissários do Povo, G. V. Chicherin relatou:

[...] fiel ao ponto de vista dos princípios do comunismo, a delegação russa reconhece que na atual época histórica é possível a existência paralela do regime social velho e o regime que acaba de nascer, a colaboração econômica entre os Estados representantes deste dois sistemas de propriedade é imperiosamente necessária para o restabelecimento geral da economia”. (CHICHERIN, 1968, p. 56³ *apud* POTEMKIN *et all*, 1968, p.56)

A Rússia Soviética reconheceu a soberania de todos os Estados sem exceção, sejam quais fossem os seus territórios, sua população, seu nível de desenvolvimento econômico e sua cultura. Os soviéticos manifestaram-se contra toda a forma de opressão nacional, prestando apoio aos povos do Oriente, a todas as colônias e povos envoltos na sua luta pela independência. Neste período revolucionário, a política exterior soviética também esteve impregnada do espírito do internacionalismo proletário, em aliança com os revolucionários dos países avançados e com todos os povos oprimidos. (POTEMKIN, 1968, p.57) Outro

³Documentos de Política Externa de la URSS, tomo I, pag. 299-301

documento importante, que influenciou os rumos da política externa soviética desse período, foi a Declaração sobre os Direitos dos Povos da Rússia, elaborada por Lenin e Stalin em 1917, que versava sobre a igualdade e a soberania dos povos da Rússia e seus direitos em dispor “[...] livremente de seus destinos, de se separarem e conquistarem a independência, a supressão de qualquer privilégio e restrição nacional e nacional-religiosa, livre desenvolvimento das minorias nacionais e dos grupos étnicos que povoam o território russo”. (BRUHAT, 1963, p.31)

3.1 Tratado de Brest –Litovski e os impactos sobre a Revolução

Em uma reunião realizada em 4 de dezembro de 1917, a delegação soviética expôs as suas condições para o armistício: este deveria ser concluído no máximo em seis meses. As operações deveriam cessar em todas as frentes. Os alemães deveriam evacuar as ilhas de Moonsund e Riga, e ficaria proibido todo o deslocamento das tropas alemãs à frente Ocidental. A atitude soviética pegou de surpresa os generais alemães, que não esperavam um posicionamento tão firme. A delegação soviética enfatizava que suas propostas visavam ao cessar geral do conflito. (POTEMKIN *et all*, 1968, p.61)

Ao insistirem no não traslado das tropas alemãs e austro-húngaras, acabavam por defender seus aliados na guerra: a Inglaterra e a França. As propostas descontentaram os generais alemães, tendo o chefe do Estado Maior, general Hoffmann, afirmado serem tais condições somente possíveis, se apresentadas por vencedores. Prevendo uma possível negativa para a paz, a delegação soviética pediu o cessar das negociações em 5 de dezembro do mesmo ano. Contudo, os alemães, para não permitir que os soviéticos sássem de Brest-Litovski, estabeleceram um acordo provisório, garantindo o não traslado de mais tropas. (POTEMKIN *et all*, 1968, p.61-62)

Na trégua estabelecida, o Comissariado de Assuntos Exteriores enviou aos embaixadores estrangeiros uma nota, pedindo que perguntassem se os governos estariam dispostos a retomar as negociações de paz; porém, nenhuma resposta foi fornecida aos soviéticos. Entretanto, em 15 de dezembro, as negociações terminaram com a conclusão de um armistício de 28 dias entre Rússia, Alemanha, Áustria-Hungria, Bulgária e Turquia. Em caso de ruptura do armistício, a parte que o fez deveria avisar as outras antecipadamente de sua decisão. (POTEMKIN *et all*, 1968, p.62)

As negociações de paz foram iniciadas no começo de dezembro de 1917 no clube de oficiais de Brest–Litovski. Partindo dos princípios gerais do Decreto sobre a Paz, evidenciam-se as seguintes propostas da delegação soviética: não se admitia nenhuma incorporação por violência de territórios ocupados durante a guerra; as tropas que ocupavam os territórios seriam retiradas em um prazo breve; a autonomia política dos povos seria restabelecida em toda a sua amplitude para aqueles que tinham sido privados de tal condição durante a guerra; aos grupos nacionais que não gozavam de independência política antes da guerra seria garantida a possibilidade de decidir livremente sobre a sua incorporação a um Estado, ou a sua independência perante *referendum*. (POTEMKIN *et all*, 1968, p.66-67)

Este *referendum* deveria ser organizado de tal modo que garantisse a completa liberdade em emissão do sufrágio para toda a população de cada território, compreendendo os emigrados e os fugitivos. Com respeito aos territórios habitados por várias nacionalidades, os direitos das minorias ficariam garantidos por leis especiais que assegurassem a autonomia administrativa; nenhum dos países contratantes estaria obrigado a pagar a outros, os chamados “gastos militares”; as indenizações já recebidas deveriam ser devolvidas. Quanto à compensação dos danos sofridos por particulares em consequência da guerra, seria atendida com um fundo particular integrado por quotas proporcionais que aportassem todos os países beligerantes. Os problemas coloniais se resolveriam tendo presente os princípios expostos nos pontos acima. (POTEMKIN *et all*, 1968, p.67)

Nos acordos, a Rússia defendia a independência da Finlândia, Lituânia, Estônia, Letônia, Bielo–Rússia e Ucrânia, tendo o apoio dos alemães e austro–húngaros. A Alemanha insistiu na independência de territórios, pois logo iniciaria inúmeras ofensivas que colocariam esses países sob seu controle político e econômico. Em 3 de março de 1918, foi assinada a paz, e os respectivos países mencionados tornaram-se independentes. Na mesma época, os alemães já planejavam uma intervenção à Rússia que, ao ver dos generais alemães, encontrava-se muito debilitada militarmente pela revolução, sendo a oportunidade ideal para invadí-la. As tropas da França, da Inglaterra, do Japão e dos EUA também perceberam que este momento era ideal para eliminar o comunismo, o governo soviético, e ter controle sobre partes estratégicas do território russo.

3.2 Guerra Civil 1918-1921: a presença estrangeira na Rússia Soviética

Duas forças atuaram juntas na tentativa de derrubar o poder soviético: as contrarrevolucionárias, que conseguiram reunir um quadro de militares e civis – o primeiro formado por cossacos e oficiais czaristas, e o segundo por indivíduos descontentes com os rumos, ou as medidas implantadas pela revolução – e os intervencionistas estrangeiros. Estes últimos, ainda que não tivessem um exército numeroso como os dos contrarrevolucionários, obtinham capital, tecnologia e armamentos para apoiar as forças fiéis ao antigo regime. (BRUHAT, 1961, p.45)

Além de impedir a onda revolucionária pelo mundo, o objetivo das grandes potências ocidentais era dividir o território russo em zonas de influência: a Inglaterra ficaria com o Cáucaso, que tinha inúmeras reservas de petróleo, a região do Don e o litoral Báltico; já à França, por obter muitos capitais na Ucrânia, teria o controle sobre esta, mais a Polônia e a Crimeia; e o Japão estenderia o seu império, anexando outras regiões, após ter derrotado os russos na Manchúria em anos anteriores. (BRUHAT, 1961, p.46) Conforme Churchill em suas memórias, a Inglaterra investiu 100 milhões de libras esterlinas em ajuda aos exércitos contrarrevolucionários. “A Inglaterra prestou-lhe (a Denikin⁴) a principal ajuda, e no mínimo, 350 mil espingardas, 200 canhões, 30 tanques e enorme quantidade de munições foram enviadas, através do Dardanelos, pelo Mar Negro, para Novorossiisk”. (CHURCHILL 1923, p. 37⁵ *apud* POLIAKOV, 1981, p.37)

Os primeiros a invadirem a Rússia foram os alemães e os austro-húngaros, ocupando grandes partes do território, já adquiridas pelas exigências feitas no Tratado Brest-Litovski. Praticamente no mesmo período, uma intervenção inglesa, francesa, japonesa e americana foi iniciada. Além da atuação direta, os alemães e seus aliados apoiaram também os contrarrevolucionários. Após o tratado de paz, grande parte do país encontrava-se nas mãos do inimigo. (BRUHAT, 1961, p.47). Os ingleses iniciaram a sua intervenção, em 1918, desembarcando no norte, na cidade de Murmansk. Pisaram em solo russo 200 soldados

⁴Foi o tenente general do exército imperial russo (1916) e um dos primeiros generais do Exército Branco na guerra civil. Em suas memórias relatou que recebeu dos estrangeiros fardamento que chegava para um exército de 250 mil homens, 558 canhões, 12 tanques, mais de 1,5 milhões de projéteis e 160 milhões de cartuchos de espingardas. (DENIKIN, 1925, p. 86 *apud* POLIAKOV, 1981, p. 37) DENIKIN, Anton. Ensaio sobre o Motim Russo. Berlim: 1925 Vol IV

⁵CHURCHILL, Winston. **The World Crisis**. New York: Charles Scribners Sons, 1923-31 Vol V.

ingleses, com dois canhões, dirigindo-se à mesma cidade. (POLIAKOV, 1981, p.27). Mais tropas inglesas com o reforço das francesas e americanas auxiliaram na ampliação da ocupação do norte, em Arkhanguelsk. No dia primeiro de agosto de 1918, tais tropas entraram na foz Dviná Setentrional e bombardearam posições da artilharia costeira estacionadas na ilha de Mudiug. Arkhanguelsk foi também atacada pelo ar e ocupada em dois de agosto. (POLIAKOV, 1981, p.27) Após estas investidas, a Entente constituiu o Governo do Norte da Rússia.

No Extremo Oriente, em 5 de abril de 1918, os fuzileiros navais japoneses chegaram a Vladivostok. No mesmo espaço de tempo, os EUA preparavam tropas para serem enviadas a esta região. Um navio de transporte militar, com dois mil soldados sob o comando do General Graves⁶, foi autorizado pelo Ministério da Defesa americana a ir para a Rússia. Outros navios com mais tropas saíram do porto filipino de Manila, em direção a Vladivostok. Mais tropas inglesas também desembarcam na mesma data. (POLIAKOV, 1981, p.28)

Um exército de cossacos foi formado na região do Don e liderado pelos generais: Krasnov⁷ e Mamontov⁸. Também atuaram com os ingleses, os generais Kornilov, Alekseiev⁹ e Denikin acabaram por controlar o Cáucaso do Norte. Em maio de 1918, uma legião de tcheco-eslovacos incitou um motim no Volga e na Sibéria. Eram soldados que tinham servido no exército austro-húngaro e foram capturados pelas tropas russas durante a guerra. Dessa condição dois governos foram implementados: um no médio Volga, em Samara, e o outro na Sibéria, em Omsk. Ambos uniram-se após a Conferência de Ufa, realizada em setembro de 1918, para formar o Governo Provisório da Rússia, que decorrente das dificuldades e crises internas foi, com a ajuda da Inglaterra, liderado pelo Almirante Koltchak¹⁰. No mesmo período, os alemães controlaram a Ucrânia e a Transcaucásia.

⁶Major General William Sidney Graves foi o comandante das forças americanas na Sibéria durante a intervenção aliada na Rússia.

⁷Piotr Nikolaievitch Krasnov foi tenente-general do exército russo quando a revolução estourou em 1917, e um dos líderes do movimento contrarrevolucionário.

⁸Konstantin Mamontov era um comandante militar russo e famoso general dos cossacos do Don, que lutou no Exército Branco durante a Guerra Civil Russa.

⁹General Mikhail Vasilevitch Alekseiev (1857-1918) foi nomeado Chefe do Estado-Maior da Rússia Imperial em 1915, cargo que ocupou até ser demitido pelo primeiro-ministro Kerenski, em junho de 1917. Ele organizou o exército de voluntários anti-bolchevique após a Revolução de 1917.

¹⁰Aleksandr Koltchak foi um oficial naval da Rússia Imperial. Após a Revolução de Fevereiro de 1917, ele foi o único almirante que apoiou o governo de Kerenski. Concordeu em ser Ministro da Guerra no governo anti-

A Ásia Central soviética foi invadida também em 1918, As tropas inglesas estacionadas na Pérsia (Irã) atravessaram a fronteira perto da estação ferroviária de Artik, e ocuparam Achkhabad e outras cidades da Região Transcáspia (Turcomenia). Apesar da capitulação alemã, a invasão intensificou-se. Em 1918, uma esquadra anglo-francesa entrou no Mar Negro. Seus navios de guerra passaram pelo Dardanelos e Bósforo. Tropas francesas e gregas desembarcaram em Odessa sob proteção de encouraçados da Entente. Outras cidades foram ocupadas ao longo do litoral do Mar Negro, como Sevastopol, e da Transcaucásia, como Baku, Tbilissi e Batúmi, substituindo o exército alemão.

Em 10 de outubro de 1919, o Supremo Conselho da Entente redigiu uma nota aos países, convocando um bloqueio econômico à URSS. “os países neutrais devem impedir todo comércio de seus cidadãos com a Rússia bolchevista [...]” (POLIAKOV, 1981, p.34) Ainda dizia que, no Golfo da Finlândia, os navios ingleses e franceses que fossem expedidos para os portos russos seriam desviados. Foi também proibida a entrada de cartas, telegramas e radiotelegramas, interrompendo praticamente todos os contatos da Rússia com o exterior. A Entente continuava a financiar motins, conspirações antigovernamentais dentro da Rússia Soviética, além de continuar a abastecer as tropas contrarrevolucionárias. Apesar do avanço da Entente sobre os seus territórios, o governo dos bolcheviques também reuniu forças a seu favor. O auxílio dos movimentos operários em vários países do mundo, em especial na Alemanha, Inglaterra, França e nos EUA, foram essenciais para a saída das tropas estrangeiras ocidentais do território russo em 1919. O Comissariado do Povo para Assuntos Exteriores conclamou, em 1919, os movimentos operários dos países interventores a manifestarem-se contra a invasão à URSS.

Os operários responderam exercendo uma enorme pressão sobre seus governos, negando-se, por exemplo, a carregar navios com armamentos e suprimentos destinados à URSS. Em Seattles, nos EUA, os portuários retardaram o embarque de 185 mil fuzis e 426 caixas de reposição que seriam enviados ao exército de Koltchak. Comunicados de diversas instituições e partidos socialistas manifestaram-se contra a intervenção. Uma grande campanha iniciava com o lema de “Tirem as mãos da Rússia Soviética”, demonstrando o apoio que os bolcheviques conquistaram dos trabalhadores em toda Europa com a chamada luta pela causa operária.

bolchevique russo, com base em Omsk, e após foi eleito Governador Supremo da Rússia. Morto em 1919 pelos bolcheviques, após sofrer grandes baixas de seu exército e perder apoio de aliados contrarrevolucionários.

Aconteceu o mesmo com os soldados das tropas intervencionistas. No Mar Negro, ocorreu uma grande insurreição na esquadra francesa. Os soldados recusaram-se a lutar contra a Rússia Soviética e exigiram o regresso à França. (POLIAKOV, 1981, p.34) Os povos de outros países pertencentes ao antigo Império Czarista e à Europa do Leste, que tinham também sido ocupados pelas potências ocidentais, apoiaram os soviéticos. Foi o caso da Hungria, Baviera, Eslováquia, e outros. Muitos ex-combatentes de guerra e cidadãos de outros países uniram-se ao exército vermelho. (LEBEDEV, 1983, p.38) Entre 1917 a 1920, combateram junto aos russos 80 mil húngaros, 40 mil chineses, 30 mil iugoslavos, milhares de tchecos, polacos, alemães, coreanos, romenos, búlgaros e finlandeses (LEBEDEV, 1983, p.38). Em 1918, o Comitê Executivo Central de Toda a Rússia instituiu um fundo para ajudar a Revolução Alemã de 1919, comandada por Rosa Luxemburgo. Estas iniciativas ocorreram em virtude das potências ocidentais recusarem-se a uma negociação. No mesmo ano, o Comissariado do Povo para Assuntos Exteriores, depois de protestar junto às missões diplomáticas, em mensagem pelo rádio a 4 de fevereiro de 1919, manifestou a urgência de concertar um acordo que pusesse fim às ações bélicas. O governo soviético estava disposto a estabelecer negociações imediatamente e chegar a um acordo, inclusive às custas de concessões apreciáveis, desde que estas não ameaçassem o futuro desenvolvimento da Rússia Soviética. (LEBEDEV, 1983, p.38)

França, Inglaterra, EUA e a própria Alemanha não tiveram saída. Era preciso chegar a um acordo, ou continuar a ofensiva apenas com as forças contrarrevolucionárias. Assim, por iniciativa dos representantes dos EUA em Moscou, o presidente Woodrow Wilson foi informado de que era preciso obter um acordo. E, em 22 de Janeiro de 1919, na ilha dos Príncipes, a Entente convocou uma conferência de delegados de todos os governos instalados no território russo. A estratégia de Lenin considerava que, sem o apoio externo, os exércitos contrarrevolucionários passariam aos poucos a serem abandonados pela população local. Foi formado o Conselho dos Dez para discutir a questão russa, mas nas negociações entre Entente e soviéticos nada foi acordado. Neste meio tempo, Koltchak preparava uma ofensiva que acabou por receber apoio dos aliados, em especial da França que ainda acreditava em uma vitória pela via militar. Assim, as ingerências começaram na Rússia Soviética.

3.3 O Comunismo de Guerra e a estratégia diplomática soviética

Em um período de três a quatro anos, o exército vermelho conseguiu formar um grande contingente: 350 mil homens em outubro de 1918, 790 mil no fim deste ano e um milhão e quinhentos mil em 1919, não contando os guerrilheiros. Além do exército, uma estrutura de economia de guerra foi montada rapidamente para satisfazer a produção de armamentos e abastecimento das tropas. Foi o primeiro modelo de crescimento econômico da URSS, que não sobreviveu por muito tempo, por ser em grande parte direcionado à guerra.

Na indústria, o objetivo era aumentar o rendimento a todo o custo. Os trabalhadores e as empresas que atingiam suas metas eram exaltados pela imprensa soviética. Com as ferrovias da linha Kazã–Moscou foi inaugurado o sábado comunista, de trabalho gratuito e suplementar de cinco horas. Métodos de organização e de administração, como o Taylorismo, foram introduzidos: trabalho organizado por setores de produção e variação do salário pela produtividade. Era necessária a unificação das massas trabalhadoras para garantir rapidamente o alto rendimento das poucas indústrias de base e de bens de capital (em especial, as direcionadas à produção de armamentos).

Um decreto de 13 de maio de 1918 lançou o monopólio do trigo, e ordenou a requisição dos produtos agrícolas que passaram a ter preços de tabela. Os exércitos comandados pelos principais líderes, entre eles Stalin, promoveram inúmeras baixas no exército branco, o que fez com que os contrarrevolucionários fizessem uma trégua. O governo francês retirou suas tropas de Odessa em abril de 1919. Assim, contatos foram estabelecidos entre o governo soviético e os estrangeiros; um encontro da União Pan–Russa das cooperativas e dos membros da Comissão Permanente do Comitê Supremo Econômico foi realizado, em Copenhague, em 1919; um acordo entre França e Rússia para o repatriamento dos soldados russos foi também assinado nesta cidade em 1919; e as negociações entre o Conselho Supremo Econômico e as potências europeias iniciaram, retomando aos poucos as relações rompidas no decorrer da guerra. (BRUHAT, 1963, p.40-43)

Anteriormente a esses acontecimentos, o Comitê Executivo Pan–Russo rompeu com o Tratado de Brest–Litovski, em 8 de março de 1918. O exército vermelho, que se constituiu primeiramente com voluntários, conseguiu aos poucos fazer recuar as tropas alemãs e as demais pertencentes aos franceses, que deixaram a Estônia, Lituânia, Letônia, Bielo–Rússia, Polônia e a Transcaucásia. Nesse mesmo período, revoluções estouraram por toda a Europa, com a formação de Partidos Comunistas de caráter revolucionário, o que levou à criação em

Moscou da Internacional Comunista, em março de 1919. Porém, os soviéticos ainda teriam de enfrentar mais uma ofensiva, desta vez encabeçada pela Polônia. Em 1918, os poloneses conseguiram a independência, e em 1919 suas tropas invadiram Minsk e partes da Ucrânia.

Apesar da investida polonesa, os soviéticos continuaram avançando e tomaram Lvov e Varsóvia; porém, com o apoio da França, os poloneses retomaram seus territórios. Um tratado foi firmado em Riga, no dia 12 de outubro de 1920 e ratificado em 18 de março de 1921. A fronteira foi fixada a leste da linha Curzon, e os poloneses anexaram a Galícia e uma parte da Bielorrússia. Foram apoderadas as fortificações de Perekop e a Criméria ocupada. Aos poucos, os regimes contrários aos soviéticos caíram. (BRUHAT, 1963, p.51) Após a retirada dos ingleses, os socialistas tomaram o poder na Geórgia, no Azerbaijão e na Armênia. No Turquestão, os soviéticos invadiram Askhabad e expulsaram os príncipes locais. As últimas revoltas no Turquestão foram reprimidas em 1922. Ainda em 1919, os ingleses também se retiraram de Arkhanguelsk, sendo a mesma ocupada em 1920 pelo exército vermelho. Ainda que não formalmente declarada, a Guerra Civil chegava ao fim, como também a intervenção estrangeira. (GROMYKO; PONOMAREV, 1981)

O governo e o exército soviético, com a experiência de combate e administração de recursos, incrementaram as políticas de gerência institucional. Contudo, a nova Rússia perdeu 770 mil quilômetros quadrados de território, em relação ao que tinha durante o Império Czarista. Além da independência da Polônia, Finlândia e dos países Bálticos, os romenos anexaram a Bessarábia; e, em 1921, os turcos anexaram as regiões de Kars, Ardaã e Artvin. Com tais perdas, especialmente a dos países Bálticos, a Rússia perdeu os portos que, durante o ano inteiro, não congelavam. Aos poucos os governos das potências reconheceram o governo soviético como autoridade legítima, e tratados de paz foram assinados com a Estônia, a Lituânia, a Letônia e a Finlândia, assim como tratados de amizade com a Pérsia, o Afeganistão e a Turquia. A Noruega, Tchecoslováquia, Alemanha, Itália, França e Inglaterra estabeleceram representações para missões comerciais na Rússia Soviética. A Áustria manteve uma missão de repatriamento, e a Suécia uma delegação comercial. A China estabeleceu apenas uma missão diplomática em Moscou, apesar de não ter concluído nenhum acordo com a Rússia.

Neste período de 1917 a 1953, a consolidação e a vitória da Revolução Bolchevique foram bem-sucedidas, alcançando as transformações sociais e políticas almejadas. Contudo, foi especialmente no governo de Stalin que resultados concretos foram obtidos. Até esta administração e sua política de planos quinquenais, a URSS continuava vivenciando a grande

possibilidade de novas guerras civis e provável fissura dentro do Partido Comunista, o que certamente iria resultar em um enfraquecimento ainda maior das instituições políticas, deixando a URSS novamente exposta a outras investidas provenientes de seus vizinhos europeus principalmente. Ao mesmo tempo que gerava uma profunda transformação interna, a URSS certamente influenciava na correlação de forças no cenário internacional, e sua mera existência incitava o surgimento da onda contrarrevolucionária que iria perseguí-la até o seu fim.

A implementação do socialismo na Rússia provocou modificações no sistema capitalista mundial, resultando no surgimento do Estado de Bem-Estar Social. Esta não é a única razão para as transformações do capitalismo que ocorreram no pós-Primeira Guerra Mundial, mas a criação da URSS certamente teve grandes influências. Essa situação determinou mudanças na estratégia soviética para a sua política externa futura, uma vez que o cenário do entre guerras traria novos desafios.

3.4 Stalin e o “Socialismo em um Só País”

Após ter vencido a guerra civil e a intervenção estrangeira, foi preciso promover uma série de iniciativas no campo da política externa que auxiliariam a levar a cabo as reformas internas. A NEP objetivava a tentativa de implementação das relações monetário-mercantis, ao mesmo tempo em que o Estado tinha o comando da economia e obtinha a posse de seus recursos. Foi a incorporação de um capitalismo de Estado limitado. Buscou-se desenvolver o comércio como forma estrutural para estreitar as relações econômicas entre a indústria socialista e a pequena produção mercantil camponesa, o que garantiria a segurança alimentar e a base técnico-material do socialismo. Os novos rumos da política interna certamente contribuíram para influenciar em parte a tomada de decisão das novas relações diplomáticas que deveriam ser estabelecidas, inclusive com as potências do Ocidente. Ao vencer a intervenção estrangeira, a URSS conseguiu obter de diferentes países o reconhecimento de seu governo como único de toda a República Socialista.

É preciso lembrar que arrendamentos e concessões de um número limitado de empresas foi disponibilizado pelos soviéticos ao capital estrangeiro nesse período do pós-guerra. Para tanto, foi necessário também estabelecer relações com antigos inimigos, no intuito de evitar novos confrontos, ou buscar a solução de litígios internacionais através de negociações e de outras formas não conflituosas. Por um tempo significativo, o governo

soviético foi aos poucos obtendo bons resultados, como a assinatura em 16 de março de 1921 de um convênio comercial com a Inglaterra. Na Conferência de Cannes de 1922, foi especificado que cada país poderia organizar seu regime de propriedade, governo e economia da forma que quisesse. Contudo, as indenizações, dívidas e obrigações públicas deveriam ser ressarcidas.

Assim, os estrangeiros deveriam ser recompensados pelo confisco ou sequestro de propriedade (BRUHAT, 1961). Tal demanda não era viável para uma economia que recentemente começara a desenvolver a sua base estrutural. Por isso, outras iniciativas foram tomadas, como o convênio comercial estabelecido em 6 de maio de 1921 com Alemanha, durante a República de Weimar. Os alemães chegaram a reconhecer o governo soviético como único representante legítimo do Estado da Rússia na Alemanha, concedendo todos os direitos e privilégios diplomáticos (LEBEDEV, 1983). Com o tempo, outros convênios foram firmados com a Noruega, Áustria, Itália, Dinamarca e Tchecoslováquia (LEBEDEV, 1983).

Em 1922, a URSS foi convidada a participar da Conferência Econômica Internacional de Gênova, que seria uma espécie de continuação de Cannes. A diplomacia soviética propôs um amplo programa de consolidação da paz e colaboração internacional. Era intenção maior da missão assegurar a aceitação de questões econômicas, como anulação de todas as dívidas, concessão de empréstimos facilitados aos países afetados pela guerra, coordenação de medidas para lutar contra a inflação, promoção de uma colaboração internacional para resolver problemas econômicos, medidas para combater a crise de combustíveis e conseguir uma utilização mais racional e econômica das fontes de energia sobre a base de uma eletrificação única e metódica (LEBEDEV, 1983).

Essas e outras medidas, apesar de marcarem um período de paz e bons resultados obtidos com a política de aderir – ainda que de forma limitada – a regras de mercado, refletiram a situação complicada que se encontrava o governo soviético. Apesar do apoio aparente de algumas alas políticas do Ocidente, a verdade é que, após a Guerra Civil e a intervenção estrangeira, as potências europeias continuaram a considerar a URSS um potencial inimigo, especialmente pelo poder de influência que exercia nas alas políticas de esquerda. De forma que, os países da Europa Ocidental aliaram-se a outros da Europa Oriental, no intuito de formar um cordão de segurança contra a onda revolucionária, que argumentavam ser proveniente da Rússia. É por tais motivos que os soviéticos promoveram uma política que retrocede ao formato capitalista, e também passaram a aproveitar as diferenças entre as potências europeias, em especial entre França e Alemanha.

Dessa forma, os soviéticos adotaram uma política anti-Versalhes e antissociedade das Nações por considerarem uma forma institucional das potências ocidentais manterem o *status quo* imperial. “A situação da República de Weimar fez deste país o principal alvo da política externa soviética. As duas ‘ovelhas negras’ do cenário mundial pós-guerra iniciaram uma aproximação contínua desde 1921”. (VIZENTINI, 1989, p.108) Essa cooperação iniciou-se com o fracasso da Conferência de Gênova e da Conferência de Haia, e com a não aceitação das propostas soviéticas de obter crédito e não cobrar dívidas de guerra por parte das potências europeias vencedoras da Primeira Guerra Mundial.

A URSS estaria disposta a fazer concessões, mas as divergências nas negociações chegaram a um ponto máximo, não sendo possível seguir adiante. As potências ocidentais exigiram o ressarcimento de todas as dívidas do Czar e a volta para o controle estrangeiro de fábricas nacionalizadas. Nem mesmo a indicação soviética de comprometer-se com compensações aos proprietários desempossados foi capaz de salvar a Conferência do fracasso. Porém, Rússia e Alemanha conseguiram convergir interesses que resultaram na criação do Tratado de Rapallo em 1922. Essa aproximação proporcionou a instalação na URSS de fábricas alemãs de armamentos e adestramento militar, como aviões e tanques. Além de receber parte da produção alemã, a URSS conseguiu por um tempo impedir uma aliança antissoviética entre os países do centro, sempre temida pelos bolcheviques (VIZENTINI, 1989).

Em paralelo a esses acontecimentos, a Sociedade das Nações (Liga das Nações) encontrava grandes dificuldades em levar adiante suas proposições da construção de uma ordem internacional mais institucionalizada, no intuito de evitar a guerra. Lenin em diversas vezes tomou posição contrária às medidas da organização, afirmando tratarem-se apenas de mais um mecanismo utilizado pelas potências ocidentais para garantir seus interesses e manter a ordem imperialista do concerto europeu. Apesar do caráter ideológico dos protestos de Lenin, as negociações e as políticas implementadas na Liga das Nações forneceram os fatos necessários para consolidar o que ficava na época cada vez mais claro: as potências, em especial a França, atuavam de forma a impedir qualquer possibilidade no estabelecimento de uma paz duradora.

Nenhuma das potências europeias certamente desejava rever o *status* de colônias das regiões situadas no Terceiro Mundo, já que suas economias e a estrutura política internacional ainda dependiam do sistema imperialista criado durante o século XIX. Contudo, promoveram o desmantelamento das regiões conquistadas pela Alemanha, no intuito de garantir o controle

sobre elas. As grandes conferências (Conferência de Paris, 1919 e a Conferência de Washington, 1921-1922), que foram base para a formação do sistema de Versalhes, não tiveram a presença da URSS, impedida de participar dessas reuniões por ter firmado um acordo anterior com os alemães na Paz de Brest–Litovski. A alternativa para os soviéticos foi firmar tratados bilaterais, no intuito de garantir a execução de alguns direitos.

Apesar de ser excluída das negociações, a URSS fez questão de ter a sua presença sentida, a partir da onda revolucionária, que começou a tomar conta da Europa, em especial na Hungria e na Alemanha. Porém, as revoluções proletárias nesses países não resultaram no que se esperava, pois com o tempo os socialistas alemães, por exemplo, passaram a apoiar as medidas de seu país, no mais puro caráter nacionalista. Foi assinado o Tratado de Versalhes, mesmo em condições desfavoráveis aos interesses soviéticos. Lenin pronunciou-se na tentativa de persuadir a quem chamava de comunistas de esquerda, salientando que a Alemanha Soviética aliada à Rússia Soviética teria uma chance única de levar adiante a revolução, com menos perdas, se comparada à assinatura do Tratado Brest–Litovski.

Os soviéticos consideravam Versalhes um tratado ainda mais vicioso; e, ao flertar com o nacionalismo alemão, os comunistas alemães foram abandonando as políticas do internacionalismo proletário revolucionário. A posição vacilante dos grupos de esquerda fez apenas a direita nacional assumir um papel cada vez mais preponderante no cenário político interno da Alemanha. As contradições chegaram a tal ponto, que o governo democrático da República de Weimar perdeu toda a sua credibilidade. Era o início da ascensão do Nazismo ao poder.

Até os anos 1930, o contexto internacional, apesar das diversas limitações apresentadas à URSS, possibilitou que os soviéticos aproveitassem tal momento para prosseguir com diversas mudanças internas. Em 1922, criou-se efetivamente a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. Em 1924, uma constituição foi promulgada. A URSS foi formada por repúblicas e territórios autônomos. O governo soviético ficou responsável por desenvolver a política externa, o comércio externo, sendo também de sua competência assuntos como guerra, forças armadas e transportes. Foi estabelecida uma nova estrutura política governamental. Apesar do progresso da institucionalização da União, crises políticas internas entre os grupos de diferentes visões começaram a ser acentuadas, principalmente com a crise da NEP.

Paralelamente, ocorreu a disputa interna pelo poder entre os que defendiam a expansão da revolução pela Internacional Comunista, Comintern, que tinha na figura de Trotski sua

liderança maior, e os que acreditavam ser necessária uma política para reconstruir e desenvolver o país. Em 1925, Stalin formalizou a política de “Socialismo em um Só País”, criada por Bukharin, considerando o insucesso da revolução no exterior e a necessidade de desenvolver bases econômicas próprias. Dessa forma, a oposição foi aos poucos eliminada ou expulsa da URSS, e iniciou-se o processo de “Revolução pelo Alto”, a coletivização forçada da agricultura e a promoção de uma rápida industrialização e militarização do país. Foram lançados os chamados planos quinquenais. Novas constituições foram implementadas, dando maiores poderes ao partido. Era o início de uma nova etapa em toda a história até então da URSS, e o fim do período revolucionário.

A partir do governo de Stalin, a União Soviética atuou mais assertivamente em prol de seus interesses. Conforme Mcdermott (2006), certamente não significava o fim do aspecto ideológico e do apoio ao Comintern. A lógica de Stalin e demais pensadores era a seguinte: em ordem de manter vivo o ímpeto e o movimento revolucionário mundial, era preciso defender a sua maior referência, o Estado soviético. Assim, a política externa stalinista foi um conjunto de atuação em prol das demandas da URSS e de apoio moderado ao Comintern. Ainda segundo Mcdermott (2006), com o passar de alguns anos e o desenvolvimento dos acontecimentos na Europa e na Ásia, Stalin estava convencido de que era imperativo evitar ao máximo uma guerra e uma aliança antissoviética, ao menos enquanto o Estado soviético e seu sistema econômico eram fortalecidos.

Dessa forma, o primeiro plano quinquenal, implementado entre 1928 a 1932 objetivou criar as bases da economia socialista. Na agricultura, foram criadas as cooperativas de camponeses (*kolkhozes*), os *sovkhozes* (propriedades do Estado, cultivadas por assalariados) e as *MTS* (estações de maquinaria para apoio aos agricultores). Foi dada prioridade à indústria pesada, à siderurgia e à eletrificação. No segundo plano quinquenal – 1933 a 1937 –, a indústria pesada continuou sendo prioridade, mas foram criadas as indústrias produtoras de bens de consumo. No setor rural, constituíram-se pequenas propriedades privadas. O terceiro plano quinquenal, de 1938 a 1942, não chegou a ser concluído, tendo sido interrompido pela Segunda Guerra Mundial. A URSS tornou-se um grande exemplo ao proporcionar uma provável alternativa de projeto voltado ao desenvolvimento, à medida que não foi atingida pela depressão de 1929, que colocou novamente em crise profunda o sistema capitalista. Enquanto isso, a onda socialista avançou de forma independente, com a formação dos partidos de esquerda e os movimentos operários e de libertação em vários países.

Ainda que bem-sucedidas, tais medidas do stalinismo resultaram em grande sacrifício humano, com inúmeras mortes e prisões. Porém, segundo Deutcher, era muito improvável que uma alternativa democrática fosse viável devido às circunstâncias e ao histórico da Rússia. O passado do país caracterizava-se por uma forte burocracia centralizada, em decorrência da histórica estrutura político e social implantadas há séculos. Tais condições levaram à hipertrofia do Partido, já que este respondia às necessidades internas e externas de defesa da Revolução, sendo impossível desenvolver uma ampla democracia, tendo de defender-se e reconstruir-se.

“O partido único foi uma decorrência da atitude dos demais partidos durante a Revolução e uma necessidade histórica, depois da guerra civil, e de forma alguma fora premeditado. A repressão e a ausência de liberdade de expressão tampouco estavam predeterminadas. A conquista do poder realizou-se com pouco derramamento de sangue, e foram a contrarrevolução, a intervenção e os atentados e sabotagens que fizeram o governo reagir. Como o próprio Deutscher reconheceu, seria um erro conferir liberdade de expressão aos vencidos, que se rearticulavam durante a NEP e gozavam de amplo apoio externo” (DEUTSCHER, 1968, p. 43¹¹ *apud* VIZENTINI, 1989, p. 73).

Com a execução dos planos quinquenais, a URSS conseguiu alcançar números significativos: a produção de aço passou de 4 para 18 milhões de toneladas, entre 1928 e 1940; a de carvão ultrapassou 160 milhões de toneladas, no mesmo período; e a coletivização passou de 2% em 1928, para 62% em 1932. Na véspera da Segunda Guerra Mundial, a URSS já era a 3ª maior potência mundial.

3.5 A grande crise europeia e a URSS

Novamente a política externa da União Soviética tinha uma preocupação central: impedir que se formasse uma aliança ocidental antissoviética parecida com a que ocorreu de 1917 a 1921. Pelas campanhas da imprensa, intrigas de certos governos, propaganda anticomunista que visava atingir principalmente Moscou, sede da III Internacional, era muito claro que o perigo não era improvável (BRUHAT, 1961). Conseqüentemente, a URSS

¹¹DEUTSCHER, Isaac. **A Revolução Inacabada**. 50 anos de história soviética (1917-1967). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. p. 132

assinou o tratado de não agressão com a Turquia em 1925, com a Alemanha em 1926, a Pérsia em 1927, o Afeganistão em 1926, a Lituânia em 1926, a França em 1932, assim como com a Letônia, a Finlândia, a Estônia e a Polônia. (GROMYKO; PONOMAREV, 1981)

Em 1928, não foi bem-sucedido o Pacto Briand-Kellog, um tratado internacional que estipulou a renúncia à guerra como um instrumento de política nacional. Apesar de ter fracassado em seu propósito, auxiliou posteriormente no desenvolvimento do direito internacional. Contudo, tais princípios foram levados à Europa do Leste; e, em agosto de 1928, por meio de um protocolo solene decidiram – Estônia, Letônia, Polônia, Romênia e URSS – colocar o pacto em vigor, estando aberta a possibilidade para a adesão de outros países. (GROMYKO; PONOMAREV, 1981)

No período de 1933–1935, a URSS e o mundo testemunharam uma mudança drástica nas relações internacionais, o que permitiu aos soviéticos tirarem conclusões práticas de alguns acontecimentos: o avanço dos japoneses na Ásia, a ascensão do hitlerismo na Europa e a formação de um bloco anti-Comintern. Com os japoneses, a URSS mostrou-se conciliadora promovendo a regulamentação das pescarias na costa russa do Pacífico em uma convenção realizada em 1928. Quando os japoneses invadiram a Manchúria e transformaram-na em um Estado vassalo da Mandchukuo, a URSS abdicou de seus direitos sobre as estradas de ferro do leste chinês e até reconheceu o Estado de Manchukuo. (GROMYKO; PONOMAREV, 1981)

Porém, quando os japoneses saíram da Liga das Nações e ameaçaram invadir a Mongólia, os soviéticos atuaram rapidamente e estabeleceram um pacto de assistência mútua com a República Popular da Mongólia. Em 1937, um pacto de não agressão foi firmado com o governo nacional de Chang Kai-Chek. O exército vermelho foi melhor estruturado a leste do território, sendo reforçadas as bases naval e aérea em Vladivostok, no intuito de impedir qualquer conflito nas fronteiras do oriente. Apesar da tentativa de manter uma ordem pacífica na região, diversas escaramuças violentas foram feitas em territórios fronteiriços da URSS, com a expulsão dos japoneses a cada incursão. A oeste, Hitler tornou-se chanceler em 1933. (BRUHAT, 1961)

A URSS concluiu que as intenções hitlerianas ultrapassavam as fronteiras alemãs, e isso se tornou muito visível com a ressurreição do pangermanismo. No mesmo ano, Hitler desligou-se da Liga das Nações e aos poucos foi acabando com as cláusulas do Tratado de Versalhes. Sob o pretexto de unir as “Alemanhas” invadiu e passou a controlar os países da Europa Central. Em prol da luta contra o comunismo, interveio na Península Ibérica. A Itália também se retirou da Liga das Nações, após ter entrado em conflito com a Abissínia. A

diplomacia soviética percebia o bloco Japão–Alemanha–Itália como uma clara aliança que avançava contra seu território. Consequentemente, sua primeira ação foi unir os países que possivelmente poderiam ser agredidos ou invadidos. (GROMYKO; PONOMAREV, 1981)

Em 1933, em decorrência do esforço soviético e dos acontecimentos internacionais, Estados Unidos, Bulgária, Tchecoslováquia e Romênia reconheceram formalmente a URSS. Em 1934, os soviéticos foram aceitos na Liga das Nações. Litvinov não perdeu a oportunidade de criticar a organização, mas atuou para que ela fosse fortalecida e que suas decisões fossem aplicadas efetivamente, seja no caso de sanções contra as intenções italianas na Etiópia, seja na ingerência estrangeira na Guerra Civil Espanhola, ou na revisão do artigo 16, que previa medidas punitivas para países que recorressem à guerra como forma de solução de conflitos. (BRUHAT, 1961)

Dessa forma, foram multiplicados os pactos de não agressão e auxílio mútuo, na tentativa de formar uma segurança coletiva. Uma definição concreta de agressor foi proposta durante a Conferência do Desarmamento. Foi a base para a concretização de uma outra iniciativa soviética, o estabelecimento de convenções, em 1933, com a Estônia, a Letônia, a Lituânia, a Polônia, a Romênia, a Turquia, a França, o Afeganistão e a Iugoslávia. Apesar dos esforços soviéticos, diversos países acabaram por não colaborar, o que levou ao fracasso do projeto de segurança coletiva. A Polônia hesitou, assim como as potências interessadas nos desdobramentos da guerra na Espanha que aderiram a uma política de não intervenção. França e Inglaterra não assumiram uma posição firme de resistência às ações de Hitler. Prosseguiu-se à assinatura por parte das potências do Pacto de Munique em 1938. O acordo assinado pela Alemanha, Itália, França e Inglaterra em Munique assegurou a aceitação por parte da Grã-Bretanha e da França do pedido feito por Hitler para que a região germanófila da Sudetas, Tchecoslováquia, fosse cedida à Alemanha.

Chamberlain acreditou que as concessões feitas à Alemanha sobre a Sudetas fossem suficientes para estimular o país a se perpetuar como uma potência pacífica na Europa. Dessa forma, ficou estabelecido a saída da Tchecoslováquia do território. A ocupação alemã foi realizada em etapas no mês de outubro. A Grã-Bretanha e a França acordaram, numa cláusula adicional, a garantia das novas fronteiras da Tchecoslováquia contra a agressão. Em março de 1939, os alemães marcharam sobre o país, controlando a maior parte do território, anulando o Pacto de Munique e provocando mudanças nas posições até então tomadas por franceses e ingleses.

A França anteriormente assinou com a Alemanha o acordo Ribbentrop–Bonnet, em 1938, em consequência de declaração feita anteriormente entre Inglaterra e Alemanha. Neste acordo, França e Alemanha declararam que já não existia qualquer demanda territorial entre eles e que as fronteiras tinham sido finalmente definidas e eram definitivas. Assim, teriam os dois países estabelecido uma política pacífica e amistosa, no intuito de salvaguardar a paz na Europa e no mundo. Era uma espécie de pacto de não agressão não declarado, que deixava livre a Alemanha para o avanço sobre o leste, em direção à URSS. Stalin parecia já prever uma articulação política inglesa e francesa que almejasse “jogar” a Alemanha Nazista sobre a URSS, em seu discurso de 10 de março de 1939.

Dois pontos do relatório de Stalin merecem a nossa atenção; primeiramente uma constatação: ‘Estamos assistindo a uma partilha declarada do mundo e das zonas de influência à custa dos interesses dos Estados não agressores, sem nenhuma tentativa de resistência da parte deles, e mesmo com certa complacência’. Em seguida, revela a opinião do governo soviético, que constitui ao mesmo tempo uma explicação. Stalin julga que os Estados não agressores representam, em conjunto, um poder considerável. Pergunta, então, a si mesmo se sua atitude de constante flexibilidade por um tremor da revolução social e se certas campanhas da imprensa não visavam ‘impelir os alemães mais para o leste, prometendo-lhes uma presa fácil e dizendo-lhes: fomentai a guerra com os bolcheviques e todo o resto caminhará melhor [...]’ (BRUHAT, 1961, p.107)

A resposta soviética foi um dos pontos altos da diplomacia da URSS neste período e trará graves consequências para a França e a Inglaterra. Após o ocorrido na Tchecoslováquia, iniciaram-se as negociações entre URSS, Inglaterra e França, que resultaram no acordo Tripartido. Os ingleses aceitaram participar do acordo, mas hesitavam quanto à questão dos Estados Bálticos. O jornal Pravda, em um artigo publicado em junho de 1939, argumentou que os ingleses e franceses não desejavam estabelecer um tratado que fosse embasado nos princípios de igualdade e reciprocidade, apesar de afirmarem sempre o contrário. (BRUHAT, 1961) O objetivo parecia ser deixar a URSS sozinha a suportar o peso dos compromissos, enquanto eles permaneciam o mais distante possível da guerra que se aproximava, como informou Vorochilov¹² na publicação Izvestia de agosto de 1939. Outra questão crucial foi a recusa por parte da Polônia em deixar a passagem das tropas soviéticas em seu território. Assim, no mesmo artigo mencionado acima, o autor protestou esclarecendo que a URSS não poderia ir em socorro à França e à Inglaterra sem passar por território polonês. Sobre esse

¹²Kliment Efremovitch Vorochilov foi comandante militar e político soviético e um dos líderes do Partido Comunista da URSS. Participou da Revolução Russa de 1917 e da Guerra Civil Russa subsequente como oficial no front sul. Foi correligionário, aliado e amigo pessoal de Iosif Stalin.

ponto, tanto a Inglaterra quanto a França não concordaram com o plano soviético, e a Polônia argumentou não precisar de ajuda para se defender. (BRUHAT, 1961)

Devido às dificuldades encontradas, os soviéticos promoveram uma reviravolta, propondo à Alemanha Nazista o estabelecimento de um acordo de não agressão, além de outro comercial. O acordo de não agressão ficou conhecido como Pacto Ribbentrop–Molotov, assinado em agosto de 1939. A URSS, em todas as possibilidades que teve, ressaltou que não lhe restou qualquer alternativa, já que as conversações com ingleses e franceses não chegaram a conclusões definitivas. Contudo, não faltaram protestos por parte das sociais–democracias, partidos comunistas e demais movimentos socialistas na Europa contra tal medida, argumentando que a União Soviética tinha mais uma vez traído os ideais criados pela Internacional Comunista.

De forma geral, o Pacto estabeleceu que ambos os países manteriam a neutralidade em suas relações; não favoreceriam os inimigos da outra; e respeitariam mutuamente sua soberania e existência. Conseqüentemente, quando a guerra efetivamente acontecesse, a União Soviética não iria reagir a uma agressão alemã à Polônia; em contrapartida, a Alemanha apoiaria uma invasão soviética à Finlândia, entre outras concessões. O pacto foi de extrema importância para ambos os países: os alemães poderiam concentrar suas forças apenas na frente ocidental, tendo o fornecimento de combustíveis assegurado; já os soviéticos conseguiriam não entrar diretamente no conflito e ter ajuda militar, o que era fundamental, pois suas forças não estavam ainda preparadas para resistir a um grande combate. Após o fim da guerra, foram revelados dos arquivos soviéticos dois protocolos secretos pertencentes ao Pacto Ribbentrop–Molotov, em que URSS e Alemanha efetuariam a partilha dos territórios da Europa do Leste em zonas de influência.

A partilha da Polônia levaria a fronteira de volta à linha de Curzon, ampliando a zona de influência da URSS, que já recuperava a Ucrânia e a Bielorrússia na clara construção do que chamaria de cordão de segurança, ou cordão sanitário. Esses eram nada mais que o controle direto de zonas próximas à fronteira soviética e países que em tempos anteriores possibilitaram uma invasão à Rússia, ou planejaram uma aliança com o objetivo de invadir o território russo. Ficariam sob domínio soviético também os países bálticos, a Romênia, a Finlândia e a Bulgária.

Stalin esperava, com a invasão alemã à Polônia, uma reação da França e da Inglaterra, o que não ocorreu. A chamada guerra estranha parecia confirmar as suspeitas soviéticas de que ingleses e franceses esperavam um ataque de Hitler à URSS. (VIZENTINI, 1989)

Receoso de não ver concretizado um *front* franco–germânico, Stalin deu início à política de neutralização dos países bálticos, assinando pactos de auxílios e obtendo concessões para a instalação de bases aéreas e navais. Os alemães que habitavam esses países retornaram à Alemanha, e novos governos foram formados, tornando-os repúblicas socialistas. Com a Finlândia, tal estratégia falhou. A guerra foi declarada, e os finlandeses receberam apoio material e logístico anglo–francês. Inclusive, o envio de forças expedicionárias à Finlândia foi estipulado pelos ocidentais. (VIZENTINI, 1989)

Era interessante a iniciativa da Inglaterra e França no auxílio e na prontidão de entrar indiretamente em uma guerra contra a URSS, pois o mesmo não ocorria com a Alemanha, em que as potências só foram se manifestar quando os nazistas já avançavam sobre a Europa Ocidental. Stalin reagiu e em 1940 venceu a Guerra de Inverno, na Finlândia, evitando um confronto direto com o Ocidente. Na iniciativa de retomar à Bessarábia, foi lançado um ultimato à Romênia, que abandonou a URSS. O pacto germano–soviético foi cumprido, mas Stalin impressionou-se com o poderio militar dos nazistas, que comprovaram a sua superioridade bélica com a fácil caída da França sob o seu controle, em 1942. Anteriormente à invasão à França, os demais países da Europa do Leste tinham uma característica interessante: facilmente caíram sobre o poder alemão, sem resistência das elites locais, que simplesmente passaram o controle e integraram-se ao governo nazista.

As suspeitas de uma possível quebra do pacto germano–soviético mostrava-se claramente aos generais soviéticos, que já percebiam manobras de Hitler na Bulgária, cujo governo inclinava-se cada vez mais para a Alemanha, permitindo livremente a entrada dos alemães. Foi proposto ao país um pacto de auxílio mútuo, que o governo búlgaro democrático almejava aceitar, mas a elite pró–hitlerista recusou, aderindo ao Pacto de Berlim, em 1941. (BRUHAT, 1961) Nesse ano, as tropas alemãs ocuparam a Bulgária, só restando aos soviéticos protestar junto ao governo de Sofia sobre tal atitude, que prejudicou os planos em direção à paz. O mesmo aconteceu com a Romênia, uma vez que a Alemanha invadiu o país sem resistência do governo local. No caso da Iugoslávia, os soviéticos, com o apoio dos movimentos na província, conseguiram afastar a possibilidade de o Rei Pedro II e seu primo e regente, príncipe Paulo, aderirem aos nazistas. Mas, no mesmo ano de 1941, com a criação de um novo governo as tropas alemãs invadiram a Iugoslávia. A Finlândia foi a próxima, e junto com a Romênia serviram de base para a concentração das forças nazistas, que se preparavam para invadir a URSS.

De acordo com McDermott (2006), o fim do pacto germano-soviético foi um verdadeiro choque para Stalin – que, apesar de ter sido constantemente avisado sobre as prováveis reais intenções de Hitler pelos seus generais, não foi persuadido o suficiente, sendo uma grande surpresa quando em 1941 a Alemanha invadiu o território soviético, avançando de forma brutal e destruindo tudo e todos que estavam à sua frente. A Operação Barbarossa, arquitetada pelos alemães, visava conquistar a URSS o quanto antes para evitar condições climáticas desfavoráveis e um possível, mas não provável, revés soviético.

Entre os seus planos estavam a conquista de Kiev, a Zona de Donetz, o cerco a Leningrado, a antiga São Petersburgo e depois a Moscou. Eram prioridades atingir os pontos estratégicos industriais e agrícolas da URSS, o que os nazistas conseguiram, mas há muito custo, pois a população local reagiu à invasão. Conforme McDermott (2006), Stalin, depois do choque, soube rapidamente se recompor e mostrou-se um verdadeiro senhor de guerra, liderando o país ao combate definitivo. Assim, implementou a política de terra arrasada, incentivando as polícias políticas formadas nos tempos do Tratado de Brest-Litovski e a cada cidadão a desempenhar o seu papel em prol da defesa do país, sendo prontamente atendido. As polícias políticas perturbaram a passagem dos nazistas, tomando tempo.

Enquanto isso, Stalin coordenava uma transferência geral das indústrias e populações localizadas em regiões ainda não ocupadas pelos alemães para o leste, em especial na Sibéria. Mulheres e jovens trabalhavam praticamente 18 horas sem parar na produção de armamentos e alimentos, enquanto as tropas que estavam no leste se uniam ao *front* no oeste, sendo abastecidas por esta rede de trabalho humana. A diplomacia também auxiliou, pois Stalin assinou com o Japão um acordo de não agressão em 1941, aliviando o *front* oriental do país. Os japoneses aceitaram, pois já enfrentavam problemas com a resistência da aliança comunista-nacionalista chinesa. Não era do interesse japonês abrir outra frente de batalha com os russos. Em 1942, os alemães almejavam chegar à região industrial, em que se localizavam as cidades de Kursk e Stalingrado, este último seria o palco decisivo para a virada da guerra em prol da URSS. Com praticamente 80% das forças alemãs em seu território, a URSS buscou a cooperação com o ocidente, que logo se disse incapaz de ajudar a Rússia, devido aos estragos já ocorridos com a invasão alemã.

A atuação dos nazistas foi um verdadeiro holocausto, com massacres e estupros em massa, atitude que as tropas soviéticas também tiveram quando chegaram à Alemanha. Nos bastidores diplomáticos, Roosevelt já entrava em uma batalha com o Congresso Americano, no auxílio à Europa e possível entrada dos EUA na guerra. Como ocorrido em outros

momentos históricos, o Legislativo negava-se a participar de assuntos que não correspondiam aos interesses americanos. Os EUA, que se encontravam ainda em profunda crise, aproveitaram o período da guerra para produzir todo armamento, bens de consumo e alimentos possíveis, que eram comprados pela Europa com pagamento em ouro. Assim, a economia americana, junto com o New Deal de Roosevelt, foi reaquecida, saindo da grande depressão de 1929, expandindo suas reservas em ouro e permanecendo com sua infraestrutura intacta, situação que seria rara no mundo pós-guerra. Mas o ataque japonês a Pearl Harbor finalmente atraiu os EUA para o campo de batalha em 1942. Contudo, os russos já lutavam nas suas planícies na batalha de Stalingrado e Kursk, com tanques e armamentos produzidos às pressas. Foram duas das maiores batalhas que o mundo já viu, com as maiores artilharias de tanques da Europa enfrentando-se frente a frente.

Mas o complexo americano também auxiliou, ainda que de forma tardia e limitada, a URSS a combater os nazistas. Diferentemente de seu colega Churchill, Roosevelt visualizou na cooperação com a Rússia Soviética uma alternativa para mudar os rumos da guerra. Com o ataque japonês e a entrada dos EUA na guerra, o Congresso ficou mais disposto à colaboração com a URSS. Assim, Roosevelt entrou em contato com Stalin por telegramas oficiais, que foram respondidos prontamente. O líder americano percebeu que, ao deixar sobre o encargo da URSS o combate de maior intensidade com a Alemanha Nazista, uma frente a oeste iria ser menos desafiadora, possibilitando menos perdas de vidas americanas. Também o ataque anterior dos submarinos alemães à costa americana e a batalha do Atlântico que continuava a impedir os suprimentos americanos para a Inglaterra foram fatores decisivos na tomada de relações com os russos. Foi Roosevelt que convenceu Churchill a incluir Stalin nas negociações – este antigo inimigo do governo bolchevique, um dos articuladores da invasão estrangeira e apoiador das forças contrarrevolucionárias, teve de aceitar a proposta americana e seguir em concordância com os EUA, já que a Inglaterra não ocuparia a posição de liderança no mundo pós-guerra, e certamente seu império e economia sofreriam em consequência disso. Assim, iniciou-se o envio de suprimentos dos americanos à URSS. (BUTLER, 2005)

Mensalmente eram, por exemplo, enviados à URSS, a partir de 1942, 500 jipes, 10 mil caminhões, 200 mil metralhadoras completas com munição, e outros itens. A demanda soviética focou-se principalmente no envio de caças, abrindo mão da artilharia. A ajuda não cessou sob o governo de Roosevelt, até a rendição nazista. As consequências de tal decisão foram de extrema importância para os futuros acontecimentos que moldariam a nova ordem

política mundial no pós-guerra. Ao mencionar o apoio americano à guerra não se quer deixar implícito que este foi um fator decisivo para a vitória soviética sobre os nazistas (BUTLER, 2005). Os reais fatores foram as reformas stalinistas e seus planos quinquenais, que desenvolveram um sistema produtivo capaz de promover mudanças significativas para o bem estar social e fazer a URSS ganhar a guerra, ainda que fosse com perdas humanas impressionantes – entre 25 a 30 milhões de pessoas pereceram. Stalin soube conduzir a guerra, apesar de ter as suas principais regiões, em que se concentravam 40% da população, 50% da produção agrícola e 60% da industrial nas mãos dos nazistas. Stalin reorganizou as suas forças militares, políticas e econômicas, tendo inclusive aceitado a opinião e a colaboração de generais soviéticos pelos quais não tinha grande simpatia. Incentivou a criação de guerrilhas na retaguarda alemã e puniu a todos os romenos, finlandeses, búlgaros, tchecos, poloneses, lituanos, letões e estonianos que colaboraram com o Nazismo.

Na batalha de Moscou, a população foi ordenada a construir barricadas nas cidades, até mesmo nas proximidades do Kremlin. O governo soviético foi evacuado para a parte leste da cidade de Kuybyshev, (atualmente Samara); contudo, Stalin permaneceu em Moscou. Stalin, apesar do perigo dos bombardeios alemães, seguiu com a tradicional parada militar de 7 de Novembro, para comemorar o aniversário da Revolução, na Praça Vermelha. De lá fez um pronunciamento comparando a URSS daquele momento com a URSS de 1917. Enfatizou como o exército vermelho estava em melhores condições para combater o inimigo, rebatendo a ideia de que era impossível vencer os alemães. Relembrou que a URSS venceu as suas guerras na Revolução de Outubro, em condições ainda mais precárias. Assim, as tropas efetuaram a parada até o Kremlin, e depois se direcionaram para frente de batalha. A 5 de dezembro de 1941, Jukov¹³ lançou um contra-ataque massivo soviético contra o exército alemão. A ofensiva teve lugar em todos os setores na área de Moscou. Em janeiro, a tática de combate intenso, sem limites nem rendição perante o inimigo, possibilitou a vitória em Stalingrado e Kursk.

Após, o cerco de Leningrado foi desmantelado pelas tropas soviéticas e pelos moradores que resistiram à tática nazista de deixar a população sem abastecimento de comida e energia, o que objetivava não apenas o perecimento dos habitantes, mas afetar a moral da população russa. A vitória da URSS deu esperança a toda a frente aliada que permanecia

¹³Marechal da União Soviética, Giorgi Konstantinovitch Jukov foi um oficial de carreira que, no curso da Segunda Guerra Mundial, desempenhou um papel fundamental na condução do Exército Vermelho na luta contra os nazistas.

sobre o julgo nazista. A cooperação que a URSS por tanto tempo procurou estabelecer com as potências ocidentais finalmente aconteceu: a União conquistara uma posição de grande respeito, mas não a simpatia. Iniciaram-se as inúmeras conversações que dariam fim à guerra, enquanto a política stalinista e o exército vermelho avançavam sob o alemão sem qualquer restrição.

À medida que as tropas soviéticas percorriam a Europa, libertavam os países; prendiam os colaboradores; encontravam-se com as guerrilhas dos demais países que muito contribuíram para a derrotada alemã, formando um espécie de cerco às forças nazistas; e libertavam os prisioneiros nos campos de concentração, sendo as primeiras tropas a testemunharem os horrores do Holocausto. A leste, a URSS também avançava chegando a encontrar-se com o *front* japonês, e fornecendo apoio logístico às tropas chinesas. Realmente, as potências ocidentais tiveram de arquitetar um plano de atuação rápida, ou a URSS avançaria de leste a oeste do globo.

4 A URSS E A GUERRA FRIA: A IMPORTÂNCIA DO TERCEIRO MUNDO COMO BALIZADOR DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A política externa desenvolvida especialmente no período stalinista promoveu um novo rumo para as relações da URSS no cenário internacional, e conseqüentemente para toda a ordem global. Ao estabelecer um governo que praticamente finalizou as divisões políticas internas e desenvolveu as condições materiais e logísticas dos soviéticos, a URSS impulsionou de forma mais consistente seus interesses, principalmente após a vitória obtida durante a Segunda Guerra Mundial. Assim, a URSS estabeleceu uma política de equilíbrio de poder na Europa, no intuito tanto de garantir a sua própria segurança, como também de conquistar aquelas regiões que perdera com o Tratado de Brest-Litovski, expandindo o bloco socialista. A Europa foi a região em que a política de equilíbrio de poder propriamente dita foi impulsionada por ambos os lados, mantendo, até um certo ponto, o respeito das fronteiras ideológicas. Contudo, foi no Terceiro Mundo que a competição intersistêmica, como descrita por Fred Halliday (2007), ocorreu mais assertivamente.

Tratou-se de uma disputa entre dois modelos político-sociais que tentavam se impor e derrotar um ao outro. Uma competição que visava mostrar aos demais qual o modelo que seria melhor sucedido com relação às questões sociais, econômicas e políticas. Qual das alternativas seria um novo caminho de civilização a seguir. A URSS foi muito bem-sucedida na garantia dos direitos sociais (educação, saúde, cultura, moradia, transporte público de qualidade às massas), combinados ao desenvolvimento econômico, de infraestrutura, tecnológico, científico, militar e cultural. Contudo, teve grandes desafios, como reconstituir em pouco tempo a sua estrutura material, destruída principalmente pelas constantes invasões a seu território, deixando prejuízos na rede logística, de comunicação e material, sem falar do custo humano, com a perda de metade da população no pós-Segunda Guerra Mundial – situação que os Estados Unidos não experienciaram. Já a Europa Ocidental sofrera com a guerra, mas os impactos foram menores em relação às perdas soviéticas, chinesas e inclusive alemãs.

Outro elemento a ser considerado foi a ruptura com os chineses, pois colocou a URSS em uma possibilidade de guerra de duplo *front*. Com essas duas questões é possível compreender melhor a atuação soviética na Ásia, que, após 1962, tentou constantemente contrabalancear a China na região e impedir um avanço maior da presença americana. No Oriente Médio – região que fazia fronteira com a URSS –, os soviéticos tiveram uma atuação

mais assertiva, inclusive optando pela intervenção nos países, caso situações-chave permitissem ampliar a influência soviética nessas regiões importantes para a defesa dos interesses estratégicos soviéticos. Na África, o posicionamento foi avaliar as oportunidades, já que o continente foi considerado pelos soviéticos como uma área de influência ocidental. Assim também o foi a América Latina, com a diferença que esta passava a ser uma região estratégica depois da Revolução Cubana (1959), pois permitiu a URSS indiretamente pressionar os EUA, quando necessário. Contudo, isso pouco ocorreu depois da Crise dos Mísseis.

O comportamento soviético, neste período, em termos de política externa foi uma mistura de política de defesa e de reação. Em outras palavras, o intuito de reagir e romper com o isolamento geopolítico visava, antes de tudo, defender a URSS e o seu modelo social, símbolo da luta socialista por uma sociedade alternativa ao modelo político, social e econômico capitalista. Levando em conta tais questões, seguem os fatos que definiram o rumo da guerra e estabeleceram a ordem mundial bipolar posterior. Em outubro de 1943, ocorreu a reunião das lideranças aliadas em Moscou. A principal questão que se deve ter em mente é que a URSS continuou sendo uma aliada dos demais países do ocidente, ao menos até a derrota do Eixo. Dessa forma, foi decidida a participação da União Soviética na guerra contra o Japão, a criação de uma nova instituição que substituísse a Sociedade das Nações, a Organização das Nações Unidas (ONU) e a implantação de um Tribunal Internacional para julgar os crimes cometidos pelo Nazismo e o Fascismo. Seguiu-se à reunião de Moscou a Conferência de Teerã (1943), em que o papel da União Soviética ganhou ainda mais proeminência. No ano seguinte, iniciava o auxílio dos aliados que, nas suas primeiras atuações, não ofereceram o suporte que os soviéticos estavam esperando, iniciando a invasão pela África e pela Itália.

Paralelamente, no campo de batalha, no início do ano de 1944, os soviéticos retomaram o controle da Ucrânia e Bielorrússia, e avançaram rumo a oeste com o auxílio das guerrilhas locais. Em setembro de 1944, com a Finlândia assinou um armistício. A Romênia também caiu neste mesmo mês, e a Bulgária pediu um armistício com a entrada das tropas soviéticas. Foram estabelecidas relações com a Iugoslávia do Marechal Tito, e Belgrado foi libertada. Com a libertação da Grécia, uma guerra civil foi iniciada entre as forças conservadoras e de esquerda. A União Soviética não interferiu, receando entrar em confronto com os EUA, que apoiaram os conservadores. Portanto, a esquerda grega, que tinha praticamente o controle de todo o país, foi derrotada. Com pouca ou quase nenhuma ajuda dos

soviéticos, a Albânia e a Iugoslávia foram praticamente libertadas pelas guerrilhas. Os soviéticos também demoraram a chegar à Eslováquia, onde a guerrilha comunista foi derrotada pelos alemães. Já a Hungria permaneceu até o último minuto fiel ao Nazismo, tendo o país desde o início pouca representação de esquerda. A maioria da população alemã e húngara apoiou o regime fascista. Os soviéticos avançaram até Berlim e, no dia 8 de maio de 1945, receberam a rendição dos alemães.

Mais uma onda socialista novamente expandindo – com países como a França e a Itália obtendo fortes movimentos socialistas – e a quase tomada do poder pelos comunistas na Grécia fizeram o Ocidente reagir. Na Grécia, os monarquistas venceram graças ao apoio do Ocidente. A decisão da URSS de criar bases nos estreitos turcos fez com que os americanos implementassem a Doutrina Truman, que visava acima de tudo conter o avanço soviético na Europa. O Tratado de Kars, que mantinha a relação pacífica entre soviéticos e turcos, foi anulado pela URSS, que insistia no retorno ao domínio soviético dos territórios concedidos anteriormente à Turquia, durante a Conferência de Potsdam em 1945.

Tal iniciativa fez com que os turcos mais tarde integrassem, ainda que não quisessem ficar indispostos com a URSS, a aliança com o Ocidente, na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), braço militar da Doutrina Truman. No *front* leste, paraquedistas soviéticos ocuparam as ilhas Kurilas e Sacalinas, que foram cedidas posteriormente, mas que os japoneses até hoje pressionam para retomar o controle, fazendo com que após sete décadas depois do fim da guerra não tenham assinado a paz com a Rússia formalmente. O confronto com o Japão iniciou com o avanço do exército vermelho sobre a Manchúria e a Coreia em 1945, sendo os soviéticos apoiados pelas forças da Mongólia e pelas guerrilhas comunistas chinesas e coreanas. Grande parte do exército japonês já tinha sido vencida; mas, em uma resposta indireta ao avanço soviético, os EUA atacaram com bombas nucleares as cidades de Hiroshima e Nagasaki. Segundo Lebedev (1983), teria sido um aviso à URSS, já que a batalha no Pacífico poderia ter sido facilmente vencida sem a necessidade da utilização de tais armas. Era o início da Guerra Fria, que teve o seu marco na Conferência de Iálta, ocorrida meses antes de Potsdam, contando ainda com a presença de Roosevelt que iria morrer em 1945.

Nesse encontro, ficou estabelecida a repartição das zonas de influência entre oeste e leste. Particularmente, os destinos da Polônia e da Alemanha foram decididos nesta conferência. No Tratado entre URSS e Polônia foi ressuscitada a linha de Curzon, e um governo socialista foi instalado no país. Os soviéticos queriam impedir uma situação semelhante à de 1939, quando o ataque à União Soviética pelos nazistas foi iniciado pela

passagem do território polonês. O mesmo seria feito com a Tchecoslováquia. Essas medidas faziam parte da preocupação maior dos soviéticos de estabelecer fronteiras, no intuito de prevenir novas invasões à URSS, objetivo maior de Stalin.

Quanto à Alemanha, os soviéticos consideravam que era preciso investir na tentativa de consolidar um modelo político, econômico e social socialista próspero, já que parte do país foi vizinha do modelo concorrente. Contudo, no caso alemão, não estava em jogo apenas a disputa entre sistemas e princípios diferentes, mas a criação de uma zona de ocupação que promovesse o abandono e o não retorno do Nazismo e do Hitlerismo. Era uma forma de proteger-se de futuras agressões alemãs, como tinham ocorrido mais de uma vez no passado. Sobre a divisão da Alemanha, a URSS só admitiria uma unificação dos países se assim fosse acordado entre eles. Segundo Ponomaryov, Gromyko, Khvostov (1973), a União Soviética alertou os EUA, Grã-Bretanha e França sobre as consequências perigosas de políticas reacionárias – pró forças fascistas na construção de uma Alemanha Ocidental militarista –, que novamente começavam a ser incitadas. Demandou constantemente o retorno aos princípios de Potsdam, a conclusão do Tratado de Paz com a Alemanha e a retirada de todas as tropas de ocupação para possibilitar ao povo alemão a organização de suas próprias questões sem a interferência estrangeira. Porém, as potências ocidentais retornaram com uma política coordenada para a Alemanha, uma ideia para promover aos poucos a derrota do novo inimigo: o comunismo.

Portanto, a URSS promoveu uma política externa voltada à formação de um cordão sanitário, estratégia de segurança a prevenir novas invasões. A URSS perdeu praticamente 50% da sua população na guerra, e 2/3 da economia foi destruída; era preciso iniciar do zero o que tinha sido construído já em dificuldades extremas. Os planos quinquenais promoveram a reconstrução da URSS, ainda que sob uma lei de segurança interna, que desconfiava das possíveis infiltrações do mundo exterior na URSS, paranoia que, de certa forma, pode ser justificada pelos acontecimentos históricos passados. Assim, no período de 1937 a 1956, os números da URSS passaram de 8,7% na produção carvão para 37,8%, e de 13% para 24,5% na produção aço. De 1940 a 1956, a produção de energia elétrica passou de 48,3% para 192%, e da energia de origem hidráulica de 5,1% para 29%. (DOBBS, 1974)

Além desses itens, a URSS formou um grande complexo industrial de bens de consumo aos moldes da economia planificada. Foram criados institutos de pesquisa, universidades, e em 1957 foi lançado o primeiro satélite artificial em torno da Terra, demonstrando a superação e o dinamismo da economia soviética. Contudo, foi apenas na

segunda metade da década de 1950 que os soviéticos atingiram tais números. Os EUA obtiveram a situação inversa. O território americano não sofreu nenhum ataque durante a guerra, e as baixas, praticamente todas de militares, chegaram próximo a 300 mil, número muito baixo para um conflito que fez perecer – até onde se sabe – 50 milhões de pessoas.

A economia americana saiu recuperada da crise de 1929 também graças à guerra. Os EUA detinham as maiores reservas de ouro do mundo, obtidas em grande parte da venda de armamento e suprimentos para a Europa, o que possibilitou a vinculação do dólar e assim a transformação deste em uma moeda de reserva internacional. Tal condição também contribuiu para a liderança e a construção do sistema de Bretton Woods, em 1944. Grandes investimentos foram realizados na sua indústria, e as empresas americanas lucraram com o Plano Marshall de recuperação econômica das economias europeias e asiáticas. Nesta época, os EUA eram responsáveis por 60% da produção industrial mundial – eram a China de hoje. E, acima de tudo, detinham a mais avançada tecnologia militar adquirida com os cientistas alemães – que foram trazidos para os EUA após o fim do regime nazista, e iniciaram, por exemplo, o desenvolvimento das pesquisas em tecnologia espacial; e detinham a técnica de construção da bomba nuclear, a nova maior ameaça à União Soviética. Entre os diversos planos estabelecidos pela Doutrina Truman estava um possível ataque nuclear à URSS. O Pentágono elaborou diversos planos, entre eles o Totality (1945), o Charioteer (1948), o Fletwood (1948) e o Dropshot (1949), este último formulado pela junta dos Chefes do Estado Maior. A ideia era lançar golpes em massa, utilizando em torno de 300 ogivas em centros industriais e administrativos da URSS, ou 20 ogivas, em caso do avanço dos soviéticos a outras regiões. (LEBEDEV, 1983, p. 139) Como os soviéticos trataram de desenvolver a sua bomba, logo tais planos foram descartados.

A política Truman certamente se diferenciava consideravelmente da implementada por Roosevelt, que chegou a propor a inclusão da URSS no programa de auxílio à reconstrução da Europa. Roosevelt teve a compreensão de que a zona de influência estabelecida sob o domínio soviético foi a consequência de grandes esforços sobre-humanos despendidos durante a luta contra os nazistas. O presidente buscou uma aproximação e cooperação maior com os soviéticos nos planos econômicos e políticos. Porém, sua morte motivou o fim de tais políticas, já que o próprio presidente era considerado pelas alas mais conservadoras dos EUA e do Ocidente como um negociador pouco articulado, que possibilitou a Stalin ser assertivo e garantir seus interesses na Conferência de Iáлта. A verdade é que foram as políticas de Truman que levaram o mundo novamente a uma condição de guerra.

A União Soviética demonstrava-se disposta a manter relações pacíficas duradouras. Tentou novamente estabelecer cooperações econômicas e comerciais com todos os países capitalistas, sendo às vezes bem sucedida. Ainda no período da guerra tomou parte ativa na criação da ONU; assinou em 1942 a declaração das Nações Unidas e em 1943 a Carta do Atlântico. Durante o ápice da Guerra Fria, constantemente foram apresentados pelos soviéticos projetos de desarmamento convencional e atômico na ONU. Entretanto, a URSS posicionava-se de forma incisiva contra as menções feitas pelo Ocidente com relação às organizações internacionais, tentando transformá-las em Comunidades Universais, com Parlamentos Universais, que objetivavam estabelecer restrições de soberania dos Estados. (ERMÓNSKI, 1981)

Tais questões poderiam pôr em risco novamente a paz entre as potências. É este receio que leva a URSS a pedir que o direito de veto fosse instaurado no Conselho de Segurança. Nas demais áreas do sistema internacional, a URSS prontificou-se a atuar em prol da segurança e da manutenção de melhor cooperação entre a União e seus vizinhos, lançando em 1949 o Conselho Econômico de Assistência Mútua (COMECON). Entre seus principais objetivos com o COMECON estavam desenvolver especialização produtiva entre os países, estabelecer um incremento industrial, que se revelou bastante dinâmico (580% entre os anos 1950 a 1970), priorizar o desenvolvimento científico–tecnológico (princípio de Sofia), e promover o processo de planificação conjunta da economia. A questão central para o impulsionamento da COMECON, ou melhor, da integração econômica entre esses países foi o fornecimento de energia de Moscou para as demais economias a preços controlados, o que possibilitou, por um longo tempo, a competitividade dos produtos da Europa do Leste e Ásia Central, que passaram a exportar especialmente para o Terceiro Mundo, que necessitava de bens de consumo e capital, mas que não podia pagar muito por tais recursos.

Era o início da luta contra o Plano Marshall e a Doutrina Truman, que não foi caracterizada por um conflito direto entre as partes, mas sim através de outros cenários de guerra que surgiram no Terceiro Mundo, submetido de forma geral ao controle direto dos impérios europeus e às forças conservadoras. Conforme os grupos políticos dos países do Terceiro Mundo atingiam resultados positivos nas chamadas guerras de libertação nacional, promoviam o início da construção de seus sistemas produtivos e estatais. Eles buscaram a parceria nos primeiros que se prontificassem a auxiliá-los e pudessem suprir suas demandas. A URSS tinha já um passado recente de cooperação com países que se encontravam em situação de colônia ou semicolônia. (PONOMARYOV; GROMYKO; KHVOSTOV, 1973)

Com a reconstrução econômica posterior, a Rússia soviética compensou a demanda desses países por indústria e tecnologia. Contudo, apesar do período de paz que se estabeleceu entre as potências, o contexto internacional encontrava-se muito frágil novamente. De forma indireta, o Ocidente confrontava a URSS por meio de uma estratégia que visava aos poucos pressioná-la e isolá-la através de alianças com países vizinhos do território soviético. Certamente, a URSS tentou responder como pôde; porém, desde a morte de Stalin em 1953, a economia soviética vinha aos poucos encontrando dificuldades, em parte pelas mudanças internas impulsionadas por Khrushchiov, em parte pelo contexto exterior adverso, principalmente em regiões que envolviam possíveis ameaças à sua segurança, como foi a Guerra da Coreia (1950–1953). (PONOMARYOV, GROMYKO, KHVOSTOV, 1973)

Ao participar no *front* da Ásia, a URSS chegou à fronteira da Coreia e auxiliou no processo de libertação nacional da invasão japonesa. A chegada dos americanos pelo sul dividiu a península ao longo do paralelo 38. Uma comissão mista entre soviéticos e americanos decidiu o destino da Coreia sem a participação dos coreanos nas conferências de Moscou e Potsdam. O país, assim como a Europa do Leste, estaria no centro da política de divisão de zonas de influência, em consequência do encontro das duas tropas durante a Guerra. (PONOMARYOV, GROMYKO, KHVOSTOV, 1973) Na verdade, os EUA apressaram-se para resguardar o sul da península, temendo a tomada do controle total pelos soviéticos. A China comunista, também vencedora na guerra contra o Japão, além de expulsar os nacionalistas, lutou ao lado das guerrilhas coreanas e do exército vermelho nesta libertação. O apoio de Washington aos nacionalistas em Taiwan a fez temer uma possível intervenção dos americanos na China continental, possibilidade afastada pela aproximação com a URSS stalinista.

O apoio chinês aos coreanos do norte será decisivo nesta guerra. Essas relações já tinham maior aproximação anteriormente com a contribuição dos coreanos do norte com tropas e material para expulsar os japoneses da Manchúria. Este apoio nunca foi esquecido pelo governo de Pequim, e iniciou uma história de relações próximas e cordiais que os dois países teriam ao longo das décadas. (PONOMARYOV, GROMYKO, KHVOSTOV, 1973) A política da Doutrina Trumam de conter o comunismo vai impossibilitar que medidas como eleições, que se tentou promover em 1948 na península, ou outras alternativas que poderiam levar a uma unificação, fossem descartadas. Assim, o norte estabeleceu um governo comunista, enquanto o sul um capitalista, sob a influência direta e indireta das duas grandes potências. O paralelo 38 tornou-se cada vez mais uma fronteira política entre os dois Estados

coreanos. Embora as negociações de reunificação continuassem nos meses que antecederam a guerra, a tensão se intensificou.

A guerra iniciou quando as tropas norte-coreanas invadiram a Coreia do Sul em 25 de junho de 1950. Naquele mesmo ano, a União Soviética boicotou o Conselho de Segurança das Nações Unidas, em protesto à representação da China pelo Kuomintang no Conselho de Segurança. É preciso lembrar que a URSS tinha algum tempo antes assinado um Tratado de Amizade com a China comunista, devido ao apoio das massas camponesas, que Mao-Tse-Tung ao longo dos anos conseguiu angariar. Na ausência da URSS, os EUA e outros países aprovaram uma resolução que autorizava a intervenção militar na Coreia. (PONOMARYOV, GROMYKO, KHVOSTOV, 1973)

Os EUA, que representavam 88% das tropas estrangeiras, e as tropas da ONU, que representavam apenas 12%, vieram em auxílio à Coreia do Sul, possibilitando o recuo dos norte-coreanos. Foi quando a China comunista entra na guerra, apoiada materialmente pela URSS, e proporcionando uma contraofensiva que trouxe de volta as forças das Nações Unidas para o outro lado do Paralelo 38. Em 1953, foi assinado o acordo de armistício, estabelecendo uma fronteira formal entre as Coreias, utilizando o paralelo 38 e a formação nesta região de uma zona desmilitarizada que funcionou como uma faixa tampão entre os dois países. A intenção tanto da Coreia do Norte como a do Sul era atuar em prol de uma unificação da península sob o governo do sistema político-econômico à qual pertenciam, sendo um exemplo prático do conflito intersistêmico.

A Segunda Guerra Mundial foi fator determinante para impulsionar os movimentos de descolonização na África e na Ásia. Com o enfraquecimento das metrópoles, surgiu a oportunidade para os grupos independentistas fortalecerem a luta contra a dominação externa. Ao mesmo tempo, encontravam tanto nos Estados Unidos quanto na União Soviética suporte para a causa. Os americanos substituíram o capitalismo nacional e tradicional, baseado na exploração direta das colônias, pelo capitalismo internacionalizado que promoveu uma nova relação de poder, em que se apoiava a independência formal dos países; contudo, mantinha-se o controle indireto das forças econômicas por meio da cooptação das elites políticas. Ou seja, apesar de ser aliado das metrópoles europeias, os EUA na verdade aproveitaram a oportunidade para serem os principais fornecedores desses novos mercados que surgiram.

A Inglaterra, ao perceber que não tinha mais condições de manter o império, aliou-se aos EUA, passando a sua zona de influência no mundo a ser controlada pelos americanos, que em troca faziam prevalecer os interesses ingleses na região. Dessa forma, a diversos países da

África foi concedida a independência pelos próprios ingleses, mas a minoria branca, descendentes de europeus, que detinha a posse de grande parte dos recursos econômicos, permaneceu no poder. Assim, ao derrotar o primeiro desafio à ordem capitalista, a Alemanha Nazista, a liderança agora anglo-americana não apenas conseguiu fortalecer o sistema, mas também iniciou uma nova estratégia para derrotar o seu próximo inimigo: o bloco socialista. Novamente a URSS teve de enfrentar o desafio de tentar conviver dentro de uma estrutura que a rejeitava. Contudo, a atuação na guerra fortalecera o socialismo de tal forma, que foi preciso uma estratégia política e propagandística substancial para transformar a URSS no inimigo principal. Ao mesmo tempo, a insurreição no Terceiro Mundo possibilitava uma atitude menos defensiva e mais reativa por parte dos soviéticos, no intuito de formular alianças estratégicas, oportunizando maior poder de barganha com relação aos países capitalistas.

Após uma recuperação econômica bem-sucedida, a URSS transformou-se em um modelo desenvolvimentista alternativo a ser estudado e seguido na época. A política externa, que pode ser caracterizada como defensiva no período de 1917 a 1953, foi bem-sucedida ao proteger a URSS da invasão e dominação estrangeira, além de consolidar o Estado soviético e impulsionar a modernização da região. Porém, também teve custos altos para os anos seguintes, como se observou em casos específicos dos países do Terceiro Mundo. O importante era tentar readaptá-la aos novos contextos mundiais que surgiam, mas as lideranças soviéticas do pós Segunda Guerra Mundial não foram tão hábeis quanto às anteriores, no âmbito internacional e doméstico. Neste último caso, forças internas que tinham sido muito controladas até 1953, ano da morte de Stalin, começavam aos poucos a promover uma expansão de seu poder de forma limitada até 1983, porém constante.

Essas forças se beneficiavam de alguns pequenos espaços permitidos ao comércio e ao mercado. Aos poucos, foi ocorrendo uma liberalização da regulação, permitindo uma expansão por vias ilegais desses grupos políticos. (KEERAN; KENY, 2010) A atuação como a de Khrustchiov, proveniente de uma linha de pensamento diferenciada da de Stalin, possibilitou o início da expansão dessas forças internas. No período do governo de Brejnev, a situação permaneceu a mesma, apesar de uma maior simpatia desse com a Era Stalin. Problemas e erros maiores de posicionamento dos dois líderes afetaram mais a política externa, promovendo graves problemas estratégicos à URSS.

4.1 China: da aliança ao rompimento das relações

Do período revolucionário até 1953, a China foi uma aliada importante da URSS, porém certamente não incondicional. Os chineses sempre argumentaram a favor da criação de um socialismo aos moldes da China, contrariando os principais líderes políticos da URSS, que afirmavam não haver diferenciação de modelo socialista. Contudo, foi uma aliança importante que, em décadas posteriores à Guerra Fria, trouxe resultados positivos para ambas as partes. O governo bolchevique teve um aliado no Movimento Revolucionário Chinês, liderado por Sun Yat-Sen. Na época, a China estava imersa em uma guerra civil entre senhores de guerra que eram apoiados por forças estrangeiras, instaladas no país. Com o auxílio soviético, foi organizada a Academia de Whampoa, cujo objetivo era adestrar o exército do Partido Nacionalista, Kuomintang. Chang Kai-Chek assumiu em 1925 a liderança do Kuomintang, com a morte de Sun Yat-Sen. Chang era um admirador da revolução soviética. Contudo, à medida que o Kuomintang foi conquistando seus objetivos nacionais, iniciaram-se os desentendimentos quanto às reformas econômicas e sociais com os comunistas chineses, que almejavam caminhos diferentes, com propostas diferentes. Isso colocou em risco a aliança com o Partido Comunista Chinês, estratégia importante para acabar com o sistema de “feudos” que ainda existia na China, pondo fim à guerra civil e promovendo a unidade do país (VIZENTINI, 1989).

Os modelos sistêmicos e as políticas externas divergentes foram as razões principais para o estabelecimento de diferenças entre comunistas e nacionalistas na China. Mao visava perseguir a construção de um socialismo chinês; além disso, estava convicto da necessidade de combater o capitalismo, já que as potências desse sistema subjugaram a China por anos. Chang Kai-Chek visava à promoção de um sistema produtivo que mantivesse relações com as potências ocidentais, ainda que a China tivesse de aceitar algumas condições e demandas por parte do Ocidente. No período pós-guerra, o país encontrava-se em uma situação econômica muito difícil, pois não tinha iniciado ainda a construção de um sistema produtivo capaz de desenvolver a estrutura econômica. Somado a isso, os comunistas chineses sentiam-se ameaçados pelos Estados Unidos. Dessa forma, a saída foi buscar uma relação mais próxima com a URSS, o que de início não foi uma proposta bem-recebida por Stalin.

Entre os soviéticos, ainda permanecia o receio de provocar os americanos, atitude que foi modificada, após a certeza de que dificilmente os EUA poderiam intervir, ao menos diretamente, na região. Outra questão importante foi um acordo assinado em 1945 com a

República da China, do partido do Kuomintang, que, de certa forma, recebeu o apoio soviético desde os tempos da luta contra as forças imperiais. Nesse acordo, foi estabelecido que a URSS poderia ter uma base para a sua marinha na Manchúria, participação em uma linha ferroviária e um porto livre para comercialização. Tais negociações não foram mantidas com o governo comunista chinês; inclusive foram políticas como esta que acentuaram as divergências com os nacionalistas.

Entretanto, a política externa stalinista de segurança – com o sucesso de suas reformas econômicas através da implementação de seus planos quinquenais, além da vitória indiscutível dos soviéticos sobre a Alemanha Nazista e a sua atuação no leste, forçando o recuo japonês – fez com que Mao-Tse-Tung levasse adiante uma tentativa de aproximação, sendo conveniente uma aliança soviética para a China comunista. Já a URSS, independentemente das relações estabelecidas com os nacionalistas no passado, presenciava o nascimento de mais um país socialista. Era uma oportunidade única para garantir uma aliança estratégica e reforçar o bloco comunista, auxiliando de forma indireta a defesa do Estado soviético comunista, pois a China tinha uma longa fronteira com a URSS.

Tal posicionamento apenas demonstrava terem ambos os países atuado mais em prol dos interesses de suas nações, do que essencialmente pela ideologia, estando esta renegada a segundo plano. Com a morte de Stalin e a chegada de Nikita Khrustchiov à liderança do Partido Comunista, após uma disputa interna acirrada deu-se início à desestalinização da estrutura político-econômica interna, e mudanças na política externa foram estabelecidas. No que diz respeito à China, Khrustchiov mantinha-se um aliado formal, mas com o tempo as divergências ideológicas, e em especial as diferenças estratégicas das políticas exteriores desses dois atores, foram afastando as duas partes. A divergência se constituía em grande parte no âmbito da doutrina, ou seja das concepções do marxismo e do modelo a ser implementado: o maoísmo e o marxismo-leninismo. Stalin, na época, aceitou que um caminho alternativo chinês ao comunismo fosse possível; o importante era que as bases de uma sociedade socialista permanecessem as mesmas.

Na década de 1950 e 1960, a China, no comando de Mao-Tse-Tung, teve um papel de maior protagonização na Ásia e depois no mundo. No debate ideológico entre os partidos comunistas da Rússia e da China estava a causa principal de divergência: a coexistência pacífica com o capitalismo ocidental, que Mao-Tse-Tung rejeitou e percebeu como revisionismo marxista da União Soviética. Em 1961, o impasse chega a ser intratável, e os

chineses acusaram o comunismo soviético liderado por Khrustchiov de “traidores revisionistas”. (LEVESQUE, 1980)

Em 1959, o líder da URSS se reuniu com presidente dos EUA, Dwight Eisenhower (1953-61), para diminuir as tensões soviético-americanas e com o mundo ocidental na Guerra Fria. Foi o início da política que no governo Brejnev seria denominada de Détente, o que não agradou a Mao-Tse-Tung. Em contrapartida, a URSS não observou com bons olhos a política do Grande Salto Adiante, e acabou renunciando a ajuda aos chineses para o desenvolvimento de armas nucleares e recusou-se a apoiar a China na guerra sino-indiana (1962), mantendo uma relação moderada com a Índia, atitude que descontentou profundamente o líder chinês. Além disso, a China não tinha simpatia pela Iugoslávia de Josip Broz Tito . (LEVESQUE, 1980)

Assim, a URSS passou a retirar quase todos os técnicos e especialistas soviéticos da China, deixando alguns grandes projetos inacabados. Em 1962, o presidente Mao novamente criticou Khrustchiov pela negociação com os EUA na crise dos mísseis em Cuba, acusando-o de ser conivente com os capitalistas. A resposta soviética foi que a confrontação provocaria uma guerra nuclear. A aprovação da construção do Muro de Berlim, em 1961, após a recusa do Ocidente em aceitar o ultimato soviético para que Berlim Ocidental fosse incorporada ao restante da cidade e fosse tornada área “livre e desmilitarizada”, passou a ser considerada como uma perda de prestígio da URSS para os chineses e o mundo. (LEVESQUE, 1980)

Em 1962, os dois grandes líderes do bloco soviético rompem relações, passando a Guerra Fria de um conflito bipolar para um tripolar. Essa foi uma mudança significativa na dinâmica de poder, e teve efeitos generalizados para os soviéticos. Mao-Tse-Tung salientava a falta de maior imposição da URSS para impedir divisões internas nos países vizinhos, impossibilitando atitudes revisionistas, a exemplo da Revolução na Húngara de 1956. Porém, a URSS interviu imediatamente eliminando qualquer possibilidade da Hungria promover uma aproximação maior com o Ocidente. Mas o descontentamento com Khrustchiov não foi apenas dos chineses, sendo ele acusado pelos próprios soviéticos de erros estratégicos, tanto na condução da economia agrícola soviética, como na derrota política sofrida frente aos Estados Unidos na crise dos mísseis de Cuba (1962).

Seu comportamento e a pouca diplomacia que manteve com parceiros do Politburo acabaram por causar sua queda. Contudo, foi no governo de Khrustchiov que foi criado, em 1955, o Pacto de Varsóvia, em resposta à criação da OTAN pelos Estados Unidos e países da Europa Ocidental. Foi também iniciado o programa espacial soviético, que lançou o Sputnik

em 1957, e tornou o cosmonauta Iuri Gagarin, em 1961, o primeiro homem a ir para o espaço, alcançando a liderança inicial da corrida espacial com os EUA. Em 1956, foi fornecido apoio político e militar ao Egito durante a Crise do Canal de Suez, promovendo uma política mais reativa da URSS com os países do Terceiro Mundo, campo que passou a disputar com os EUA e a China. (LEVESQUE, 1980)

No governo Brejnev tentou-se uma reconciliação, mas os soviéticos não trocariam a sua estratégia de política externa para unirem-se à posição da China que entrava em confronto com os EUA. Enquanto isso, em 1968, o bloco soviético tinha acumulado uma longa fronteira com a China. Em março de 1969, a política sino-russa de fronteira quase resultou no conflito fronteiriço sino-soviético. Assim, os EUA advertiram a URSS de que um ataque nuclear contra a China precipitaria uma guerra mundial. Os soviéticos cederam diante de tal possibilidade e retiraram seus combatentes das regiões e ilhas perto das fronteiras. Iniciou-se uma discussão para a demarcação de fronteiras, que acabou não resultando em ações concretas.

Enquanto isso, paralelamente a Guerra do Vietnã continuava, e a retórica antiamericana e chinesa da URSS permaneceu, o que acabou levando a China a considerar os soviéticos como principais inimigos, aproximando-se dos EUA. Em julho de 1971, o Secretário de Estado Henry Kissinger visitou secretamente Pequim para preparar a visita de Estado de Richard Nixon, marcada para fevereiro de 1972. Ao saber de tal iniciativa, a União Soviética também convocou uma reunião de cúpula com o presidente Nixon, estabelecendo assim a relação Washington-Pequim-Moscou, que enfatizou a natureza tripolar da Guerra Fria, ocasionada pela cisão sino-soviética ideológica iniciada em 1956 e atingida em 1962. Essa diferença ganhou outras partes do mundo: no Sudeste Asiático, na África e no Oriente Médio, onde soviéticos e chineses apoiaram e financiaram partidos políticos e milícias opostos.

A doutrina Brejnev caracterizou a política de todo o período de 1962-1982; seus principais fatores foram uma cooperação mais próxima com o Terceiro Mundo, principalmente com os governos de esquerda que chegavam ao poder. Nas regiões vizinhas, houve uma estruturação e articulação maior entre os países que englobavam o Pacto de Varsóvia e a COMECOM. Por fim, buscou-se estabelecer e consolidar uma política permanente de paz com os EUA, visando ao desarmamento nuclear, à proibição de testes nucleares e à manutenção da paz. Para tanto, foi assinado o Tratado de Moscou em 1963, que baniu os testes nucleares em solo soviético. O Tratado de Não Proliferação de Armas

Nucleares entrou em vigor em 1970. A política da *Détente* inaugurou uma nova fase de relacionamento entre as superpotências, tendo seu resultado mais prático com a Declaração de Princípios, que versava sobre o respeito à soberania, à igualdade, à não interferência em assuntos internos, a vantagens mútuas e negociação por meios pacíficos. Em 1969, iniciaram-se os entendimentos entre EUA–URSS para a limitação de armas estratégicas (SALT I), que tiveram continuidade em 1972. Entre 1972 e 1980 realizaram-se cinco reuniões de cúpula, nas quais foram negociados critérios de controle de armamentos, cooperação econômica e tecnológica, e a paz no Oriente Médio.

O período Brejnev foi também o momento de repressão a movimentos revisionistas, como a Primavera de Praga de 1968. A URSS nesse período também enfrentou uma conjuntura econômica e científico–tecnológica internacional, que trouxe grandes desafios de adaptação. As duas grandes crises do petróleo (a primeira ocorrida em 1973, quando se descobriu que esta era uma fonte energética esgotável, e os países produtores passaram a regular o preço do barril, triplicando em apenas um mês). Em 1979, com a deposição do ditador Xá Reza Pahlevi no Irã, outro aumento acentuado nos preços ocorreram e fizeram com que fosse cada vez difícil para a União Soviética subsidiar a energia a preços controlados para o bloco socialista, permitindo a competição desses produtos nos mercados do Terceiro Mundo. Ao mesmo tempo, as revoluções administrativas, como o Toyotismo, e o alto padrão de vida da Europa Ocidental, que contrastava com a vida não de penúria mas menos confortável da Europa do Leste, trouxeram novos desafios de readaptação à URSS.

Iniciativas como a invasão soviética ao Afeganistão (1978-1989) provocaram grande alvoroço na propaganda midiática mundial, em que a URSS foi acusada de ter passado de uma defensora dos direitos dos povos à independência, para uma potência imperialista que também visava controlar o Terceiro Mundo. Essa propaganda foi bem–sucedida, já que grande parte da esquerda internacional, especialmente em movimentos como os de 1968, passou a incluir a URSS como inimiga dos ideais socialistas, ou melhor traidora desses. O Afeganistão seria o ponto final de inflexão entre EUA e URSS, após as relações já estarem prejudicadas pelos constantes embates das duas potências na África. Além disso, a continuidade dos desentendimentos nas relações com a China também contribuiu para problemas futuros da URSS, que apenas foram amenizadas no início dos anos 1980, com a chegada de Deng Xiaoping ao poder, iniciando-se uma lenta retomada de relações entre os dois líderes socialistas. (KROEF, 1974)

O Sudeste Asiático foi o campo de disputa entre chineses e soviéticos, pendendo favoravelmente para a China. Nos últimos anos, a União Soviética, apesar de atingir o progresso e o *status* de potência, não conseguiu na prática incitar uma aproximação maior com países do Sudeste Asiático. A doutrina Brejnev apostou inclusive em uma política de neutralização e segurança aos países da região, mas que não foi bem-sucedida. Porém, o esforço para estabelecer relações próximas com a Indonésia, por exemplo – país estratégico para coordenar alianças e conseguir passagem pelo estreito de Málaca, canal responsável pelo maior trânsito de comércio do mundo – fracassou. Especialmente porque não era do interesse da Indonésia e de outros países prejudicar suas relações com a China e os países ocidentais. Das iniciativas tomadas na região, apenas o Vietnã foi o foco e o ponto de inflexão favorável à URSS. Já no Sul da Ásia foi a Índia. (KROEF, 1974)

4.2 Índia: parceria estratégica na correlação de forças na Ásia

As relações entre Índia e União Soviética podiam ser caracterizadas como neutras, a partir da decisão de Jawaharlal Nehru de permanecer no movimento dos não alinhados. No entanto, em fevereiro de 1954, a aproximação do governo dos EUA com o Paquistão, chegando os americanos a oferecerem armas para o país, provocou uma mudança significativa por parte da Índia. Dessa forma, os indianos deram início a uma aproximação com a URSS, o que acabou por beneficiar ambos, já que a Índia, como um dos atores principais do Movimento dos Países Não Alinhados, permitiu aos soviéticos reforçar sua política no Terceiro Mundo. Em contrapartida, a URSS forneceu a segurança e o apoio de uma superpotência aos indianos. Apesar do contexto favorável, tal cooperação só se deu efetivamente após a deterioração das relações sino-soviéticas e sino-indianas. Posteriormente, um apoio da China ao Paquistão também acabou por contribuir para uma aproximação ainda maior entre a Índia e a União Soviética.

Dessa forma, o Tratado Indo-Soviético de Amizade, Paz e Cooperação, assinado em 9 de agosto de 1971, foi uma mudança significativa da posição anterior da Índia na Guerra Fria e no prelúdio da guerra de Bangladesh. Foi um elemento-chave de extrema importância para a URSS em face das relações sino-americanas. Entre o que foi estipulado estava a paz duradoura e amizade entre os dois países e seus povos; o respeito à soberania, à independência e à integridade territorial.

No artigo II, as partes declararam a sua determinação em prosseguir com seus esforços para preservar e fortalecer a paz na Ásia e em todo o mundo, para deter a corrida armamentista e para alcançar o desarmamento geral e completo, incluindo o nuclear e convencional, sob controle internacional eficaz. No artigo III, condenaram o colonialismo e o racismo em todas as formas e manifestações, e reafirmaram a sua determinação em lutar pela sua eliminação final e completa. No artigo VI, salientaram a grande importância econômica, científica e tecnológica da cooperação entre eles. No artigo VII, as partes comprometeram-se em promover maior desenvolvimento das relações e contatos entre eles nas áreas da ciência, arte, literatura, educação, saúde pública, imprensa, rádio, televisão, cinema, turismo e esportes. E, finalmente, no artigo VIII, declararam que não entrariam ou participariam em nenhuma aliança militar dirigida contra a outra parte.

A crítica da Índia à intervenção dos EUA no Vietnã, durante o governo de Indira Ghandi, e a guerra com o Paquistão fizeram com que os indianos encontrassem dificuldades para obter financiamento. Segundo Rahul Mukherji (2009), nos períodos anteriores ao rompimento de relações entre China e URSS, os EUA visavam à Índia como uma gigante da democracia capaz de contrabalancear o bloco comunista na região. Contudo, apesar dos grandes investimentos americanos, o tímido avanço econômico do país fez com que aos poucos os EUA deixassem de focar suas atenções nos indianos. Em especial, os americanos passaram a questionar a falta de participação do setor privado no processo de desenvolvimento e a ineficiência do plano indiano, que empreendia grande participação do Estado na economia. A URSS, na mesma época, fornecia uma contribuição mais simbólica do que substancial.

Mas, com o distanciamento entre EUA e Índia, os soviéticos aproveitaram a oportunidade para investir em projetos de alta visibilidade, como as plantas de ferro em Bhilai e Bokaro. (MUKHERJI, 2009) De 1969 a 1974, a Índia limitou ainda mais a presença do setor privado na sua economia. Indira aliou o Congresso ao Partido Comunista Indiano para consolidar sua posição política, que enfrentava grande oposição da ala conservadora. Em 1971, além do tratado de paz, que possibilitou a vitória indiana na guerra Indo-Paquistanesa, houve a regulação dos grandes negócios, empresas foram nacionalizadas, assim como bancos e outros setores, como o alimentício e a indústria de base. (MUKHERJI, 2009) A URSS, ao aproximar-se da Índia e apoiar tais iniciativas políticas com investimentos diretos, visava, acima de tudo, contrabalancear as relações sino-soviéticas e ao mesmo tempo promover a

estabilização da região, impedindo que os indianos fossem derrotados pelo aliado principal dos americanos no sul da Ásia.

4.3 Vietnã: atuação soviética para conter a China

Outro grande embate até então entre URSS, China e EUA deu-se na antiga Indochina, especialmente na Guerra do Vietnã. A proposta soviética de promover alianças visando à defesa do Sudeste Asiático foi uma mudança significativa da atitude de Moscou com relação à região, o que provocou reações positivas por parte do Vietnã. (KROEF, 1974) Muitos dos líderes vietnamitas tinham treinado na União Soviética, e formado laços pessoais com seus contemporâneos soviéticos, a exemplo de Ho Chi Minh. Sem falar que a histórica desconfiança do Vietnã com a China, culminando inclusive com novos conflitos em 1979 entre os dois países, foi outro fator crucial para a aproximação com a URSS (KROEF, 1974).

No entanto, a relação histórica entre as duas nações não foi sempre muito harmoniosa, já que ocorreram situações em que a URSS não pôde corresponder aos interesses vietnamitas, como a falta de apoio à fundação do Partido Comunista do Vietnã em 1930; falta de apoio material à guerra de resistência vietnamita contra os franceses em 1930 e 1940; incapacidade de reconhecer o Vietnã do Norte até cinco anos após sua fundação; demora para reconhecer a candidatura do Vietnã para a adesão à ONU em 1948 e 1951; demora para dar apoio à participação do Vietnã na Conferência de Genebra em 1954, tendo até considerado a possibilidade de apoiar a proposta de admitir o Vietnã do Norte e o Vietnã do Sul na ONU, em 1956. (CIMA, 1987)

A explicação pela ausência de apoio ocorreu pelas diferentes alternativas que a questão do Vietnã apresentava, tendo os soviéticos procurado avaliar o cenário que melhor correspondesse à garantia de seus interesses. Em 1930, por exemplo, não seria uma escolha estratégica minar as relações com os franceses, ainda mais que a URSS tentava uma aliança, ou uma cooperação mais assertiva, principalmente alguns anos depois com a ascensão do Nazismo na Alemanha. Contudo, o cenário do pós-Segunda Guerra Mundial trouxe outra situação para a URSS que culminou com a cisão sino-soviética na década de 1950, alterando positivamente a atitude soviética para com o Vietnã do Norte. Somado a esta situação, os EUA expandiam a sua presença no sudeste asiático, tendo aliados como o Japão e a Coreia do Norte.

No início de 1965, soviéticos e chineses financiaram programas de assistência militar a Hanói que se mostraram de importância decisiva para a vitória vietnamita na Segunda Guerra da Indochina. Após a conquista do Vietnã do Sul em 1975, Hanói procurou manter o equilíbrio das suas relações com a China e a União Soviética, mas crescentes tensões com Pequim resultaram na perda da ajuda chinesa em 1978, obrigando uma aproximação maior com Moscou para assistência econômica e militar. No final de 1975, uma série de acordos significativos foi assinada entre os dois países, em especial um que coordenou os planos nacionais de desenvolvimento econômico das duas partes. A primeira aliança formal foi alcançada em junho de 1978, quando o Vietnã se juntou ao COMECON. Essa organização foi capaz de oferecer ajuda econômica para alguns dos projetos abandonados pela China. (CIMA, 1987)

Contudo, a decisão vietnamita de invadir o Camboja exigiu mais do que ajuda econômica dos soviéticos, e em 1978 foi consolidada uma cooperação militar entre as partes. A possibilidade de uma aliança formal entre Hanói e Moscou aparentemente tinha sido discutida desde 1975, mas os vietnamitas haviam rejeitado a ideia a fim de proteger a sua relação com a China. No Tratado de Amizade e Cooperação assinado em 1978, os vietnamitas concediam o acesso soviético às instalações de Da Nang e Cam Ranh Bay, bases que representaram um ganho estratégico regional substancial para Moscou, cuja saída para o oceano Pacífico, até então, tinha sido limitada ao norte do Extremo Oriente.

O apoio soviético se aproximou de 800.000 milhões dólares por ano; porém, após a invasão vietnamita ao Camboja e o ataque chinês ao Vietnã em fevereiro de 1979, o número subiu para quase 1,4 bilhão de dólares. O aumento acentuado, demonstrando o esforço soviético para repor as perdas de equipamentos na fronteira sino-vietnamense, foi posteriormente reduzido para 800 e 900 milhões em 1980, e entre 900 milhões e 1 bilhão de dólares em 1981. A ajuda militar voltou a aumentar para 1,7 bilhão anualmente no período de 1982-85, diminuindo para cerca de 1,5 bilhão de dólares em 1985. Apesar da insatisfação soviética com a manipulação de Hanói sobre a situação de impasse no campo de batalha no Camboja e os seus elevados custos, Moscou continuou a prestar assistência para a guerra. No final de 1987, não havia nenhuma indicação de que os soviéticos estavam pressionando o Vietnã para resolver o conflito. (CIMA, 1987)

Além de seu papel como doador exclusivo de ajuda militar ao país, a União Soviética em 1987 foi também o maior contribuinte de ajuda econômica, tornando o Vietnã seu maior parceiro comercial na região. De 1981–1985, os soviéticos deram em torno de 5,4 bilhões em

subsídios de preços. Eles também foram importantes fornecedores de ajuda alimentar e de *commodities*. Em 1983, eles estavam fornecendo 90 % do petróleo ao Vietnã, além de ferro, aço e fertilizantes. Ao mesmo tempo, importavam 70% do algodão e de grãos. Apesar das boas relações, ocorreram atritos importantes entre Vietnã e URSS. Os soviéticos ressentiram-se do enorme fardo de seu programa de ajuda, e sentiram que muitos dividendos foram desperdiçados pela ineficiência política dos vietnamitas. (CIMA, 1987)

Porém, a perspectiva de uma melhoria no estado das relações sino-soviéticas em meados dos anos 1980 não ameaçaram os laços da União Soviética com o país, ainda que a China tivesse exigido que Moscou assegurasse a retirada do Vietnã do Camboja, como condição para normalizar as relações sino-soviética. A disposição para estabelecer uma relação em si pouco frutífera do ponto de vista prático ocorreu justamente pela posição estratégica que o Vietnã ocupa no Sudeste Asiático, podendo ser um grande aliado na concretização da política de neutralização e de segurança da URSS para região, permitindo maior presença e influência dessa em uma localidade importante do mundo para o comércio especialmente. A URSS teve a possibilidade de poder tentar uma aproximação geopolítica com outros países, fator de extrema importância estratégica.

A aproximação dos soviéticos com o Vietnã do Norte resultou em uma influência maior da URSS no país do Sudeste Asiático; porém, como descrito anteriormente, não foi fator que levou os soviéticos a controlarem o Vietnã que seguiu promovendo a sua política internacional e a guerra com os EUA de forma independente, beneficiando-se da aliança soviética. A URSS apoiou Hanói em todas as rejeições às propostas de paz oferecidas pelos EUA (KROEF, 1974). Em janeiro de 1972, os soviéticos reiteraram a sua política para a questão da Indochina, que fora anteriormente divulgada pelo Vietnã do Norte: uma total e incondicional retirada das tropas americanas e seus aliados da Indochina, o fim dos atos de agressões contra a República Democrática do Vietnã, o fim de todas as ações militares na Indochina e da interferência nos assuntos internos do Camboja, Laos e Vietnã do Sul como o único caminho para o fim do conflito. O Vietnã seguiu a implementação de um sistema socialista. No entanto, a política do período pós 1953, apesar da sua grande flexibilidade e alguma ênfase em oportunidades táticas encontradas nas alianças com os países que se engajavam em uma luta de independência, ou nacionalista, teve pouca garantia que tais países estivessem construindo um caminho ao socialismo (KROEF, 1974).

4.4 África como novo cenário da Guerra Fria

Conforme Sam C Nolutshungu (1985), o papel da URSS na África sempre foi mais importante pelo seu potencial do que pelo seu efeito real nas políticas do dia-a-dia do continente. Apesar disso, os países do norte poderiam servir como uma alternativa de portos e rotas marítimas para a URSS. No entanto, as políticas nacionalistas que cada país desenvolveu na região em diversas ocasiões tornaram tais objetivos difíceis de serem concretizados. Exemplos como a Eritreia, que oferecia uma possibilidade de porto e passagem à URSS, não resultaram nos objetivos esperados. Nesse caso, a URSS acabou por também perder um possível e potencial aliado: a Etiópia.

Com o declínio da presença ocidental, depois do enfraquecimento das economias da Inglaterra e França principalmente a URSS pôde ter um sucesso militar e diplomático, estabelecendo uma política mais assertiva para a região. Já para os governos africanos, a começar por Nasser no Egito, a URSS foi uma fonte alternativa de suporte econômico, técnico e militar, além de uma parceira viável, mesmo com os governos que obtinham um caráter mais de direita. A razão para isso estava na possibilidade de recorrer a ela, quando o ocidente demorava a financiar projetos importantes, ou quando as potências ocidentais passavam a pressioná-los por mudanças internas, utilizando a tática de cobrança por maior respeito aos direitos humanos (NOLUTSSHUNGU, 1985). Ao apresentar-se como um parceiro tolerante à diversidade de sistemas político-sociais e a uma ampla gama de diferentes níveis de desenvolvimento econômico, a URSS em alguns casos conseguiu aproveitar o potencial dos países africanos, em especial em suas iniciativas revolucionárias.

Contudo, ainda que fornecesse suporte militar, os Estados africanos não garantiram à URSS um alinhamento ao socialismo. Apesar do otimismo dos primeiros anos de descolonização, a adesão a um sistema socialista, com exceção dos países da África Austral, foi algo precário nas demais partes do continente. Somado a isso, segundo Sam C Nolutshungu (1985), a URSS reconheceu a proeminência do Ocidente e a fraqueza até então do movimento socialista na África. No entanto, ao mesmo tempo, não desconsiderava a possibilidade de inclusive atuar na área de influência americana, desde que evitando a incitação a um confronto direto.

As relações entre africanos e soviéticos foram limitadas pelo equilíbrio de poder, diferenças de interesses e diversidade ideológica. A URSS desenvolveu uma aproximação com a África que pode ser descrita como plural, envolvendo cooperação com os Estados de

diferentes sistemas sociais e aspirações ideológicas. A aproximação soviética trazia o interesse de levar aos outros países a sua experiência de construção do Estado Nacional, obtendo otimismo com relação à revolução e às possibilidades de mudanças estruturais na África e no sistema internacional em geral. (NOLUTSSHUNGU, 1985) Até a operação Angola em 1975–76, as demandas feitas à URSS pelos Estados e movimentos receberam suporte modesto. Os Estados requeriam um complemento ao comércio e à ajuda financeira ocidental, e não necessariamente um substituto aos americanos e europeus. Apesar de os Estados comprarem armas da URSS, receberem instrutores e enviarem homens para treinamento nos países do Pacto de Varsóvia, a presença militar soviética foi insignificante em quase todos os países, com exceção em alguns do norte, a exemplo Argélia, Egito e Etiópia, em determinadas épocas.

As armas transferidas para a África Subsaariana foram armamentos básicos e geralmente pertencentes a estoques que necessitavam ser descartados. Para vários movimentos de libertação, a URSS forneceu armas, treinamento e suporte financeiro, mas não tomou parte no planejamento e na execução das ações guerrilheiras ou bélicas de forma geral. A URSS não mostrou senso de urgência prático sobre o desenvolvimento do socialismo ou sobre as mudanças no equilíbrio de influência do leste-oeste na África. (NOLUTSSHUNGU, 1985) Na maioria do período, a URSS não estava na posição de exercer influência militar direta no continente, nem estava em posição estratégica global que a teria possibilitado beneficiar-se significativamente de seus aliados militares africanos.

Ao dar suporte aos Estados progressivos e às várias organizações, os custos foram baixos e os riscos negligenciados. Porém, a mudança de conjuntura na África Austral, com a independência dos países ex-colônias de Portugal, e a subida de forças socialistas ao poder em Angola e Moçambique fez com que estes sofressem grande pressão por parte da África do Sul, apoiada pelo Ocidente. Angola e Moçambique estão em uma região que as forças ocidentais consideravam como estratégica, pois fazia fronteira com a África do Sul, país mais desenvolvido do continente. Portanto, a política de defesa ocidental foi direcionada para esta localidade.

A possibilidade de confronto com a África do Sul não poderia ser descartada, e os jovens Estados socialistas não seriam capazes de assegurar as suas defesas, sem o apoio e a presença dos cubanos ou dos soviéticos. Entretanto, o perigo de ampliar e impulsionar a escalada de um conflito regional era algo considerável, e a URSS teria desvantagens logísticas, sem falar que os Estados aliados estariam em posição muito frágil de absorver a

ajuda militar soviética, como não teriam condições de contribuir para um esforço comum de batalha. Assim, os cubanos foram a solução para os soviéticos. Esses passaram a apoiar materialmente o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), enquanto Cuba atuava diretamente em conjunto com os angolanos. No caso de Moçambique, durante o governo de Khrushchiov o otimismo para a criação de Estados pró-comunistas estava em alta. Isso possibilitou que os soviéticos viessem a apoiar a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), que passou a receber treinamento e ajuda material da União Soviética

O presidente Samora Machel chegou uma vez a declarar que URSS e China foram verdadeiros aliados na luta contra o império português, em um momento em que China e URSS começavam a ter suas diferenças, mas ainda conseguiam atuar em conjunto. Assim, foram ensinados aos guerrilheiros de Moçambique táticas de combate e formas de arquitetar estratégias de guerra. A ajuda material militar foi substancial, com o fornecimento de peças de artilharia e conselheiros provenientes da Rússia, de Cuba e da Alemanha Oriental. Nos anos posteriores a 1975, Cuba também participou das atividades mantidas em Angola, e foi outro grande aliado na luta pela independência, atuando por seus interesses e em parceria com os soviéticos. Em uma primeira impressão, pode-se pensar em uma atuação da URSS, no intuito de expandir a sua influência. Na realidade, tal iniciativa visava, sobretudo, enfraquecer o poder dos europeus ocidentais, aliados dos EUA, na região, em uma resposta às tentativas de ingerência dos EUA na Ásia, no Oriente Médio e inclusive na Europa do Leste, regiões estratégicas para a segurança da URSS. Contudo, os soviéticos tiveram um espaço de atuação muito limitada em decorrência da forte aliança de grande parte do continente africano com o Ocidente.

A URSS também forneceu auxílio às forças internas que lutavam pelo fim de regimes dentro de seus países, como foi o Apartheid na África do Sul. Os soviéticos apoiaram o Congresso Nacional Africano (CNA) de Nelson Mandela desde seus tempos de guerrilha até o período em que as manifestações pacíficas foram iniciadas pelo país. Diferentemente dos EUA, a URSS não modificou o seu posicionamento com relação ao regime racista sul-africano, condenando as políticas implementadas por este. O suporte político e material ao CNA possibilitou o treinamento da Umkhonto weSizwe, que foi o braço armado da resistência negra na África do Sul. Segundo Anthea Jeffery (2010), nenhuma democracia ocidental estava disposta a ajudar o CNA em sua luta armada contra Pretória. Em contraste a tal atitude, a União Soviética já tinha endossado o seu apoio à escolha do CNA à luta armada e estava disposta a ajudar na execução desta. A assistência soviética foi motivada por outras razões – e

não simplesmente para ajudar na luta contra o Apartheid. A URSS, no comando de Brejnev, considerava o controle do Golfo Pérsico e do centro e sul da África como parte de uma estratégia para limitar o poder do Ocidente.

Conforme Anthea Jeffery (2010), a posição comercial e a rota estratégica para o suprimento de petróleo entre a Europa, o Golfo Pérsico e o leste era o principal objetivo soviético. O envolvimento da URSS piorou a situação para os seus aliados, pois aos olhos do ocidente a possibilidade de a África do Sul tornar-se comunista era muito alta. Mas também não é verdade que foi a agitação comunista que provocou os levantes da maioria africana. As queixas contra o governo eram reais; e, à medida que não eram resolvidas, mais oportunidade fornecia ao CNA e ao Partido Comunista Sul-Africano de organizarem um golpe e derrubarem o governo da minoria. Porém, o CNA enfrentou grandes obstáculos para montar uma luta armada entre 1960 e 1970, pois teve dificuldade de se fazer presente dentro do país. Seus líderes foram capturados e sentenciados à prisão perpétua em 1964.

Apesar da ajuda financeira e técnica de Moscou, o CNA continuou tendo pouca presença internamente (JEFFREY, 2010). Contudo, a organização dos guerrilheiros, apoiada pela URSS, em outros países vizinhos como na Rodésia (Zimbabwe) ou em Angola conseguiu aos poucos incitar e influenciar a participação dos indivíduos não apenas para a luta armada, mas para os diversos movimentos de resistência que começaram a ser fortalecidos dentro da África do Sul. Quando o Apartheid começava a ter os seus desgastes, a URSS promoveu uma campanha propagandística internacional em prol do CNA e de Nelson Mandela, provocando grandes repercussões a favor destes. Posteriormente, as potências ocidentais, antes aliadas à Pretória, tiveram de rever suas posições com relação ao governo do Apartheid (JEFFREY, 2010).

As relações soviéticas com os demais Estados africanos não marxistas foram direcionadas por questões econômicas. A URSS não forneceu real suporte à oposição que considerava incipiente em países de direita. Por isso, muitos desses Estados africanos não se preocupavam tanto com a atividade soviética no continente (NOLUTSSHUNGU, 1985). Com Estados de esquerda, principalmente os países do COMECON procuraram estabelecer acordos intergovernamentais que objetivavam ir além da troca de *commodities* e do comércio, promovendo cooperações mais complexas voltadas ao desenvolvimento. Contudo, tais iniciativas não conseguiram ser concretizadas na maioria dos casos.

Uma das razões é a pouca interação entre as economias. Por exemplo, o comércio da URSS com a África representava apenas uma parcela pequena, não mais de 5% de todos os

países menos desenvolvidos, mal atingindo 2.5% das exportações mundiais do COMECON e representando menos de 2% de suas importações (NOLUTSSHUNGU, 1985). No final dos anos 1970 e início dos anos 1980, as exportações soviéticas excederam 10 milhões de dólares no comércio com países de governos de direita: Marrocos (\$167m), Egito (\$160m), Nigéria (\$43m) e a Tunísia (\$16m). As importações soviéticas vieram principalmente do Egito (\$136m), da Costa do Marfim (\$86m), Marrocos (\$62m), Gana (\$59m), Tanzânia (\$33m) e Argélia (\$427m) (NOLUTSSHUNGU, 1985).

A pauta de exportação soviética incluía desde *commodities* a bens de capital, o que demonstrava uma desigualdade nas trocas comerciais com os países africanos que apresentavam ainda economias de monocultura. Entretanto, os produtos soviéticos, ainda que considerados de menor qualidade se comparados aos do Ocidente, foram bem-vindos para a população africana, que não tinha condições de despender com outros produtos de maior valor agregado. A transferência de bens de capital serviu principalmente para o estudo nas universidades africanas de como desenvolver e utilizar as máquinas, tendo a URSS enviado diversos especialistas, professores e técnicos para auxiliar os países africanos. Assim, aos poucos os mercados para produtos manufaturados e bens de capital tiveram grandes perspectivas para expansão comercial, com o estabelecimento de *joint ventures* na produção industrial, bancos e agricultura (NOLUTSSHUNGU, 1985).

4.5 Oriente Médio e a segurança soviética

Em tempos anteriores aos da Guerra Fria, a Rússia czarista teve grande êxito nas relações que manteve com os países do Oriente Médio. Tratava-se, antes de tudo, de uma região de extrema importância, pois estava localizada na sua fronteira e por ela passavam rotas comerciais estratégicas. Tal característica não foi diferente com relação à sua importância nos tempos da URSS; mas, como em outros casos, a atuação soviética se viu limitada pela presença bastante assertiva do ocidente na região. Assim, o seu caráter geográfico e suas reservas naturais fizeram do Oriente Médio centro de disputa principal entre URSS e EUA nos anos da Guerra Fria.

As grandes multinacionais de petróleo oriundas do Ocidente obtinham nos acordos e nas relações estabelecidas com as antigas potências europeias a garantia de exploração e o controle sobre a região, pois tais países foram colônias dos grandes impérios, ou mantinham estreitas relações com eles. Contudo, no período da Guerra Fria, com os movimentos

nacionalistas e também em alguns casos inclinados a manter relações com o mundo comunista, o Ocidente percebeu a ameaça a seus interesses nessa região e passou a atuar mais incisivamente para prevenir que a situação ocorresse. Mas em questões-chave que implicavam a defesa da sua segurança, a URSS também não deixou de garantir os seus interesses.

A questão Israel–Palestina só complicou ainda mais o contexto político regional, sendo o Estado de Israel um aliado dos EUA e também uma potência disposta a expandir seus domínios e tomar territórios. A União Soviética colocou-se contrária à atuação de Israel, mas também defendeu o seu direito à existência. (PONOMARYOV, GROMYKO, KHVOSTOV, 1973) O ataque ao Egito, que contou com a participação de Israel, da Inglaterra e da França, na Crise de Suez foi o primeiro confronto entre os interesses de segurança de Israel e os interesses estratégicos da URSS no Oriente Médio. A União Soviética permaneceu ao lado de Egito, pois via na nacionalização do Canal de Suez uma boa oportunidade para remover a influência ocidental do Oriente Médio.

Em 5 de junho de 1967, a União Soviética foi à Organização das Nações Unidas tentar impedir a Guerra dos Seis dias, chegando a ameaçar romper relações com Israel. Não era do interesse soviético que uma guerra implodisse na região. Em 10 de junho do mesmo ano, a União Soviética ameaçou intervir militarmente, se Israel não contivesse o seu avanço em direção à Síria. Em 1966, um partido de esquerda na Síria chegou ao poder e objetivou a cooperação com a URSS – esta estava disposta a garantir a estabilidade do novo regime no país, possuindo um novo aliado na região. Uma vez que este regime ganhou força, a atividade da URSS no Oriente Médio intensificou-se, e Israel foi advertido para não avançar sobre a Síria.

No caso do Irã, o controle do Sha e a chegada ao poder dos iatolás impediram maiores aproximações da URSS, o que com o tempo também se tornaria um obstáculo aos soviéticos, já que a criação da OPEP e o controle dos preços do petróleo influíram diretamente na situação política e econômica do bloco soviético. Assim, ao existirem governos pró-comunistas – como foi o caso do Afeganistão, que teve seu governo ameaçado pelas guerrilhas mulçumanas radicais dos Mujahidin –, a URSS optou por defender um aliado, e o Exército Vermelho invadiu o Afeganistão em 25 de dezembro de 1979, ano seguinte ao golpe de Estado comunista no país. Para justificar a sua intervenção, a União Soviética disse ter sido necessária a intervenção, no intuito de preservar o regime comunista afegão dos ataques dos Mujahidin e de manter a paz na Ásia Central.

Outro motivo foi a presença de grandes reservas de combustível na região, pois a Revolução Iraniana provocava o segundo choque do petróleo. Entretanto, ao levar em conta o contexto geopolítico, percebe-se que o Oriente Médio era a porta de entrada para a Ásia Central, região que fazia parte do bloco soviético, e também região de fronteira com o outro grande líder comunista a China. Além de seus inúmeros recursos naturais, esta região sempre foi cobiçada pelo Ocidente, justamente por seu caráter estratégico geográfico. A URSS fez de tudo para não deixar que os americanos fossem influentes a ponto de controlar o Oriente Médio e ameaçar os soviéticos diretamente, ingerindo-se e influenciando os acontecimentos na Ásia Central. Por esta e outras razões que, com a existência da URSS, os americanos encontraram diversos obstáculos para possuírem o controle de países-chave, como o Iraque e o Afeganistão; porém, tal situação mudou radicalmente com a queda e o fim da União Soviética.

Com relação especificamente ao Afeganistão, os soviéticos na primeira metade da guerra pareciam estar obtendo vantagens. Contudo, os EUA, no intuito de responder ao apoio dos soviéticos ao Vietnã do Norte, armaram as milícias islâmicas, o presidente socialista Babrak Kamal foi deposto, e a URSS saiu da guerra derrotada. O Oriente Médio também era estratégico pois, como a África, tratava-se de um grande mercado para os produtos soviéticos, em especial da Europa do Leste. Com relação à importação de petróleo proveniente dessa região, a URSS não teve muito espaço de manobra para promover uma política mais assertiva, pois a OTAN tratou de estabelecer arranjos políticos, no intuito de favorecer os EUA, com os países que possuíam amplo poder de influência na região, a exemplo da Arábia Saudita. (COKER, 1985)

4.6 América Latina: um cenário secundário, mas oportuno

A América Latina teve uma importância relativamente baixa na política externa soviética, embora em termos absolutos as interações entre a União Soviética e a América Latina tenham crescido consideravelmente nos anos 1960. Até o período de Khrushchiov, a América Latina foi considerada geralmente como uma esfera de influência dos Estados Unidos. A União Soviética tinha pouco interesse em importar matérias-primas ou mercadorias da região, sem falar que a maioria dos governos latino-americanos, tradicionalmente anticomunistas, resistiam em manter relações com os soviéticos. (HAMBURG, 1974)

A transformação da atitude soviética para a América Latina começou em 1959, quando Fidel Castro derrubou do governo de Cuba, Fulgencio Batista. Castro gradualmente transformou a ilha em um estado socialista e desenvolveu laços estreitos com a União Soviética. Ele tentou impulsionar a luta armada revolucionária na América Latina; porém, com o fracasso de suas iniciativas, a liderança soviética passou à promoção do socialismo pela via pacífica. Tal medida possibilitou em 1970 a eleição de Salvador Allende Gossens, o candidato da coalizão de esquerda da Unidade Popular, como presidente do Chile. Contudo, o auxílio a tais governos por parte da URSS era sempre tímido, e a atuação dos EUA para prevenir possíveis aproximações dos soviéticos com os países sul-americanos tornava ainda mais difícil a interação entre esses países com o bloco socialista. (HAMBURG, 1974) O apoio americano às diversas ditaduras foi uma política de salvaguarda para impedir qualquer iniciativa mais ousada por parte dos soviéticos. Segundo o próprio embaixador do Brasil Jo de Meira Penna, as relações comerciais com a URSS não passaram de suplementares e meramente acessórias, não podendo substituir as relações com o Ocidente. (HAMBURG, 1974) No entanto, os governos locais latino-americanos após um período que caracterizou o auge da Guerra Fria (1950-1970) passaram a seguir políticas de caráter mais independente, como foi o caso do Brasil no governo Geisel.

Contudo, anteriormente, apenas Cuba foi o centro das apostas soviéticas na região; a partir dela, os soviéticos estabeleceram canais de assistência militar, econômica e técnica a outros países da América Latina e do mundo, em que se perceberam espaços para atuação, a exemplo da Nicarágua, Cuba, Vietnã e Líbia. Na América do Sul, o Peru foi o único país que comprou quantidades consideráveis de armamento militar da União Soviética, e por muitos anos cerca de 125 conselheiros militares soviéticos ficaram estacionados no país. A relação militar do Peru com a União Soviética ocorreu mais assertivamente em 1968, quando o general Juan Velasco Alvarado tomou o poder (HAMBURG, 1974). Algumas transformações ocorreram após 1976: os peruanos receberam caças-bombardeiros, helicópteros e armamentos relativamente sofisticados. A União Soviética também tinha sido um dos principais parceiros comerciais do Peru, com algumas exportações peruanas sendo usadas para pagar dívidas com os soviéticos.

Tal aproximação ocorreu devido às políticas de nacionalização e outras medidas sociais que vieram de encontro aos interesses de parte da elite peruana e das empresas norte-americanas instaladas no país. A instauração do regime de Augusto Pinochet no Chile contribuiu ainda mais para aguçar as questões de fronteira, por exemplo, pendentes da Guerra

do Pacífico entre Chile, Peru e Bolívia, durante o século XIX, resultando em uma busca dos peruanos por uma cooperação mais assertiva com os soviéticos. A Argentina, na década de 1980, passou a ser a segunda maior parceria comercial dos soviéticos, depois da Índia, entre os países não comunistas. A URSS importou uma grande quantidade de grãos, carne e lã argentinos. (HAMBURG, 1974)

O objetivo principal da política soviética para a América Latina era diminuir a influência dos Estados Unidos na região, incentivando os países a desenvolver laços mais próximos com a União Soviética. Esta região, a oeste, é uma rota estratégica alternativa vinculando a Ásia com o Ocidente. Contudo, o objetivo principal era poder pressionar os EUA quando necessário, já que a América Latina era uma região estratégica para a segurança dos americanos. Das diversas possibilidades e intenções, poucos incentivos foram realmente concretizados, e o posicionamento dos latino-americanos em geral perante a URSS foi feito de forma cautelosa, chegando os próprios soviéticos a hesitarem em dedicar mais recursos econômicos ou militares aos países da região, com exceção de Cuba. Os cubanos seriam grandes parceiros dos soviéticos nas campanhas a serem adotadas na África e na Ásia, no que parece ter sido mais uma escolha de Cuba do que uma insistência dos soviéticos para que ela assim agisse. (HAMBURG, 1974)

5 CONCLUSÃO

A URSS teve uma atuação defensiva especialmente no período de 1917 a 1953. O Estado socialista colocou-se contra o imperialismo e o colonialismo, situação inédita para a época, provocando uma grande transformação qualitativa nas relações internacionais, ainda não bem compreendida e estudada. Ela auxiliou a consolidação de uma política contra a agressão e em prol do respeito à soberania, autodeterminação dos povos e coexistência pacífica entre diferentes modelos políticos, econômicos e sociais. Tais princípios, provenientes da política externa soviética do período revolucionário, contribuíram para a criação da estrutura política e institucional das relações internacionais que tomou formato concreto no pós Segunda Guerra Mundial. Assim, os soviéticos promoveram uma nova fase na história da Rússia e dos demais povos vizinhos: o período de modernização rápida em todas as esferas econômicas e políticas. Ou seja, finalmente a região da Eurásia passou a pertencer ao mundo contemporâneo do sistema produtivo, proveniente da segunda revolução industrial. O Estado soviético contribuiu para garantir definitivamente o fim da ordem medieval que ainda prevalecia sobre a região, acabando com as relações servis e aristocráticas que ainda imperavam na Eurásia.

Apesar de algumas iniciativas – como o fim da servidão decretada por Aleksandr II em 1862, que além desta medida promoveu tantas outras direcionadas ao desenvolvimento das forças produtivas –, o aparato czarista da Rússia, assim como o das regiões vizinhas, Europa do Leste e a Ásia Central, não foram capazes de impulsionar políticas que incentivassem mudanças sociais, como a criação de novas classes. Conforme Hobsbawn (2007), não se criou na região da Eurásia, com exceção da Tchecoslováquia, um ambiente propício às transformações econômicas capitalistas. Nessa região, o campesinato permaneceu “pré-comercial”, tendo alguns servos retornado ao sistema agrícola de subsistência em algumas áreas. Em outras localidades, sentiu-se a falta do trabalho servil, com exceção dos casos em que os servos, após receberem a liberdade, não tinham outra opção senão retornar a tal condição, trabalhando em fazendas alheias, uma vez que a grande maioria ficou desprovida de terras. Outra diferença da Rússia com outros países foi a falta de iniciativa do Estado em impor leis que promovessem o liberalismo burguês, visando transformar toda a propriedade agrária em propriedade individual, ou a terra numa mercadoria livre para a venda. (HOBSBAWN, 2007)

No plano da indústria, grande parte da tecnologia existente em território russo era importada dos países da Europa Ocidental, e o controle da maioria do mercado era exercido pelo capital estrangeiro, principalmente os bancos de origem francesa e inglesa. Novamente, o povo foi pouco beneficiado. Apenas uma pequena parcela da população da região ocidental, em especial os centros de Moscou e São Petersburgo, foram os que mais usufruíram das mudanças ocorridas. Mas o restante do imenso território permaneceu em condições arcaicas de vida, a exemplo da falta de eletricidade e de um sistema de aquecimento para o rigoroso inverno. O alto índice de analfabetismo, em torno de 85%, especialmente entre os camponeses, dificultava, por exemplo, o bom treinamento dos recrutas, que não conseguiam ler as ordens recebidas e os manuais de manutenção dos equipamentos militares. A renda *per capita* tinha estagnado, entre 1830 e 1890, em 170 a 182 dólares. A situação era muito semelhante nas demais regiões vizinhas colonizadas pelo Império Czarista.

Os soviéticos, com suas políticas contrárias ao imperialismo e ao colonialismo, objetivavam eliminar o sistema de classes e garantir o desenvolvimento econômico de seu modelo social. Para tanto, foram bem-sucedidos na sua tarefa, pois a URSS foi a primeira experiência prática do ideal socialista, tornando-se um símbolo da luta operária e camponesa por seus direitos. Tal situação também contribuiu para transformações profundas em outros países que iriam levar à criação do que se conhece por Estado de Bem-Estar Social, ou seja um Estado provedor das necessidades básicas para as condições de vida da população, que anteriormente não existia. Em outras palavras, foi necessário atender a diversas demandas nos países ocidentais, para que as camadas populares não tomassem medidas revolucionárias contra seus governos e sistemas político-econômicos.

A URSS dificilmente poderia atuar em uma ordem que combinasse estruturas de livre mercado com um Estado socialista, pois seu contexto regional e histórico não lhe permitiu chegar a tanto. A divisão profunda interna herdada do Império Czarista e a agressão externa, proveniente das potências capitalistas, não possibilitaram a transição de uma economia praticamente feudal para outra industrializada e moderna aos moldes das demais potências. Dessa forma, buscou-se uma alternativa de rápida industrialização e transformação da estrutura societária que, diferentemente do que se pensa, foi menos violenta que outros exemplos históricos. Como Fred Halliday (2010) argumenta, as medidas desenvolvimentistas aplicadas na Alemanha e no Japão no século XIX, e na Inglaterra, em séculos anteriores, foram tão ou mais violentas e conflituosas que a Revolução de 1917 e as políticas provenientes a partir dela.

Tal condição demonstra a grande interação entre política doméstica e exterior deste Estado revolucionário que, durante toda a sua existência, teve a meta de criar um modelo socialista e protegê-lo dos que visavam eliminá-lo. E esta última medida foi realizada e consolidada aos poucos, conforme as mudanças que ocorriam no âmbito externo e interno da URSS. Ao mesmo tempo que o sistema era pressionado a se adaptar aos novos desafios e pressões internacionais, seus líderes estabeleceram escolhas e caminhos diversos para melhor atingir seu principal objetivo: consolidar e resguardar o Estado soviético. Para tanto, foi necessário promover o desenvolvimento com seus próprios esforços, como promoveu Stalin, ao inaugurar uma era mais pragmática do ponto de vista político e econômico.

Nos períodos anteriores, já havia ficado claro que tanto a ideia de uma revolução que se expandia para o mundo, quanto uma economia socialista que combinava a implementação de relações mercantis e comerciais capitalistas não iriam atingir o que a URSS no momento histórico mais necessitava: desenvolvimento econômico e tecnológico, coesão política e territorial, e defesa do Estado soviético contra inimigos internos e externos. Tentativas de estabelecer uma economia com características mistas e uma política externa que visasse aproximação especialmente comercial já haviam sido realizadas anteriormente e falharam devido ao cenário internacional não promissor da época.

Internamente, a URSS ainda permanecia politicamente dividida, tanto entre os membros da alta cúpula do Partido Comunista, quanto entre os grupos políticos pertencentes ao regime anterior que ainda permaneciam atuantes. Se já não bastasse a perda de territórios estratégicos com a paz de Brest-Litovski, durante a implementação da NEP, por exemplo, as grandes potências ocidentais não responderam aos anseios da União Soviética em fóruns econômicos internacionais, e promoveram embargos comerciais que impossibilitaram a URSS de levar adiante uma política de cooperação econômica, com exceção da República de Weimar, na Alemanha. Houve também um elemento ideológico importante. Segundo o próprio Stalin, não existia a possibilidade de garantir a união entre mercado livre e o comando do Partido Comunista, à medida que os donos da propriedade privada tornavam-se uma classe dominante, buscando sempre controle político pelos meios econômicos.

O próprio conceito de propriedade estava no centro da questão do desenvolvimento de uma sociedade socialista, uma vez que o contexto histórico havia demonstrado àquela geração os horrores de um modelo político, econômico e social desigual e extremamente exploratório – é preciso lembrar que o chamado Estado de Bem-Estar Social era uma ideia ainda muito nova e pouco explorada no mundo, tendo a maioria das gerações crescido sob o julgo do

capitalismo liberal burguês e dos impérios europeus provenientes dos tempos aristocráticos. Por isso, no período da administração de Stalin, a chamada segunda economia (economia de mercado livre) foi mantida sob controle a índices supérfluos, o que foi modificado a partir da gestão de Khrushchiov e Brejnev; porém, esta segunda força econômica apenas teve total liberação durante o período Gorbatchiov, o que levou ao fim da URSS e de seu modelo político, econômico e social. (KEERAN; KENY, 2010) Para impedir maiores conflitos com as potências capitalistas e maior influência dessas nas questões internas, os soviéticos sob o comando de Stalin acabaram optando por um desenvolvimento praticamente autônomo da economia planificada, em detrimento de impulsionar um movimento internacional que visava dominar a política mundial e modificar a situação interna de outros países.

O próprio Lenin mudou algumas de suas posições; e, no período de 1917–1924, ao incitar a união do movimento operário internacional, promoveu o ideal socialista, mas também soube utilizar o apoio externo das classes operárias europeias para pressionar os governos a retirarem suas tropas do território soviético e acabar com a ingerência interna nos assuntos da URSS. Aos países vizinhos foi fornecida a escolha de pertencer a URSS. Para tanto, foi necessário uma intensa via de negociações diplomáticas. Leva-se em conta que a integração territorial era elemento essencial para melhor implementar a estrutura de um sistema produtivo e garantir o controle sobre áreas ricas em matéria-prima e energia, além do acesso estratégico aos mares, oceanos e às rotas comerciais, a exemplo do Mar Negro. A defesa dessas questões básicas para a sobrevivência do país estavam ameaçadas pela força política e econômica de outras nações e Estados que se encontravam em uma fase superior de desenvolvimento tecnológico, econômico, político e social.

O período conturbado do entre guerras vai levar a uma mudança gradual da postura soviética, em especial em relação a certos países, como a Polônia, a Hungria e a Ucrânia, cujas elites governantes, além de invadirem a URSS durante a Guerra Civil, colaboraram com os nazistas durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, por um espaço não muito longo de tempo, a URSS necessitava acima de tudo legitimar-se no cenário internacional para obter o reconhecimento de seu governo, por isso a tentativa de reaproximação com as potências capitalistas. Os planos quinquenais e a política de “Socialismo em um Só País” de Stalin tiveram grandes repercussões negativas e positivas. Não se pode negar o grande sacrifício humano e até as medidas rígidas que levaram a uma perseguição política desenfreada a qualquer pessoa que fosse considerada contra o sistema. Contudo, é preciso analisar que se tratava de um país que possuía até o momento grandes divisões políticas internas, capazes de

levar a uma desintegração total. É por essa razão que forças maiores acabaram sobrepondo-se a outras, no intuito de buscar uma unidade a qualquer custo, como ocorreu também na história de outros países. Dessas transformações profundas, a URSS passou de um país agrário e feudal para outro industrializado, a ponto de ser o primeiro a lançar-se à corrida espacial, antes da maior potência tecnológica, os EUA.

A URSS alcançou também excelência em diversas áreas: campo tecnológico, científico, da engenharia e das artes. Contudo, no período pós 1953, ocorreram diversas mudanças e erros que teriam no futuro grande impacto sobre a política externa soviética. De forma geral, pode-se atribuir alguns equívocos à incapacidade dos líderes da era pós Stalin de estabelecerem estratégias que viessem atuar em prol dos interesses soviéticos. A exemplo pode-se citar o rompimento com a China, fator central que trouxe grandes prejuízos a longo prazo, tendo a URSS que levar em conta a possibilidade real de uma guerra em dois *fronts*. Outra questão essencial foi que a URSS vai inserir-se em uma competição global que até então era desconhecida para o mundo: a competição intersistêmica entre dois modelos políticos sociais diferentes que se esforçaram para sobrepujarem-se um ao outro, conforme explica Fred Halliday (2007). Nesse contexto, a política externa assumiu um caráter reativo, mantendo, porém, o elemento defensivo. A iniciativa foi tentar readaptar-se ao novo cenário internacional, reagindo para defender o seu sistema no exterior e em casa, uma vez que, ao adquirir aliados e vitórias fora de sua região, o modelo se fortalecia internamente.

Outro objetivo, além desse principal, foi a tentativa de romper o isolamento que lhe era estrategicamente imposto com a política da *Détente* americana, como deixou claramente expresso George Kennan. Além disso, a URSS visava atuar de forma que conseguisse, em cooperação com os países do Terceiro Mundo, consolidar seus objetivos. Contudo, as relações com a URSS passaram a ser mais benéficas para os demais países de uma forma geral, do que o contrário. Afinal, todo país que não tivesse seus interesses atendidos pelo Ocidente poderia recorrer aos soviéticos. No entanto, a própria URSS analisava profundamente as possibilidades em apoiar tal país ou grupo político, com o objetivo de evitar transtornos maiores com o Ocidente. Isso acabou por torná-la, algumas vezes, um aliado não muito efetivo, como se viu claramente no caso de muitas regiões da África, com exceção do sul. Contudo, a URSS também foi um aliado valioso em diversas situações, a começar pela guerra do Vietnã. Mas, novamente nesta questão, a URSS em grande parte forneceu mais do que obteve, ou poderia obter em troca.

Assim, as relações entre os chamados Segundo e Terceiro Mundo se deram de forma diversa, conforme a situação de cada região. Entretanto, de forma geral, em diversos momentos os soviéticos, por má avaliação da situação interna do país ou por falta de alternativa, apoiaram partidos e grupos de tendências comunistas e socialistas, que na realidade obtinham interesses puramente nacionais, como foi o caso de Cuba e do Vietnã. O primeiro passou a ampliar o seu poder de atuação em escala mundial, além de promover mudanças internas importantes com a ajuda material e política da URSS. Portanto, diversas questões que se pensa ter Cuba atuado por intermédio dos soviéticos – como nos casos de Granada, Nicarágua e até Angola – foram, na realidade, escolhas e iniciativas dos cubanos em uma atuação soberana possível também graças ao apoio soviético, que impediu maior ingerência dos EUA contra Cuba.

Em contrapartida, a URSS, apesar de obter um aliado vizinho dos americanos, não teve maiores benefícios dessa relação, pois a América Latina, assim como a parte centro e norte da África, foram regiões praticamente aliadas do Ocidente, tendo os soviéticos atuado somente quando possível, como foi o caso do Egito, no governo Nasser, mas dificilmente sendo assertivos. O caso já seria diferente no sul da África, onde a URSS conseguiu consolidar aliados e governos que até hoje permanecem no poder, como o caso do MPLA em Angola e o CNA na África do Sul. Na Ásia, em especial no sul e no Sudeste Asiático, e no Oriente Médio, regiões próximas às fronteiras da URSS, a atuação foi de auxílio assertivo e apoio aos grupos socialistas, como foi o caso da Coreia do Norte e do Vietnã do Norte, pois a influência dos EUA e posteriormente da China eram questões preocupantes à segurança, assim como o Japão, principal aliado dos americanos.

Apesar de estrategicamente a Índia, a antiga Indochina e também o Oriente Médio terem sido de grande importância, justamente pelo fator sino-americano, os soviéticos também tiveram amplitude de atuação limitada, pois países como a Índia nunca deixaram de seguir uma política independente. Já os conflitos em que a URSS se envolveu no Afeganistão ocorreram em um período em que o Partido Comunista começava a ceder mais espaço a outras correntes ideológicas internas, promovendo divisões políticas que influenciaram a atuação dos soviéticos nessas regiões. No plano da política direta com os EUA e a Europa, a URSS teve melhor desempenho. Seu objetivo maior era evitar uma guerra nuclear, a ascensão do Nazismo e o confronto direto, o que foi realizado. Contudo, nunca seria possível uma política que aproximasse os dois países em níveis de cooperação que não restritos à segurança. Em linhas gerais, após se tornar uma grande potência no pós-Segunda Guerra

Mundial, os governos soviéticos subsequentes não conseguiram aproveitar tal condição em sua totalidade, em virtude da pressão imposta pelas potências ocidentais que almejavam o fim da URSS desde o seu nascimento, e dificilmente a considerariam como uma parceira.

Há diversas razões para este contexto. Um deles, e talvez o principal, é que a URSS foi um sistema dentro de um sistema maior, que impossibilitou os EUA de se tornarem hegemônicos, mas que ao mesmo tempo não obteve o mesmo poder que os americanos adquiriram, em decorrência dos diversos desafios que enfrentou, não sendo beneficiada como foi os EUA, durante a Segunda Guerra Mundial. Porém, apesar das inúmeras desvantagens, a URSS conseguiu manter-se até 1992, quando foi formalmente extinta. As razões para este acontecimento histórico ainda hoje se fazem difíceis de compreender; no entanto, houve questões concretas e pontuais que podem ajudar para um melhor esclarecer a queda soviética. Como exposto anteriormente, a partir do governo de Khrushchiov, a chamada segunda economia passou aos poucos a ter mais liberdade de atuação, chegando ao alto escalão do governo, com a ampliação de sua participação política em setores socioeconômicos e também dentro do Partido Comunista.

Tal condição levou à decadência do aparato burocrático, que passou a ser controlado por organizações criminosas provenientes dos grupos gerados pela segunda economia que viviam da corrupção do sistema em atuações ilegais, como o contrabando, superfaturamento de produtos, entre outros. Sem falar que esta foi indiretamente apoiada e estimulada pelas forças econômicas e políticas externas. Os governos de Iuri Andropov, formado pela KGB, e Konstantin Tchernenco foram marcados pelo estabelecimento de um plano que objetivava combater esta tendência e promover a busca por novos rumos do modelo socialista. No entanto, ambos vieram a falecer, não conseguindo completar tais iniciativas, sendo Tchernenco substituído por Gorbartchiov. Este promoveu políticas que eliminaram rapidamente toda a estrutura política, econômica e social que vinha sendo construída desde 1917, possibilitando a ampliação do poder das máfias na estrutura burocrática e propagando uma política externa com objetivos e princípios diferentes dos promovidos até então.

A URSS foi cedendo a interesses externos, em nome de uma pretensa transformação do sistema para a sua renovação, baseada no que tinha sido implementado durante a NEP. No entanto, nem as metas nem os princípios desta política foram seguidos. Assim, a URSS vai sendo aos poucos desmantelada, resultando extinta pelo governo neoliberal e capitalista de Bóris Iéltsin em 1992. Segundo Roger Keeran e Thomas Kenny (2010), essas forças políticas internas, representadas principalmente por Iéltsin, junto com o apoio e a influência externa

foram os verdadeiros responsáveis pela queda da URSS. Dessa forma, uma reflexão sobre a importância desses acontecimentos para o mundo pós-Guerra Fria e qual o verdadeiro impacto das URSS nas relações internacionais se faz necessário e relevante.

Vladimir Putin, presidente da Federação Russa, uma vez argumentou que o fim da URSS foi a maior catástrofe geopolítica do século XX. Certamente muitas conclusões e análises podem ser feitas a partir dessa colocação. Poderia ele estar se referindo à Rússia e à sua intensa crise política e econômica durante o governo neoliberal de Iéltsin, ou às guerras e conflitos ocorridos com o fim da Iugoslávia, fato decorrente da queda da URSS. Pode-se tirar uma conclusão maior sobre isso: com o fim da URSS e seu modelo político, social e econômico, o sistema internacional perdeu a dicotomia que garantia o equilíbrio de poder entre as potências centrais durante a Guerra Fria. Aliás, essa dicotomia vai além das questões relacionadas às disputas de poder, já que a URSS representou algo mais que uma superpotência: foi a tentativa de construir um modelo civilizacional diferente. Em outras palavras, a criação de uma sociedade em que os valores fossem outros daqueles que compunham a sociedade capitalista.

Independentemente do debate teórico sobre o que é o socialismo, algo que ainda não se chegou a uma conclusão, algumas questões expostas pelos pensadores clássicos ajudam a compreender que a sociedade socialista seria em parte a evolução das outras, uma vez que o aprender a viver coletivamente e de forma comunitária pretende acabar com as diferenças impostas por sistemas anteriores, em que a premissa da exploração de um grupo social por outro é considerado algo natural do ser humano; algo que deve ser incentivado e nunca modificado. Assim, o socialismo é deve ser construído aos poucos, demandando planejamento. Não é uma sociedade que cresce conforme o interesse individual, como a capitalista, mas que é organizada a partir de um projeto ideal civilizacional e coletivo, que serve como base norteadora para a construção e desenvolvimento desta sociedade.

É por isso que a sua evolução é lenta e encontra diversas dificuldades, na sua maioria relacionadas ao fator social das populações que, após séculos de feudalismo e capitalismo, incorporaram os valores desses modelos à sua forma de viver e conviver em sociedade. Além disso, diferentemente do capitalismo que possui séculos de vivência e experimentação, o socialismo teve apenas algumas décadas para ser experienciado, sem que houvesse tempo suficiente para a avaliação de seus problemas, suas contradições e necessidades de melhorias, que pudessem alcançar diferentes alternativas que não apenas a soviética. Levando em

consideração essas afirmações, é importante ainda fazer uma breve análise do impacto que a queda da URSS e seu sistema tiveram para a Federação Russa e o cenário internacional.

Não houve outra ideologia até o presente que substituísse a proposta socialista de uma sociedade alternativa. Dessa forma, o que restou foi um espaço vazio, resultando em um contexto caótico. Assim, temos comportamentos extremistas e inclusive o retorno de modelos supostamente considerados superados como o Fascismo, na tentativa de preencher esta lacuna. Para a Rússia especificamente, além de uma perda de poder no cenário internacional, o que ocorreu foi a sua quase desintegração política, burocrática e territorial, sem falar de uma depressão econômica que observou cifras de 50%, e dos impactos sociais igualmente catastróficos, pois 35% dos russos passaram a viver abaixo da linha da pobreza em um período que não chegou a atingir dez anos.

Estamos falando de uma sociedade que passou de uma situação de pleno emprego para outra, em que diversos nichos econômicos foram eliminados e as políticas, como a monetária do Banco Central, gerou uma hiperinflação de 84% ao mês. É por essas e outras razões que lideranças políticas formadas na ex-organização soviética Comitê de Segurança do Estado (KGB) chegaram ao poder na Rússia atual e retomaram certos princípios e políticas de atuação do passado recente para dar ordem interna e construir uma forma de reinserção dos russos no cenário internacional. Provavelmente os planos da atual administração não visam reconstituir a URSS; porém, percebe-se de forma sutil que há questões norteadoras provenientes do passado soviético, como o papel exercido pelo Estado de agente promotor não apenas do desenvolvimento econômico e burocrático, mas transmissor de valores a serem seguidos e criados na estrutura dessa nova sociedade que se constitui. No plano político internacional, a proposta de Putin, lançada em 2011, fala da criação de uma União Euroasiática, em que se almeja retomar a integração política, econômica e até cultural, utilizando preceitos que se percebe serem originados no período soviético. Os pontos de interconexão política, econômica e social desse bloco envolve uma estreita aproximação entre Berlim, Moscou e Pequim, formando um centro independente do eixo Atlântico Norte: uma iniciativa audaciosa, como foi a antiga URSS.

Com relação ao Terceiro Mundo, a queda da URSS teve grandes sintomas negativos também, pois os países recém-independizados, que iniciavam a criação de suas capacidades produtivas, perderam a oportunidade de recorrer a um possível aliado, especialmente em momentos em que as potências ocidentais, por questões de interesse político, recusavam-se a cooperar, ou buscavam interferir em suas políticas internas. E mais: não tiveram outra

alternativa, senão aceitar as políticas neoliberais coordenadas pelo Consenso de Washington na década de 1990, já que as políticas desenvolvimentistas, assim como o modelo soviético de modernização econômica, foram eliminados, ou passaram a ser considerados ultrapassados. A história para estes países não é diferente da russa, em termos gerais, no que diz respeito aos anos neoliberais. As consequências foram a crise econômica e política, podendo os Estados chegar a situações internas conflituosas e desintegradoras, consequências da desigualdade política, econômica e social profunda.

Tais contradições, típicas do sistema capitalista, não parecem ter sido reduzidas, mas sim intensificadas. Portanto, o fim da URSS produziu um grande desequilíbrio no sistema internacional, abalando a própria dinâmica capitalista. A crise econômica atual provoca novas reflexões sobre o modelo do livre mercado e da democracia liberal, que em um passado próximo foi considerado indiscutivelmente destinado ao sucesso. Ao atingir as sociedades dos países centrais provocando convulsões importantes, essa nova crise profunda do capitalismo possibilita que no futuro seja possível pensar no surgimento de outras experiências socialistas, quando novamente os indivíduos, ainda com todas as dificuldades que possam existir, sintam-se inclinados a construir uma sociedade mundial menos desigual e mais humana.

REFERÊNCIAS

- ADAMISHIN, A. L. **Soviet Foreign Policy 1945-1980**. Moscow: Publishers 1980 Vol II
- ALPEROVITZ, Gar. **Diplomacia Atômica: o uso da bomba atômica e o confronto do poder americano com o soviético**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército e Saga 1969. Vol. 75
- BABY, Jean. **As grandes divergências do mundo comunista**. São Paulo: Senzala
- BARRACLOUGH, Geoffrey. **Introdução à História Contemporânea**. Rio de Janeiro: Zahar 1983
- BERTONHA, F. João. **Rússia uma história ascensão e queda de um império: uma história geopolítica e militar da Rússia, dos Czares ao século XXI**. Curitiba: Juruá 2010
- BRAITHWAITE, Rodric. **Moscú 1941 uma cidade e seu povo na guerra**. Rio de Janeiro: Record 2009
- BROWN, Archie. **Ascensão e Queda do Comunismo**. Rio de Janeiro: Record 2011
- BRUHAT, Jean. **História da URSS**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro 1961
- BUSCAREN, Anthony. **Soviet Foreign Policy: a pattern of persistence**. New York: Fordham University 1962
- BYKOV, O.; RAZMEROV, V.; TOMASHEVSKY, D. **The Priorities of Soviet Foreign Policy Today**. Moscow: Publishers 1981
- CAMPBELL, C. John. The Soviet Union and The Middle East. In: KANET, Roger E. (edit) **The Soviet Union e the Developing Nations**. Londres: Johns Hopkins p. 153-178 1974
- CARR, E. H. **Socialism in One Country 1924-1926**. London: Macmillian 1964 (A History of the Soviet Union) Vol I-II
- _____ **La Formation de L'URSS**. Paris: Macmillian 1959
- _____ **V Congreso de la internacional comunista**. Córdoba: Pasado y Presente 1975 Vol I-II
- CHURCHILL, Winston. **Memórias da Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1959 Vol I –II
- CIMA, Ronald J. (edit.) **Vietnam: A Country Study**. Washington: GPO for the Library of Congress, 1987. Disponível In: <http://countrystudies.us/vietnam/61.htm> Acessado em julho de 2012
- COKER, Christopher. **Eastern Europe and the Middle East**. In: CASSEN, Robert (Ed.). **Soviet Interests in the Third World**. London: Sage 1985

DAILLIN, J. David. **Soviet Russia's Foreign Policy 1939-1942**. New Haven: Yale University Press 1942

_____. **Soviet Foreign Policy after Stalin**. Philadelphia: J. B. Lippincott Company 1961

DEUTCHER, Isaac. **Rusia, China y Occidente**. México: Ediciones Era 1970

DINERSTEIN, H. S. **War & The Soviet Union**: nuclear weapons and the revolution in soviet military and political thinking. New York: Frederick A. Praeger Publishers 1959

D'ELLA, German. **História Contemporanea**. Montevideo: Diaco 1989 Tomos I, II, III, IV (Colección Estudio)

DOBB, Maurice. **A evolução do capitalismo**. Cidade: Zahar 1974

_____. **El Desarrollo de la Economía Soviética desde 1917**. Madrid: Tecnos 1972

DUROSELLE, J.B. **A Europa de 1815 aos nossos dias**: Vida Política e Relações Internacionais. São Paulo: Pioneira 1985 (Nova Clio a história e seus problemas)

ERMÓNSKI, Andrei. **O Caminho da Paz visto de Moscou**. Moscou: Progresso 1981

FERNANDES, Luís. **URSS Ascensão e Queda**: a economia política das relações da União Soviética com o mundo capitalista. São Paulo: Anita Garibaldi 1992

FERRO, Marc. **Des Soviets au Communisme Bureaucratique**. Gallimard et Julliard 1980

FLERON, J. Frederic; HOFFMANN, P. Erik; LAIRD, F. Robbin. (Eds) **Soviet Foreign Policy - Classic and Contemporary Issues**. New York: Aldine de Gruyter 1991

JACOBSON, K. Harold. **A Rússia na ONU**. Rio de Janeiro: O Cruzeiro 1966 Coleção Problemas Políticos da Atualidade

GARTHOFF L. Raymond. **Soviet Military Policy**: a historical analysis. London: Faber and Faber 1966

GOOCH, P.G. **Historia Contemporânea de Europa 1878-1919**. México: Fondo de Cultura Económica 1922

GRECHKO, Andrei. **Battle for the Caucasus**. Moscow: Progress Publishers 1971

GROMYKO, A.; PONOMARYOV, B. ; KHVOSTOV, V. **History of Soviet Foreign Policy 1945-1970**. Moscou: Publishers 1973

GROMYKO, A. PONOMAREV, B. N. (Ed.) **Soviet Foreign Policy 1945-1970**. Moscou: Progress 1981. Vol 1-2.

GROMYKO, Andrei. **Memoires**: from Stalin to Gorbachev. London: Arrow 1989

- _____ **Os 1036 Dias do Presidente Kennedy**. São Paulo: Record 1969
- _____ **África Hoje**: Progresso, Dificuldades, Perspectivas. Moscou: Progresso 1984
- GUILHERME, Olympio. **URSS e USA**. Rio de Janeiro: Prado LTDA 1955
- HALLIDAY, Fred. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre: Ufrgs 2007
- HAMBURG, Roger. The Soviet Union and Latin America. In: KANET, Roger E. (edit) **The Soviet Union e the Developing Nations**. Londres: Johns Hopkins p. 179-214 1974.
- HERMANN, Charles F. Changing Course: When Governments Choose to Redirect Foreign Policy. **International Studies Quartely**, Cidade, v. 34, p. 3-21 1990
- HOBSBAWN, J. Eric. **A Era dos Impérios 1875-1914**. São Paulo: Paz e Terra 2007
- _____ **A Era do Capital 1848-1875**. São Paulo: Paz e Terra 2007
- _____ (Org) *et all.* **História do Marxismo**. São Paulo: Paz e Terra 1987 Vol V, VI, VII, VIII, IX
- HOSKING, Geoffrey. **History of the Soviet Union**. London: Fontana 1985
- _____ **Russia and the Russians: from earliest times to 2001**. London: Penguin 2001
- JEFFERY, Anthea. **People's War – New light on the struggle for South Africa**. Jonathan Ball Publishers SA 2010
- KANET, Roger E. (edit) **The Soviet Union and The Colonial Question 1917-1953** In: KANET, Roger E. (edit) **The Soviet Union e the Developing Nations**. Londres: Johns Hopkins 1974
- _____ **Soviet Attitude Since Stalin** In: KANET, Roger E. (edit) **The Soviet Union e the Developing Nations**. Londres: Johns Hopkins 1974
- KATORGUINE, I.I. **Experiência Histórica do PCUS na aplicação da nova política econômica (1921-25)**. Moscovo: Progresso 1980
- KEEBLE, Curtis *et all* (Ed). **The Soviet State: the domestic roots of Soviet Foreign Policy**. Boulder: Westview Press 1985
- KENNAN, F. George. **A Rússia e o Ocidente**. Rio de Janeiro: Forense 1966
- KEERAN, Roger; KENNY, Thomas. **Socialism Betrayed: behind the collapse of the Soviet Union**. Bloomington: Universe INC 2010
- KERSHAW, Ian. **Dez decisões que mudaram o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras 2008

- KHRUSTCHIOV, Nikita. A atual situação internacional e a política externa da URSS. **Coleção de Problemas Internacionais** N. 2 Rio de Janeiro: Aliança do Brasil LTDA 1963
- KIM, M. P.; POLIAKOV, A *et all.* **História da URSS: época do socialismo 1917-1957.** São Paulo: Grijalbo 1960
- KOVNER, Milton. **O Desafio da Coexistência: estudo da diplomacia econômica soviética.** São Paulo: Dominus 1965
- KROEF, Der Van M. Justus. **The Soviet Union and Southeast Asia.** In: KANET, Roger E. (edit) **The Soviet Union e the Developing Nations.** Londres: Johns Hopkins 1974
- LAQUEUR, Z. Walter. **The Soviet Union and the Middle East.** London: Routledge & Kegan Paul 1959
- LEBEDEV, N. **La URSS en la Política Mundial.** Moscow: Progreso 1983
- LENINE, I. V. **Obras Escolhidas.** São Paulo: Alfa-Omega 2004 Vol I-III
- LENIN, I. V. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia.** São Paulo: Nova Cultura 1985
- LEVESQUE, Jacques. **L'URSS et sa politique internationale de 1917 à nos jours.** Paris: Armand Colin 1980
- LEWIN. Moshe. **O século soviético: da revolução de 1917 ao colapso da URSS.** Rio de Janeiro: Record 2007
- MCDERMOTT, Kevin. **Stalin: Revolutionary in an Era of War.** Cidade : Palgrave Macmillan 2006 (European History in Perspective)
- MEHNERT, Klaus. **Pequim e Moscovo.** Lisboa: Meridiano 1963
- _____ **Stalin versus Marx.** London: George Allen and Unwin LTD 1952
- MILZA, Pierre. Política Interna e Política Externa. In : RÉMOND, René. **Por uma História Política.** Rio de Janeiro. Ed. da UFRJ, 1996
- MUKHERJI, Rahul. **India's Foreign Economic Policies.** In: Sumit Ganguly, ed., *India's Foreign Policy*, New Delhi: Oxford University Press, forthcoming 2009 pp.301-322
- NEACK, Laura. **The New Foreign Policy: power seeking in a globalized era.** Littlefield : Rowman, 2008
- NOLUTSHUNGU, C. Sam. **Soviet-African relations: promise and limitation.** In: CASSEN, Robert (Ed.). **Soviet Interests in the Third World.** London: Sage 1985
- PETROVSKI, Vladimir. A Segurança Global, Geral e Universal. In: CONGRESSO MUNDIAL DE CIÊNCIAS POLÍTICAS: problemas do mundo contemporâneo, 14., [1988].

Segurança Internacional e Política Mundial. Washington: Academia das Ciências da URSS; Associação Soviética de Ciências Políticas, 1988. p. 83-100

POPOV, V.; PETRENKO. F. **Soviet Foreign Policy: Objectives and Principles.** Moscow: Progress 1985

POLIAKOV, Iúri. **A Guerra Civil na Rússia: causas, essência e significado.** Moscou: Progresso 1981.

POTEMKIN, V. P. *et all* **Historia de la Diplomacia: del comienzo de la primeira guerra mundial a 1939.** México: Grijalbo 1968. Vol. 3

PUTNAM, Robert D. Diplomacia e Política Doméstica: a lógica dos jogos de dois nóveis. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n.36, p. 147-174, jun. 2010

REVUNENKOV, V. G. **História dos Tempos Atuais.** Rio de Janeiro: Vitória 1957

ROSSER, F. Richard. **An Introduction to Soviet Foreign Policy.** Englewood Cliffs: Prentice-Hall 1969

ROTHSTEIN, Andrew *et all* (edit) **History of the Communist Party of the Soviet Union** Moscow: Foreign Language Publishing House 1960

SAITTA, Armando. **Guía Crítica de La Historia Contemporánea.** México: Fondo de Cultura Economica S.A 1989

SCHAPIRO, Leonard. **The Communist Party of The Soviet Union.** New York: Random House 1960

SOROKIN, A. Pitirim. **Rússia e Estados Unidos: paralelo econômico-social.** São Paulo: Universitária Ltda 1944

STALIN, J. **Problems of Leninism.** Moscow: Foreign Languages Publishing House 1947

STALIN, J.; WELLS H. G. **Marxismo e Liberalismo: uma entrevista.** Rio de Janeiro: Horizontes 1946

ULAM, B. Adam. **Expasion and Coexistence: the history of soviet foreign policy 1917-67.** New York: Frederick A. Praeger 1968

ULAM, Adam B. **Os Bolcheviques: história política, intelectual e biográfica da Revolução Russa e de seus líderes.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira 1965

VIDALENC, Jean. **História del Mundo - Desde los grandes imperialismo al desperta del Tercer Mundo (1914-1973).** Madrid: Edaf 1981 (Coleccion Nueva História)

VIZENTINI, Paulo Fagundes. A Revolução na Encruzilhada 1921-1927: o interregno da NEP In: VIZENTINI, Paulo Fagundes et al. (Org.). **A Revolução Soviética 1905/1945: o socialismo num só país.** Porto Alegre: Mercado Aberto 1989. p. 62-76. (Série Revisão, 36)

_____ **A Guerra Fria: o desafio soviético à ordem americana.**
Porto Alegre: Leitura XXI 2004 (Geopolítica e conflitos contemporâneos II)

ZEMSKOV, I. N. *et all* **Soviet Foreign Policy 1917-1945.** Moscow: Publishers 1980 Vol I

WAZNIUK, Vladimir. **Understanding Soviet Foreign Policy.** McGraw-Hill Companies, 1990

WEBB, Beatrice; WEBB, Sidney. **URSS** uma nova civilização. Rio de Janeiro: Calvino Limitada. 1945. Vols. I, II, III, IV, V